

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Márcio de Aguiar Vasconcelos Moneta

O MTD e a mobilização pelo trabalho autogestionário
no Brasil urbano contemporâneo

Recife, 2010

Márcio de Aguiar Vasconcelos Moneta

O MTD e a mobilização pelo trabalho autogestionário
no Brasil urbano contemporâneo

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco
como requisito parcial para obtenção do
título de mestre em Serviço Social

Orientadora: Ângela Santana do Amaral

Recife, 2010

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

- M742m Moneta, Márcio de Aguiar Vasconcelos
O MTD e a mobilização pelo trabalho autogestionário no Brasil urbano contemporâneo / Márcio de Aguiar Vasconcelos Moneta. - Recife: O Autor, 2015.
169 folhas : il. 30 cm.
- Orientadora: Prof^a. Dra. Ângela Santana do Amaral.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2015.
Inclui referências, apêndices e anexos.
1. Trabalhadoras. 2. Trabalhadoras autônomas. 3. Trabalhadores. 4. Organização. 5. Salário - mulheres. I. Amaral, Ângela Santana do (Orientadora). II. Título.
- 361 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2015 – 124)

Márcio de Aguiar Vasconcelos Moneta

**O MTD E A MOBILIZAÇÃO PELO TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO NO
BRASIL URBANO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação ou Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Aprovado em: _31_/_05_/_2010__.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Angela Santana do Amaral (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela imprescindível bolsa de mestrado que viabilizou esta dissertação.

À orientadora e amiga Angela Amaral, pela confiança em mim depositada, pelo afeto com que me recebeu, pela carinhosa relação entre nós estabelecida.

Agradeço calorosamente ao Prof. Ricardo Antunes a perene e republicana generosidade com que desenvolve, sempre acessível, a atividade docente e de orientação. Agradeço a acolhida no estágio acadêmico na Unicamp, a pronta disponibilidade em participar do meu exame de qualificação e da minha defesa de dissertação, quando me deu sugestões e pistas centrais, pelas quais, obviamente, também sou imensamente grato. Agradeço ainda às/aos colegas do Grupo de Estudos sobre o Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses, coordenado por Antunes – de modo especial, agradeço a Filipe Raslan a generosa recepção.

Agradeço a participação da profa. Ana Elizabete Mota nas bancas do exame de qualificação e da defesa pública da dissertação.

À profa. Juliane Peruzzo, adorável companhia, agradeço as referências bibliográficas sobre o Rio Grande do Sul e, sobretudo, as enormes lições durante o estágio docente.

À profa. Edelweiss Falcão e a César Maranhão, pela inestimável acolhida e pelo suporte antes do ingresso no mestrado.

À profa. Anita Aline e ao Prof. Marco Mondaini, pelo aprendizado e convivência em suas disciplinas. Agradeço ainda às/aos colegas de mestrado.

Num registro mais pessoal, muitas são as pessoas a quem preciso render homenagens. Não é possível delimitar em inteireza o porquê de agradecê-las.

Ao meu companheiro de todas as horas, de todas as alegrias e de todas as agonias, Jefferson Fritsch. Minha casa, meu aconchego. Obrigado pelo amparo, pela companhia! Obrigado pelo apoio com transcrições e revisões e na caça a dados censitários/estatísticos. Obrigado pelo cuidado, pelos mimos – pelos passeios a esmo, pelos quitutes trazidos da rua para o lanche. Obrigado pela desconcertante objetividade. Pelo amor não se agradece: a ele se celebra!

Agradeço à minha mãe, Ednes Andrade, e ao meu pai, Luiz Moneta, pelo indispensável suporte material e afetivo. Pela confiança irredutível em mim sempre investida. Pelo carinho, pela casa. Amo vocês!

A minha irmã amada, Marina Moneta, minha cúmplice de sempre, pela incalculável, inestimável, imensurável (e insubstituível) ajuda com a montagem desta dissertação. Por não me deixar enlouquecer na última gráfica aberta ao final do prazo complementar. Obrigado ainda pelas transcrições, revisões e demais auxílios imprescindíveis. Obrigado, obrigado, obrigado sempre – por tudo!

Juju e Bolinha, minhas lindezas, muito obrigado pelo colo!

Agradeço de um modo geral à minha família – avô/ós, tias/os e primas/os –, que está sempre aqui. De modo muito emocionado, à minha querida, amada, afetuosa avó Ivanilda Valença, sempre otimista e admiradora. Ao meu amado avô David Vasconcelos, que não caberia em si de orgulho em me ver concluir esta etapa. Minha querida avó Neuza da Silva Moneta tampouco se conteria. Agradeço a Vânia Valença, Socorro Araújo, Franklin Andrade, Luciana Vasconcelos, Alcides Vasconcelos.

Agradeço aos meus amores, meu afilhado Matheus França e minha afilhada Luana Vasconcelos, que me desafiam perenemente e me enchem de orgulho.

A Maria José da Silva, Sônia França, Margarida da Silva, José Santana de Meirelles, Jane Lúcia de Souza. A vocês, a minha eterna gratidão!

A Rosário de Sá Barreto, para sempre.

Tenho a felicidade e o privilégio de voltar a agradecer às minhas amadas Marianas. A Mariana Moreira, que, até a undécima hora, se faz sempre presente – inclusive para, no surgir da derradeira madrugada, me ajudar com fichamentos e citações. A Mariana Martins, não fosse por ser minha amiga querida, de prontidão ininterrupta para nos fortalecer, pela preciosa ajuda com as transcrições. A Mariana Pires, que, além de deliciosa companhia, de ser um conforto sempre, foi uma consultora luxuosa na revisão final desta dissertação.

A Glícia Pontes, pela amizade de sempre, pelo companheirismo perene, pela interlocução frequente, pelo incentivo contínuo, pela linda capa para esta dissertação.

A Izabel Fonseca, grande e querida amiga, outra interlocutora frequente. Orientadora *ad hoc*, a quem sempre se é possível recorrer.

A Camila Stähelin, que deixou infinitamente mais doce minha estada em Campinas, com o abrigo certo em São Paulo. Agradeço sua ajuda certa no sufoco da primeira ida a campo, o seu auxílio experiente com questões práticas de gravação, anotação e trato nas entrevistas. Agradeço, ainda, a leitura da primeira versão do projeto de pesquisa que resultaria nesta dissertação de mestrado, antes do processo seletivo.

A Agleildes Leal, o incentivo cuidadoso e afetivo quando o mestrado era apenas incertezas. Agradeço a Juliana Bacelar, pela recepção nos primeiros dias em Campinas.

A Cíntia Albuquerque, amiga e companheira, e a Antônio Moneta, primo, amigo, companheiro, uma e outro presentes à minha defesa.

A Camila Teixeira Lima e Maria Teresa Sgarbi Rocha, amigas especialíssimas de depois do mestrado, pelo estímulo entusiasmado na conclusão da tarefa de revisão.

Com toda deferência, às/aos dirigentes do MTD devoto minha ilimitada gratidão. Pela confiança em mim depositada. Pela acolhida nos assentamentos, pela condução aos Núcleos de Base. Não as/os cito nominalmente em respeito ao compromisso de anonimato com vocês firmado. Com vocês, lideranças e militantes de tão vasto preparo, tanto aprendi – pelo que não tenho certo se, mesmo de algum remoto modo, meu trabalho poderá contribuir com suas reflexões e avaliações. Se sim, ficarei imensamente orgulhoso. Em caso contrário, redobro os

meus agradecimentos: a mim, companheiro de projeto, ter acesso à inspiradora experiência desse Movimento foi indispensável na trajetória militante que percorro.

Por fim, às trabalhadoras entrevistadas, a minha entusiasmada admiração, o meu mais solene respeito! Obrigado, obrigado, obrigado! Vocês me inspiram, me comovem, me renovam. Agradeço o tempo dispensado e a disponibilidade ofertada. Contem com o meu compromisso.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo analisar a experiência do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) na mobilização de trabalhadores/as urbanos/as brasileiros/as através do trabalho autogestionário. Na pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes de três Grupos de Produção (GP's) do MTD na cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, bem como com dirigentes do Movimento. A investigação incluiu ainda as seguintes tarefas: a observação direta; a análise de documentos do MTD (ou a ele referentes); a aplicação de questionário socioeconômico com as trabalhadoras dos GP's, constituídos, de modo não intencional, por mulheres. Foram levados em consideração na análise os seguintes aspectos: 1) a formação histórica do MTD e sua base social, bem como sua estrutura organizativa, seus fundamentos e referenciais políticos e sua ação política (relação com o Estado, governos, partidos políticos e outros movimentos sociais); 2) as configurações econômicas, organizativas e de gestão das atividades produtivas nos GP's; 3) a vivência do trabalho pelas integrantes dos GP's; 4) aspectos atinentes às relações sociais de sexo das integrantes dos GP's; 5) finalmente, a experiência política dessas trabalhadoras. Pelos resultados encontrados, percebe-se que a participação no Movimento provocou alterações relevantes na ação das integrantes dos GP's. Em linhas gerais, as mulheres relataram uma vivência diferenciada do trabalho em comparação ao assalariamento; afirmaram a existência de uma condução compartilhada dos GP's; expuseram, a respeito de sua condição feminina, uma relativa superação de um comportamento subalterno, que as silenciava, paralisava e mantinha reclusas; demonstraram convicção quanto à importância da luta social (de cujos atos participam entusiasmadamente) para a conquista dos objetivos do Movimento; e, por fim, evidenciaram a presença de elementos germinais de identidade de classe, forjados na participação no MTD. Por outro lado, essa experiência não se converte numa compreensão clara das linhas gerais de organização da sociedade capitalista e numa consciência elaborada da sua condição de classe.

Palavras-chave: MTD; trabalho autogestionário; trabalhadoras urbanas; trabalhadores urbanos; mobilização; organização; relações sociais de sexo.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the experience of the Movement of Unemployed Workers (MTD, in portuguese) in mobilizing brazilian urban workers through self-managed work. In the research, semi-structured interviews were conducted with participants from three Production Groups (PG's) of MTD in the city of Caxias do Sul, in Rio Grande do Sul, as well as with the leaders of the Movement. The investigation also included the following tasks: direct observation; an analysis of MTD (or related thereto) documents; the application of a socioeconomic questionnaire with the workers in PG's, formed unintentionally by women. The following aspects were taken into consideration: 1) the historical formation of MTD, its social base, its organizational structure, its political fundamentals and frameworks and its political action (relationship with the state, governments, political parties and other social movements); 2) the economic, organizational and management settings of productive activities in the PG's; 3) the experience of work by members of PG's; 4) aspects relating to the social relations of sex of members of GP's; 5) finally, the political experience of these workers. According to the results found, it is clear that the participation in the Movement brought about significant changes in the action of members of PG's. Generally speaking, those women reported a differentiated experience of work compared to wage labour; they reported the existence of a shared management of the PG's; they exposed, about their female condition, a relative overcoming of a prior subordinate behavior, which silenced, paralyzed and kept them reclusive; they demonstrated belief in the importance of social struggle (in whose acts they participated enthusiastically) to the conquest of the objectives of the Movement; and, finally, they made evident the presence of germinal elements of class identity, forged in the participation in MTD. On the other hand, this experience has not resulted in a clear understanding of the general organization of capitalist society and a developed consciousness of their class condition.

Keywords: MTD; self-managed work; urban workers; mobilization; organization; social relations of sex.

LISTA DE SIGLAS

CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CODECA – Companhia de Limpeza de Caxias do Sul
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FET – Frentes Emergenciais de Trabalho
GP – Grupo de Produção
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD – Movimento dos/as Trabalhadores/as Desempregados/as
NB – Núcleo de Base
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PEA – População Economicamente Ativa
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA – População em Idade Ativa
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PME – Pesquisa Mensal do Emprego
PPT – Pontos Populares de Trabalho
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 Introdução	12
2 O MTD, resposta à ofensiva contra o trabalho	25
2.1 MTD, sujeito político	31
2.2 Reivindicações (e proposições) do MTD	39
3 A base social do MTD	44
3.1 Conceituações em torno do desemprego e da informalidade	47
3.1.1 A informalidade e o capitalismo periférico	50
3.2 Capitalismo e trabalho no Brasil	54
3.2.1 A ocupação laboral brasileira no limiar do século XXI	65
3.3 A feminização da base do MTD (ou: a classe é sexuada)	67
4 O debate sobre a autogestão	72
4.1 Jacques Texier, por uma filosofia política da autogestão (ou: O socialismo autogestionário de Karl Marx)	72
4.1.1 A propósito do conceito de “apropriação social”	78
4.2 Paul Singer e a Economia Solidária	82
5 O trabalho autogestionário no Grupos de Produção	88
5.1 A gestão dos Grupos de Produção	98
5.2 “Não gosto mais de ser mandada”	104
6 A vivência do trabalho e da política pelas mulheres participantes dos Grupos de Produção do MTD	112
6.1 Mulheres transformadas	126
7 Considerações Finais	130
7.1 O trabalho autogestionário e a experiência do MTD	132
7.2 Estratégia autogestionária e emancipação	134
Referências	137
APÊNDICE A	144
APÊNDICE B	146
APÊNDICE C	147
APÊNDICE D	149
APÊNDICE E	151
APÊNDICE F	154
APÊNDICE G	155
APÊNDICE H	156
APÊNDICE I	158
APÊNDICE J	161
APÊNDICE K	162
ANEXO 1	164
ANEXO 2	166

1. Introdução

I

O final do século passado foi marcado por um contexto de severas adversidades para o trabalho. Da ofensiva mundial de reorganização capitalista que, frente à crise de reprodução do capital na década 1970, conjugou neoliberalismo e reestruturação produtiva resultou um profundo movimento de precarização do trabalho, através das estratégias de enfraquecimento de direitos trabalhistas, fragilização dos vínculos e contratos de trabalho, enxugamento de postos de trabalho, terceirização da produção, entre outras. Fez-se acompanhar uma investida ideológica que exaltava o individualismo, a mercantilização das riquezas naturais e culturais, desacreditava a política e afirmava o triunfo do mercado como único mediador eficiente e legítimo da vida social. Dessa maneira, os instrumentos de representação da classe trabalhadora – os sindicatos, partidos políticos e demais organizações – se viram duplamente fragilizados: pela redução do emprego formal e pela hegemonia política e cultural de talhe neoliberal (HARVEY, 1992; ANTUNES, 2005; OLIVEIRA, 2000).

No Brasil, a década de 1980 representou a etapa final de um processo de estruturação do mercado de trabalho brasileiro que permitiu o crescimento do emprego formal – processo que se estendia desde os anos 30¹. A década de 1990 representa um forte marco da precarização: é nela que, pela primeira vez, o número de ocupados informais superava o de empregados formais. Se é verdade que a informalidade sempre esteve presente em larga escala no mercado de trabalho brasileiro, é apenas nos anos 90 que ela suplanta o patamar de 50% da População Economicamente Ativa (PEA)²; se considerada somente a população ocupada, pelos dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) compilados por Sabadini e Nakatani (2002), o percentual médio que se encontra na informalidade é de cerca de 40% em 1984, ultrapassa esse número a partir de 1991 e chega aos 50% em 2001, sendo que, a partir de 1996, o total de ocupados na informalidade passa a superar o de ocupados formais³.

¹ Embora a década de 80 tenha sido marcada por forte crise, o emprego assalariado formal continuou a se expandir, apoiado numa política econômica empenhada na substituição de importações. O que muda é a qualidade do emprego: nos anos 80 o emprego formal que se cria é mais precarizado (POCHMANN et al, 2007).

² Sabadini e Nakatani (2002) citam Carleial e Malaguti (2001) para informar que, no período 1950-1980, quando da consolidação da indústria brasileira, a proporção da PEA ocupada na informalidade girava em torno de um patamar de 40%.

³ Como veremos no capítulo 3, diversos são os critérios possíveis de delimitação da informalidade. No estudo citado, são abrigados/as na informalidade os/as empregados/as sem carteira assinada e os/as trabalhadores/as por conta própria. Os autores ponderam a existência, entre trabalhadores/as por conta própria, de uma parcela que pode ser considerada em situação de formalidade (num sentido bastante delimitado, especificamente quanto à

Nesse período, ocorre no país também uma brutal intensificação do desemprego, que sai de 6,7%, em 1989, para 14,2%, em 1996⁴ e, de acordo com Pochmann (2001), passa a afetar praticamente todos os estratos da PEA e todas as regiões geográficas brasileiras – se torna um “fenômeno de massa” (Ibidem, p. 102). Esse quadro é resultado direto das duas décadas de estagnação vividas pelo Brasil (1980 e 1990) e da orientação econômica seguida de modo mais acentuado nos anos 1990 – um modelo econômico que, além de recessivo, se mostrou prejudicial ao emprego nacional pela abertura brusca a que expôs a economia do país. Depois da década perdida (1980), a década neoliberal (1990) (POCHMANN, 2001; DAINEZ, 2000, SABADINI & NAKATANI, 2002).

Embora recentemente, notadamente a partir de 2004, os índices de informalidade e desemprego venham declinando, os números mostram que o percentual da população ocupada que se encontra na informalidade é ainda bastante expressivo: de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelos números da PME/IBGE relativos ao ano de 2009, o grau de informalidade⁵ é de expressivos 38,4% (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2010). Ademais, a busca pela automatização para redução do trabalho vivo segue sendo uma necessidade do capital, viabilizada imensamente pela revolução microeletrônica em curso. Dessa maneira, é de se pensar que o encurralamento do trabalho formal siga sendo uma tendência importante no capitalismo mundial (MARX, 1984a; OLIVEIRA, 2000). Os efeitos dessas tendências, em contato com o padrão de sobre-exploração⁶ do trabalho que marca o desenvolvimento capitalista brasileiro, somados a um processo prolongado de desindustrialização da economia brasileira, puseram em xeque o espaço – a duras penas construído – do/a trabalhador/a formal no mercado de trabalho do país e se traduziram em graves problemas para a ação coletiva dos/as trabalhadores/as brasileiros/as.

Assim, novas formas de organização e mobilização foram surgindo para dar conta da demanda de representação daquelas parcelas da classe trabalhadora que não podem contar com os sindicatos. Se levarmos em consideração os percentuais citados e o crescimento populacional do país nesse período, veremos que o crescimento do número absoluto de pessoas na informalidade e no desemprego foi vertiginoso. Isto é, tanto o crescimento relativo

regularidade do registro de suas atividades, apenas um dos critérios de informalidade existentes), bem como a de empregadores/as (ausentes dos dados, ressaltam) em situação informal (SABADINI, NAKATANI, 2002).

⁴ Os dados são referentes ao desemprego total (composto tanto pelo desemprego aberto, quanto pelo oculto) registrado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e constam de Pochmann (1999).

⁵ Entendido como a soma da participação dos/as sem carteira assinada, dos/as por conta própria, mais os/as não remunerados/as no conjunto da população ocupada.

⁶ Tal padrão é abordado no capítulo 3.

(percentual), quanto o absoluto do contingente populacional ocupado na informalidade significaram, contraditoriamente, uma oportunidade para que essas novas formas de organização e mobilização irrompessem. Nesse contexto, tornou-se fundamental, portanto, investigar os novos métodos e novos instrumentos através dos quais a classe trabalhadora tem se constituído como sujeito político ativo.

II

A leitura de *Uma utopia militante – Repensando o socialismo*, de Paul Singer (1999), promoveu impactos profundos na minha compreensão do que é, do que deve ser um projeto emancipatório. Mesmo desenvolvendo divergências relevantes com alguns dos posicionamentos centrais de Singer e mesmo não comungando, em alguma medida, do programa que ele propõe, sublinho a importância que suas reflexões possuem nas minhas próprias e ratifico a pertinência – mais do que isso: a aguda lucidez – de observações igualmente centrais em sua obra. Nas críticas que tece ao apontar os principais problemas existentes na União Soviética e ao indicar sua natureza antitética com um programa de superação da desumanização e da exploração capitalistas, mais do que desconstruir a experiência soviética, Singer pôs em questão toda a estratégia e todo o programa socialistas hegemônicos no século XX.

A luta política pelo poder do estado foi, durante um longo período, considerada por uma importante parte do movimento operário como a única forma de combate pelo socialismo. Este era concebido como um sistema econômico centralmente planejado, resultante estatização dos meios de produção. (SINGER, 1999, p. 120)

O principal trunfo de Singer é desmistificar a identidade construída, principalmente no século XX, entre socialismo e produção estatizada, de planificação centralizada⁷. Seu argumento central é o de que o socialismo pressupõe a transferência efetiva do controle dos meios de produção para os/as trabalhadores/as, o que equivale a dizer que:

esta transferência requer muito mais do que um ato jurídico político de transferência formal de propriedade ou posse. Ela requer, antes de mais nada, que os trabalhadores estejam desejosos de assumir coletivamente tal controle e que se possam habilitar para exercê-lo em nível aceitável de eficiência. (Ibidem, p. 10)

⁷ Difundida entre as correntes marxistas mais influentes no século passado, essa identidade é, antes de mais nada, uma incongruência com o pensamento marxiano, como se verá posteriormente.

Esta declaração é a contrapartida afirmativa à crítica ao regime soviético, em que a real condução da produção estava sob o comando dos poderes estatais. Além disso, ao falar no desejo dos/as trabalhadores/as em assumir o controle dos meios de produções, Singer sugere a exigência de “uma verdadeira revolução cultural protagonizada pelos trabalhadores que se transformam, por sua própria iniciativa, de dependentes assalariados – ou ex-assalariados desempregados – em empreendedores coletivos” (SINGER, 1999, p. 11). E é aí que reside sua defesa de uma tática política que leve a cabo a implementação de práticas produtivas autogestionárias. Afora os ganhos pedagógicos de ordem política, essenciais para a transformação da classe trabalhadora em classe dirigente, esse tipo de experiência garantiria também a capacitação técnica necessária para que os trabalhadores “se possam habilitar para exercê-lo [o controle dos meios de produção] em nível aceitável de eficiência” (Ibidem, p. 10). De forma sucinta, eis o alerta de Singer: o comando da classe trabalhadora sobre os meios de produção requer que ela esteja desejosa disso e capacitada para tal. Nada mais distante do ocorrido na União Soviética: “Nas várias experiências stalinistas, o desejo dos trabalhadores estava meramente pressuposto e o controle efetivo [dos meios de produção] ficou com prepostos do poder estatal, que jamais permitiram aos trabalhadores que se habilitassem a exercê-lo” (Ibidem, p. 10).

A aposta de Singer numa construção tática de um modo de produção autogestionário sob o capitalismo⁸ e suas pesquisas e proposições em torno da chamada Economia Solidária, ainda que também com essas proposições eu tenha apresentado divergências, igualmente me foram uma fonte rica de reflexões sobre o papel que a *autogestão* pode cumprir num processo de acúmulo de forças para a construção de uma sociabilidade emancipada.

Esse foi, portanto, o ponto de partida para que eu tivesse contato com o tema da autogestão. Entretanto, como já dito, mesmo sem deixar de reconhecer a validade de algumas das principais formulações de Singer, possuo divergências importantes com o autor – divergências, por exemplo, que, no extremo, me impediriam de reivindicar um eventual *singerismo*. A leitura de outros autores que, de maneira semelhante, encaram a autogestão como condição necessária à constituição de uma ordem societária emancipada – autores, inclusive, com cujas ideias apresento maior identidade, como Jacques Texier – amadureceu meu posicionamento e ratificou minha opção teórica.

Se, então, somando-se ao convencimento teórico do papel da autogestão num processo emancipatório, constatamos o avanço, entre setores expressivos das classes trabalhadoras

⁸ Essas formas não capitalistas de produção significam a semente de uma nova ordem ainda no capitalismo – no que, aliás, se inspira em Marx, como apontado posteriormente, no Capítulo 4.

brasileiras, organizados ou não em movimentos sociais, das práticas econômicas cooperativadas, associativas, ou da Economia Solidária – graças à visibilidade conquistada, essas práticas se transformaram em objeto, inclusive, de políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal –, justifica-se claramente o meu interesse pelo tema desta dissertação: a produção autogestionária apareceu, a mim, como uma importante ferramenta de mobilização de base de trabalhadores no meio urbano brasileiro contemporâneo. *A esses setores do mundo trabalho, atomizados, pulverizados, com extrema dificuldade de atuação política, o trabalho autogestionário poderia oferecer um mote concreto de organização e a oportunidade de surgimento de uma identidade de classe.* Conjugadas essas duas vertentes de discussão – as profundas alterações no mundo do trabalho, de um lado, e a autogestão, de outro –, me vi diante de uma fértil temática de investigação.

A expansão concreta das práticas produtivas autogestionárias fez com que reflexões sobre a autogestão passassem a ocupar – embora não sem grandes resistências – um crescente espaço nas formulações e debates de parte da esquerda brasileira. Apesar dessa maior visibilidade, frequentemente o tema tem sido tratado sem o rigor necessário. No mais das vezes, tem sido alvo de um certo senso comum de esquerda, açodado e preconceituoso, que se alterna com um entusiasmo igualmente apressado, como o de alguns dos setores que reivindicam a Economia Solidária. É fato que se faz imprescindível um esforço crítico direcionado a desnudar os argutos mecanismos de subsunção do trabalho dito autogestionário no capital – mecanismos que têm como expressão final a precarização do trabalho, por um lado, e a possibilidade de uma maior acumulação pelo capital, por outro. Entretanto, a recusa antecipada em investigar em profundidade a temática, em nome de um pretenso marxismo (que desdiz Marx!) – postura corriqueira em uma parcela da esquerda acadêmica – se revela contraproducente diante da necessidade patente de se analisarem as vias pelas quais a classe trabalhadora se organiza como sujeito político na contemporaneidade. Essa pesquisa, portanto, se norteou por uma postura crítica, que rejeita, simultaneamente, a recusa sectária e a euforia despolitizada.

III

No meu trajeto investigativo, parti, então, dessa suposição mais ampla, segundo a qual a autogestão dos trabalhadores na produção representa uma importante ferramenta para a mobilização de base de trabalhadores no meio urbano brasileiro contemporâneo. Pretendia

inquirir sobre a possibilidade de consolidação de um instrumento coletivo de mobilização de trabalhadores urbanos desempregados ou na informalidade que tivesse a produção autogestionária como método de organização na base e que, organizado coletivamente num instrumento e, portanto, *com uma mediação política*, fosse além das iniciativas cooperativadas e associativistas pontuais que se proliferaram nos últimos anos. Em outras palavras, ao invés de estudar as iniciativas autogestionárias não agrícolas que, fragmentariamente, de maneira dispersa, surgiram no Brasil recente, eu pretendia investigar a utilização do trabalho autogestionário por algum *movimento social* urbano⁹. Conjecturava que a mediação política oferecida por uma organização coletiva seria fundamental para revelar o potencial de mobilização do trabalho autogestionário. Isso porque, mais do que na possibilidade de construção de uma produção não capitalista vitoriosa, o potencial virtuoso que eu (bastante influenciado por Singer) enxergava na produção autogestionária realizada nos interstícios do capitalismo estava na capacidade que ela teria de converter em sujeitos políticos ativos, mediados pela ação coletiva de um movimento, determinados setores da classe trabalhadora antes condenados a precaríssimas condições de vida e limitados em suas capacidades organizativas. Não seria inadequado dizer que a intenção era a de estudar a ação de integrantes de empreendimentos autogestionários que, nos termos de Gramsci (2007), ultrapassasse o momento *econômico-corporativo* e se aproximasse do momento *ético-político*. Posteriormente, tomei contato aprofundado com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e percebi que nele se dava o cruzamento entre as duas variáveis presentes no meu recorte temático – a mobilização de trabalhadores/as urbanos/as e a mobilização de trabalhadores/as pela produção autogestionária. Ali estavam o meu objeto e a minha pesquisa.

O MTD surge em 2000, com o objetivo de mobilizar as parcelas da classe trabalhadora habitantes das periferias urbanas e não contempladas pelo emprego formal. Diante exatamente da avaliação das transformações sofridas pelo mundo do trabalho no fim do século passado, os/as militantes que deram origem ao Movimento concluíram pela necessidade de construção de uma nova ferramenta para organização desses/as trabalhadores/as. E, em lugar da reivindicação por empregos, a proposta do MTD era a de exigir os meios para que seus/suas integrantes pudessem trabalhar de modo associado – nos espaços do Movimento, todo o trabalho foi, desde o início, desenvolvido tendo a autogestão como eixo fundante.

⁹ Deixo claro, portanto, que não estou tratando de um movimento *representativo* das práticas autogestionárias no Brasil.

Na verdade, o surgimento do MTD coincide com um processo disperso de discussão e mobilização de trabalhadores desempregados no Estado do Rio Grande do Sul. Pastorais sociais, setores sindicais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e movimentos de luta por moradia já desenvolviam, desde meados da década de 1990, atividades pontuais direcionadas para a base social que viria a dar origem ao MTD. Reunidos em torno da organização Consulta Popular, a partir de 1999 esses setores intensificaram as articulações e ações para a organização do novo Movimento, que viria a ter como marco formal de fundação o dia de 22 de maio do ano seguinte, quando ocuparam um terreno em Gravataí, Região Metropolitana de Porto Alegre (GOULART, 2003; ZERBIELLI, 2005; CAMP 2007).

No seu início, o MTD se organizava em três espaços: em acampamentos, através de ocupações promovidas em terrenos ociosos, cuja posse passava a ser reivindicada; nos assentamentos *rururbanos*¹⁰ eventualmente resultantes de ocupações; e por meio de nucleação em bairros de periferia. Os Núcleos de Base (NB's), que são a célula organizativa do Movimento, estavam presentes nos três espaços, bem como os Grupos de Produção (GP's) (GOULART, 2003; ZERBIELLI, 2005). Atualmente, a partir da avaliação da experiência com os cinco assentamentos existentes no Rio Grande do Sul¹¹, o Movimento tem se dedicado apenas à organização de NB's e de GP's nas periferias, em detrimento da realização de acampamentos para reivindicação de novos assentamentos rururbanos. Mesmo existindo em dez estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Paraíba e Ceará), o MTD ainda não possui uma instância de atuação nacional. O Rio Grande do Sul, além de ser o estado de fundação do MTD, é onde se encontra sua atuação mais expressiva.

Nesse sentido, delimito a investigação ao MTD gaúcho. Contudo, ainda outros limites precisavam ser determinados para que um recorte adequado fosse encontrado. Primeiramente, descartei pesquisar os assentamentos do Movimento. Como se verá no capítulo 2, os assentamentos rururbanos dificilmente conseguiram desenvolver atividades não agrícolas; a expressiva maioria – senão a totalidade – da produção nesses espaços se dá na agricultura (mais residualmente, na pecuária). Acrescente-se o fato, já mencionado, de que o MTD atualmente não realiza mais acampamentos e não reivindica mais assentamentos. Dessa maneira, decidi por restringir a pesquisa ao trabalho autogestionário realizado nos GP's pertencentes aos NB's dos bairros de periferia.

¹⁰ Os assentamentos rururbanos, situados em áreas rurais ou urbanas, se caracterizam pela divisão da produção entre atividades agrícolas e não agrícolas – daí a denominação. No capítulo 2, mais informações são fornecidas a respeito desses assentamentos.

¹¹ Os assentamentos estão localizados nas cidades de Eldorado do Sul, Caxias do Sul, Pelotas, Gravataí e Bagé.

Por fim, como escolher os GP's para a realização da pesquisa? No contato com os dirigentes do MTD-RS, identifiquei que as cidades de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, e de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, possuíam as experiências mais avançadas com GP's. Caxias do Sul, adicionalmente, possuía a vantagem de ter a experiência de uma lei municipal do programa das Frentes Emergenciais de Trabalho (FET), importante bandeira de reivindicação do MTD, como será visto posteriormente. Assim, realizei visitas exploratórias nas duas cidades, com o intuito de definir os GP's que iriam compor o universo da pesquisa. Ulteriormente, contudo, houve recusa de uma liderança de Canoas de que se prosseguisse com a pesquisa por lá. A pesquisa, então, se realizou apenas com GP's de Caxias do Sul. O processo de escolha dos GP's foi condicionado pelas condições de realização da pesquisa: como a visita exploratória a Caxias do Sul teve que ocorrer imediatamente antes da aplicação dos instrumentos de pesquisa¹², não foi possível conhecer todos os 23 GP's da cidade. A direção local do MTD procurou me levar a dois NB's que estavam em sua programação de acompanhamento. Nesses NB's, procurei conhecer os GP's que desempenhassem atividades não agrícolas. Ao final da visita, constatei que os três GP's visitados em Caxias do Sul possuíam características de funcionamento muito próximas às encontradas nos cinco GP's visitados em Canoas, o que indicava uma certa unidade quanto à experiência vivenciada por quem integrava os Grupos. E, desse modo, cheguei ao recorte da minha pesquisa: três GP's de Caxias do Sul¹³. Durante a execução da investigação, a repetição exaustiva das respostas dadas pela base organizada nos GP's do MTD nas entrevistas – repetição que validava as primeiras hipóteses formuladas quando da visita exploratória a Canoas – me apareceu como outro elemento de confirmação do recorte efetuado.

Estabeleci, então, o objetivo geral da minha pesquisa: *analisar, na experiência dos Grupos de Produção do MTD, o potencial do trabalho autogestionário como ferramenta de mobilização e organização de trabalhadores/as urbanos/as desempregados/as ou na informalidade no Brasil contemporâneo*. Deixo claro, portanto, que o meu objeto de estudo

¹² A visita exploratória a Caxias do Sul não pôde ocorrer na primeira das minhas duas idas ao Rio Grande do Sul pela triste coincidência de uma dirigente da região ter falecido em acidente de trânsito quando retornava do sepultamento de outro dirigente, vitimado da mesma forma.

¹³ Com uma população de 410.166 habitantes, dos quais 75,79% têm entre 10 e 59 anos, números do IBGE referentes a 2009, Caxias do Sul emprega formalmente quase 77 mil pessoas no segundo setor, enquanto o comércio e os serviços, somados, são responsáveis por pouco mais de 65,5 mil postos formais de trabalho – dados esses do Ministério do Trabalho e Emprego, referentes a janeiro de 2010. Apenas 1.759 pessoas se ocupam da agropecuária. Apontada como segundo maior parque metal-mecânico do país, na cidade gaúcha, segundo dados do MTE/RAIS-2007, dos 75.118 profissionais da indústria, 22.832 estavam na indústria de material de transporte, 10.950 na metalúrgica e 6.504 na indústria mecânica. Os dados do Censo de 2000, realizado pelo IBGE, mostram que havia, na época, cerca de 11% da população economicamente ativa desocupada e 30% da PEA ocupada eram de trabalhadores informais (CIC, 2010; PREFEITURA, 2010; IBGE, 2010; BRASIL, s.d.).

não é o MTD em seu todo. Estou concentrado na experiência política que emerge da organização de trabalhadoras pelo trabalho autogestionário nos GP's do Movimento.

Em tempo, creio que seja útil precisar a definição de “trabalho autogestionário” de que me utilizo neste trabalho. Grosso modo, as definições de empreendimentos autogestionários se baseiam nos seguintes critérios: posse coletiva dos meios de produção pelos/as trabalhadores/as; igualdade de direitos das/os sócias/os e gestão democrática do empreendimento (destaque-se o princípio pelo qual a cada sócio/a corresponde um voto); repartição igualitária (ou proporcional à participação no trabalho) dos ganhos com a produção (veja-se Singer, 2000b). No caso dos GP's do MTD aqui analisados, grupos informais que são, os critérios utilizados para caracterizá-los como autogestionários foram a posse coletiva dos meios de produção (nesse caso específico, os meios de produção pertencem aos GP's, que subsistem a eventual rotatividade das trabalhadoras integrantes); a gestão democrática da atividade produtiva; e a repartição igualitária (ou proporcional ao trabalho empenhado) dos ganhos alcançados.

IV

Quando faço referência a um “potencial” da utilização da produção autogestionária como instrumento de mobilização e organização de trabalhadores/as urbanos/as, a que exatamente estou me referindo? Inicialmente, preciso frisar que estou me utilizando de um parâmetro eminentemente qualitativo. Assim, foram levados em consideração nessa análise os seguintes aspectos:

- 1) a formação histórica do MTD e sua base social, bem como sua estrutura organizativa, seus fundamentos e referenciais políticos e sua ação política (relação com o Estado, governos, partidos políticos e outros movimentos sociais);
- 2) as configurações econômicas, organizativas e de gestão das atividades produtivas nos GP's;
- 3) a vivência do trabalho pelas integrantes dos GP's;
- 4) aspectos atinentes às relações sociais de sexo das integrantes dos GP's;
- 5) finalmente, a experiência política dessas trabalhadoras.

Na operacionalização da pesquisa, foram executadas, pois, as seguintes tarefas: a observação direta; a análise de documentos do MTD (ou a ele referentes); a aplicação de

questionário socioeconômico com as integrantes do GP's; e a realização de entrevistas semiestruturadas, tanto com integrantes dos GP's, quanto com dirigentes do Movimento¹⁴.

A observação direta se deu principalmente nas visitas exploratórias. Estive no Rio Grande do Sul por duas vezes. Na primeira delas, entre os dias 27 de abril e 2 de maio de 2009, estive em Porto Alegre, onde entrevistei dirigentes do Movimento e participei de ato referente ao Dia do/a Trabalhador/a¹⁵; em Gravataí, onde conheci um assentamento e o Centro Estadual de Formação Ir. Dorothy Stang (do MTD, localizado no assentamento); em Eldorado do Sul, onde conheci o assentamento Belo Monte; em Canoas, onde visitei cinco GP's. Baseado nas observações feitas e nas informações colhidas durante essa primeira ida ao Rio Grande do Sul, elaborei os principais instrumentos utilizados na pesquisa: o questionário para as integrantes dos GP's e o roteiro das entrevistas semiestruturadas. De volta ao território gaúcho, entre os dias 5 e 14 de outubro de 2009, efetuei a visita exploratória aos GP's de Caxias do Sul. Ali, participei da reunião de dois NB's e pude conhecer a loja ("Sonho Real") que o MTD mantém no centro da cidade¹⁶. Além disso, nessa segunda ida ao estado, realizei as etapas principais da pesquisa: em Caxias do Sul, houve a aplicação do questionário e a realização das entrevistas com as integrantes dos três GP's; e, tanto em Caxias do Sul, quanto em Porto Alegre, foram feitas as entrevistas com as/os dirigentes.

Com relação às integrantes dos GP's, aceitaram participar da pesquisa treze trabalhadoras¹⁷: quatro do primeiro GP, três do segundo e seis do terceiro¹⁸. Seis dirigentes foram ouvidos/as: três fundadores/as e três não fundadores/as¹⁹. A diferenciação entre fundadores/as e não fundadores/as foi efetuada com o objetivo de reconstruir alguns aspectos da formação histórica do MTD que pudessem estar ausentes dos documentos e registros disponíveis. Entre os/as fundadores/as, dois residem na Região Metropolitana de Porto Alegre e uma é dirigente em Caxias do Sul. Os/as três dirigentes não fundadores/as tiveram uma contribuição específica para a pesquisa: a primeira é responsável pelo setorial de finanças e projetos do MTD; o outro é responsável pelo setorial de formação e trabalho; e o terceiro é do setorial de frente de massa²⁰ de Caxias do Sul.

¹⁴ Ver o questionário e os roteiros das entrevistas semiestruturadas nos Apêndices A, B, C e D.

¹⁵ Estima-se que os protestos tenham reunido, em três cidades gaúchas (além de Porto Alegre, Caxias do Sul e Palmeira das Missões), cerca de 1100 integrantes do MTD. A agenda de reivindicações dos atos pode ser vista nos Anexos 1 e 2.

¹⁶ Há fotos da loja no Apêndice E.

¹⁷ Ver perfil das participantes no Apêndice F.

¹⁸ O terceiro GP conta com 12 integrantes, mas apenas seis delas se dispuseram a participar.

¹⁹ Ver perfil dos/as dirigentes no Apêndice G.

²⁰ Frente de massa é o setorial do Movimento responsável pela mobilização de base.

A análise de documentos foi realizada com material de propaganda e de formação do MTD; com documentos oficiais, tais como as leis e os decretos que instituíram o programa das FET (no estado do Rio Grande do Sul e no município de Caxias do Sul); e, por último, com documentos da Consulta Popular, organização que não apenas é responsável pela iniciativa de fundação do MTD, mas de que também a maioria dos dirigentes do Movimento faz parte.

V²¹

A dissertação está dividida em sete capítulos, incluídas esta Introdução (Capítulo 1) e as Considerações finais (capítulo 7). O capítulo 2 trata do MTD, de sua constituição como sujeito coletivo. Para a construção do perfil do Movimento, em complemento às informações reunidas através de revisão bibliográfica e de pesquisa documental, recorri, principalmente, aos depoimentos dos/as dirigentes. Deliberadamente, optei por me utilizar extensamente, em citações, do material obtido com as entrevistas. A escolha se guia pela oportunidade de o/a leitor/a ter um contato mais próximo com o MTD – relativamente desconhecido no Brasil – e poder apreender de maneira mais fiel as principais características e os principais posicionamentos do Movimento. Assim, trato da trajetória de formação e consolidação do MTD, das opções metodológicas feitas pelo Movimento, de suas principais táticas de ação, bem como de suas bandeiras de luta e reivindicações. Por último, discuto as características da ação política do MTD como organização – em questão, como o Movimento se posiciona frente aos partidos políticos, como se relaciona com os governos e o poder estatal e de que maneira se articula com outros movimentos sociais e sujeitos.

No terceiro capítulo, busco identificar quem é a base social que o MTD se põe a organizar. Para isso, inicio pela caracterização socioeconômica das trabalhadoras entrevistadas, a partir das informações colhidas com os questionários. Depois, levando em consideração a situação ocupacional dessas integrantes quando do ingresso no MTD e mediante debate conceitual em torno dos temas do desemprego e da informalidade, vou em busca de identificá-las quanto à posição na estrutura de classes da nossa sociedade, tarefa que só se completa, contudo, com a caracterização do padrão de trabalho que acompanhou o desenvolvimento capitalista no Brasil e da dinâmica da ocupação laboral no contexto em que se insere o MTD. Ao final, trato da predominância das mulheres nos GP's: mesmo sem que o

²¹ Dentre as valiosas sugestões feitas pela banca examinadora da dissertação, especial atenção foi dedicada ao método de exposição, ainda que nem todas as deficiências tenham sido plenamente sanadas.

MTD se propusesse um movimento cuja motivação primeva, inaugural, primordial fosse as relações sociais de sexo (um movimento, originariamente, de mulheres/feminista), a base atraída pelos Grupos é basicamente feminina; por que isso se dá?

O capítulo seguinte, o quarto, tem o propósito de debater a autogestão e de refletir sobre seu lugar num projeto emancipatório. Para tanto, parte-se das considerações do filósofo Jacques Texier sobre a temática, fartamente apoiadas em Marx. Em seguida, estabeleço um diálogo com a Economia Solidária, tradição teórica e política que reivindica a autogestão e cujas ideias e práticas têm ganhado considerável audiência e adesão no Brasil recente. Mais precisamente, me dedico ao pensamento de Paul Singer – cuja importância para este trabalho, creio, já está bastante clara a esta altura –, mais notório representante intelectual da corrente no país.

Chego, então, no capítulo 5, à análise do trabalho autogestionário nos GP's. Descrevo os GP's e seus aspectos econômicos e organizativos, para, na sequência, destrinchar o funcionamento da produção nesses Grupos, bem como apontar seus vínculos com a produção capitalista. Trato de algumas questões relativas à gestão dos GP's: as capacidades e deficiências técnicas, a possibilidade de formação de hierarquias internas, o processo de tomada de decisões, o aprendizado na gestão dos GP's, os riscos de conversão capitalista dos Grupos, entre outras. Ao final do capítulo, procuro identificar as transformações ocorridas na condição de trabalhadoras dessas mulheres, na experimentação de uma nova vivência do trabalho.

O capítulo seguinte, o sexto, possui extrema importância para esta dissertação: nele, analiso a experiência política que resulta da participação nos GP's do MTD. Trato de práticas e visões políticas das trabalhadoras – são abordadas preferências e participação partidárias, experiência com outros movimentos sociais, práticas de condução da atividade produtiva nos GP's, posturas como sujeito político, posições a respeito da questão social e da sociedade capitalista. Por último, trato das transformações quanto às relações sociais de sexo por elas vividas. Nesse capítulo, como no segundo (e pelas mesmas razões), também privilegio as falas das entrevistadas, constantemente citadas; e, nos dois casos, optei por uma transcrição que preservasse ao máximo a variante linguística ali utilizada e, nesse sentido, a edição ocorreu apenas para evitar polissemias, ruídos e dificuldades na leitura – foram eliminados certos elementos de oralidade e algumas repetições, por exemplo.

Nas Considerações Finais, teço alguns comentários de cunho teórico-metodológico à luz dos dados obtidos com a investigação e, além de arrematar algumas questões específicas delegadas pelos objetivos a que me propus nesse trabalho e de maneira mais próxima do meu

objeto de pesquisa, procuro ainda exceder essa experiência específica e realizar algumas reflexões mais amplas referentes à autogestão como elemento qualificador de uma estratégia política emancipatória.

VI

Duas escolhas léxicas precisam ser aqui explicitadas e justificadas. A primeira diz respeito ao próprio título da dissertação. Mesmo sendo os GP's do MTD compostos inteiramente de mulheres, falo no título em “mobilização de trabalhadores/as urbanos/as”, não exclusivamente de “trabalhadoras”. A justificativa se encontra no fato de que o uso do substantivo apenas no feminino poderia levar à inferência equivocada – amparada no arraigado sexismo do uso corriqueiro de nossa linguagem – de que se trata de um movimento, originariamente, de mulheres/feminista.

A segunda escolha é relativa ao termo “autogestão” (e seus cognatos, como “autogestionário”). A primeira ressalva ao termo se deve ao fato de ele ser amplo e polissêmico. Pode ser identificado como um princípio político generalista; como uma forma de governo e de gestão da vida em sociedade; como uma forma de produção. Além disso, o vocábulo está amplamente identificado com certa tradição política, a dos “libertários”/anarquistas, de inspiração proudhoniana. E, por último, creio que, de maneira geral, o termo “associado/a”, de que Marx se valeu para se referir ao trabalho e à produção realizados sob o controle dos próprios trabalhadores, é mais claro e preciso. Ainda assim, optei por “autogestão”. E o fiz pelas seguintes razões: a) termos cognatos a “associado” tais como “associação” e “associativismo” possuem já uma referência social, uma denotação em larga medida consolidada e, pior, os entes a que emprestam significado (as associações de trabalhadores, por exemplo) estão em estreita proximidade com o objeto de estudo desta dissertação, o que poderia causar confusão; b) “trabalho autogestionário” possui também uma vantagem: deixa mais explícita a participação dos trabalhadores na condução dos empreendimentos; c) por último, me amparo em Jacques Texier (2002), que aponta a existência de duas concepções de autogestão: além da “libertária”, por mim rejeitada, a marxista, a que me filio.

2. O MTD, resposta à ofensiva contra o trabalho

O processo de surgimento do Movimento dos Trabalhadores Desempregados se dá entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, em resposta ao quadro, conformado nas décadas finais do século XX, de extrema precarização do trabalho – quadro que tem seu motor na busca pela desconstrução do padrão de trabalho estável e protegido do Estado de Bem Estar Social do pós-Guerra. A constituição do MTD ocorreu a partir da confluência da ação de vários setores populares (principalmente integrantes da Pastoral Operária, de organizações sindicais e de movimentos de luta por moradia) que se aglutinavam, no Rio Grande do Sul, em torno da organização Consulta Popular, constituída por iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²². Pelo depoimento dos dirigentes do MTD que participaram de sua fundação, o Movimento surge a partir da identificação, nos espaços da Consulta Popular, da fragilidade dos instrumentos de organização e mobilização do meio urbano, dadas as transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Nós começamos a observar que, durante toda década de 90, a força principal de luta no Brasil era uma força camponesa, rural [...]. E nós olhávamos pras cidades e não percebíamos aonde é que a gente ia se segurar. Qual que era a ferramenta de luta urbana? Qual que era as formas da gente também ter estruturas capazes de fazer enfrentamentos? Então começamos a olhar pra realidade mais urbana, de Porto Alegre principalmente, do Rio Grande do Sul, e fomos, então, percebendo que as nossas experiências de luta operária, de luta pela moradia, todas elas eram, estavam em descenso, estavam num processo muito fragilizado. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

Tínhamos uma leitura crítica disso [das ações já desenvolvidas pela Pastoral Operária com desempregados], do limite desse processo, e foi ali, então, que, justamente em [19]99, nós passamos a ter contato com outros setores que também estavam trabalhando em projetos nessa área da organização dos desempregados. Setores dos metalúrgicos, do Sindicato dos Metalúrgicos, algumas pessoas ligadas ao movimento de moradia, e [...] esse encontro é proporcionado especialmente nos debates que se faz na Consulta Popular, que é um debate que se faz muito na linha de como é que se organizaria mais a população urbana da periferia. Então foi ali que a gente conseguiu se encontrar e chegar ao que vem a ser a proposta do MTD (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09)

Assim, o MTD nasce com o intuito de organizar essas parcelas (habitantes dos bairros periféricos urbanos) da classe trabalhadora que não encontravam abrigo nos instrumentos tradicionais de representação dos trabalhadores, os sindicatos, e a quem as demais ferramentas

²² O Apêndice H, “Sobre a Consulta Popular”, contém maiores informações a respeito da organização.

existentes não conseguiam mobilizar a contento. Apoiado num referencial teórico-político que reafirma a centralidade do trabalho na sociabilidade humana²³, o Movimento toma como objeto da sua ação coletiva a condição de trabalhadores/as dos/as integrantes desses agrupamentos.

E essa é uma das coisas mais claras na nossa cabeça, que o trabalho nos humaniza e que o trabalho deve ser sempre uma bandeira permanente, independente das condições que nós estejamos. Enquanto seres humanos, o não trabalho, a impressão que tem é que ele nos arrasta pr'um processo não civilizatório, ele nos desumaniza, não trabalhar nos desumaniza. Porque d'aonde vêm as coisas? D'aonde você conquista as coisas? Você pode daí pegar, roubar, assaltar, etc. e tal. [É necessário] não olhar isso pelo viés moralista, do vagabundo que não trabalha, mas pelo viés antropológico-filosófico, de que é a nossa condição fundante e a luta por essa condição fundante é também uma luta pela nossa condição humana, pela nossa primeira condição. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

Parte-se, então, do foco em uma territorialidade – a periferia das cidades, onde se encontra um imenso contingente populacional –, mas com uma abordagem classista.

O debate, na Consulta, que se fazia era a mobilização do mundo urbano. Que que mobiliza no mundo urbano? Aí que entra o debate da centralidade do trabalho, o trabalho é central na vida das pessoas, por isso que se entende que, mesmo as pessoas sem trabalho formal, elas se movimentam em torno do trabalho. Então por isso que a organização é de um movimento de trabalhadores desempregados, com vistas a essa perspectiva da mobilização do mundo urbano. (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09)

Não se pode deixar de apontar a existência de alguns importantes antecedentes que, direta ou indiretamente, desembocaram na organização formal do MTD. Além da ação isolada de movimentos e organizações populares junto às/aos desempregadas/os, algumas articulações merecem ser lembradas. De acordo com Zerbielli (2005), a partir de 1995, pastorais sociais e grupos sindicais (especialmente de metalúrgicos) ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) organizaram Núcleos de Base (NB's)²⁴ na periferia da Região Metropolitana de Porto Alegre para pleitear reivindicações pontuais para esses trabalhadores (como isenção das taxas de água e luz) e para debater a questão do desemprego. Em 1999, aponta Zerbielli, a partir desses NB's foi organizado um ato em formato de vigília para problematizar o desemprego junto à população.

²³ O debate acerca da centralidade do trabalho teve notável repercussão política e teórica a partir das intensas transformações ocorridas no final da década de 1970. Foram muitos os diagnósticos de que o trabalho havia perdido preponderância na estruturação da sociabilidade humana. Antunes (2000, 2005) é destacada referência nesse debate.

²⁴ Destaque-se que os NB's foram incorporados à metodologia do posteriormente formado MTD.

Pensava-se em manter os núcleos já existentes e constituir outros a partir dos contatos feitos na vigília. Entretanto não foi possível manter os núcleos organizados por não haver um método de organização próprio para um público urbano, extremamente excluído. Também, faltavam objetivos claros: para onde caminhar? Qual o rumo a ser dado aos problemas como a falta de comida e de dinheiro, buscando atender as necessidades básicas (gás, água, remédio, etc.) sem criar a cultura do paternalismo e do assistencialismo? (ZERBIELLI, 2005, p. 24)

Essas lacunas organizativas começaram a ser supridas mais concretamente em 1999. Um importante marco desse processo de constituição do MTD certamente foram os trabalhos realizados no âmbito da Subcomissão de Desemprego da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que teve como fruto o projeto do programa das Frentes Emergenciais de Trabalho (FET), de que tratarei adiante. De acordo com Goulart (2003), encerrados os trabalhos da Subcomissão, ainda em 1999²⁵, a articulação entre desempregados prosseguiu.

Entretanto, para algumas pessoas, aquele fora apenas o início de um projeto de combate ao desemprego. Após o término daquele espaço formal de discussão, um grupo de desempregados continuou a se reunir em Porto Alegre, e no interior do Estado tentando encontrar soluções práticas para esta problemática. (GOULART, 2003, p. 140)

Após o encerramento da Subcomissão de Desemprego, dois fatos importantes devem ser lembrados. Um deles é a organização de um bloco de desempregados, também a partir dos NB's, no Grito dos Excluídos²⁶. O outro é o processo de construção, por lideranças antes componentes da Subcomissão do Desemprego e futuramente fundadoras do MTD, de um instrumento de pesquisa que tinha por objetivo aferir a receptividade da população à participação em movimento social de desempregados.

Desde agosto de 1999 até maio do ano de 2000, foram articuladas diversas estratégias [pelos integrantes da Subcomissão do Desemprego, já extinta] para organizar uma ação coletiva de desempregados. O primeiro passo para definir as linhas de atuação da mesma, se baseou nos resultados de uma pesquisa com mais de mil participantes, cuja pergunta central era: “Como você pretende superar o desemprego?” Diante das respostas, em geral pessimistas, o entrevistador, fazia uma outra pergunta: “Você estaria disposto a se engajar num movimento de trabalhadores desempregados e buscar uma solução coletiva?” (Ibidem, p. 140)

²⁵ A lei estadual 11.628, que institui o programa das FET, só foi aprovada posteriormente, em 2001.

²⁶ Manifestação tradicionalmente organizada pelas pastorais sociais da Igreja Católica por ocasião do 7 de Setembro, Dia da Independência do Brasil, e composta ainda por outras entidades religiosas, organizações populares e movimentos sociais. Conferir: <http://www.gritodosexcluídos.org>

A resposta à pesquisa foi majoritariamente positiva e cerca de trezentas famílias de todo o Estado se dispuseram a participar da criação de um novo movimento social.

O passo seguinte, marco definitivo da fundação do Movimento, foi a ocupação, em acampamento, de um terreno que havia sido cedido, em 1997, pelo Governo Estadual à empresa automobilística General Motors.

No dia 22 de maio de 2000, aproximadamente 200 famílias, em situação de desemprego, oriundas em grande maioria da região metropolitana de Porto Alegre, tais como, Canoas, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Alvorada, Viamão, Gravataí e Estância Velha, ocuparam um terreno de 21 hectares na cidade de Gravataí. [...] Essa ocupação foi a primeira atividade pública organizada pelo MTD enquanto movimento, considerada, assim, a data de surgimento do MTD. (ZERBIELLI, op. cit., pp. 27-8)

Em Caxias do Sul, o Movimento só iniciaria suas ações no ano seguinte. Os/as militantes que viriam a compor o MTD na cidade integravam o Movimento Nacional de Luta por Moradia, com cujas pautas já estavam comprometidos/as.

Mesmo achando que era importante a experiência da organização dos desempregados, nós tinha ainda muito o compromisso de resolver o problema daquelas famílias [sem teto] e não tinha como para abraçar duas coisas ao mesmo tempo. Por isso que a gente não assumiu logo junto e veio assumir a questão do MTD em Caxias no ano seguinte, em 2001. (DIRIGENTE DANIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Constituído o MTD, o trabalho autogestionário sempre esteve presente como opção política para orientar as práticas produtivas a serem desenvolvidas sob a influência do Movimento, que se lançou em busca de alternativas à produção capitalista e ao trabalho como realizado nessa produção – o trabalho e a produção no MTD teriam que ter como norte, nas palavras do dirigente André, “a autorrealização dos trabalhadores”.

Nós tínhamos uma leitura de que [...] [o caminho] não seria reivindicar emprego, mas sim reivindicar – primeiro, fazer um debate junto aos desempregados de que o caminho é a organização autogestionária da produção e, segundo, então – criar uma política em que o Estado financiasse essa iniciativa tal qual ele financia a iniciativa capitalista, as empresas. (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09)

O dirigente André aponta ainda que se vislumbrou, no quadro de redução dos empregos resultante da reorganização capitalista do final do século XX, uma oportunidade para o estímulo ao trabalho autogestionário: “nós tínhamos uma leitura de que devesse ter a organização do trabalho autogestionário, visto que as empresas, elas estavam produzindo cada vez mais com menos trabalhadores” (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09). Até hoje, as formas de trabalho autogestionário seguem sendo objeto de reflexão.

Acho que o que a gente tá pesquisando mais é essa coisa da autogestão. Porque a gente entende que a questão de fazer Grupo de Produção no MTD não é só por uma questão de resolver o problema do desemprego, mas principalmente como é que cria outra forma de trabalho que não seja relação de exploração de trabalho. (DIRIGENTE EMANUEL, ENTREVISTA EM 13/10/09)

A produção autogestionária tem se dado em diversos espaços construídos pelo Movimento. Para descrever corretamente não apenas a produção, mas a organização, as formas de luta, as reivindicações e a base social do MTD, é preciso lembrar, de antemão, que ocorreram transformações importantes desde o seu surgimento. Num primeiro momento, o MTD teve sua tática política dividida principalmente entre a reivindicação de assentamentos *rururbanos*, através de acampamentos como o realizado em Gravataí, e a reivindicação de convênios com o programa das FET, para os integrantes que já possuíam moradia e não se interessavam por (ou não se dispunham a) realizar acampamentos e reivindicar assentamentos.

A proposta dos assentamentos *rururbanos* era a de conquista de pequenos lotes urbanos (ou próximos a áreas urbanas), em que os/as assentados/as poderiam cultivar hortas de subsistência (e, eventualmente, comercializar o excedente), desenvolver atividades produtivas de outra natureza e, obviamente, residir. Assim, a reivindicação de assentamentos, se guardava semelhança com as formas de luta do MST – uma influência explicitada pelos/as próprios/as dirigentes do MTD –, era também herdeira direta da pauta dos movimentos de luta por moradia e por reforma urbana. Nessa época, o Movimento tinha como palavra de ordem a consigna “Trabalho, Terra e Teto”.

Agora, isso [a bandeira de luta pela produção autogestionária] é uma das leituras. A outra é a questão da reforma urbana. Se tinha um debate muito forte que a própria cidade deveria ter um outro perfil, por isso que entrou como pauta de reivindicações os assentamentos rururbanos, para as famílias desempregadas que estejam desempregadas e sem teto. (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09)

Contudo, a opção pelos acampamentos e assentamentos, mesmo com suas vantagens organizativas (como, por exemplo, a possibilidade de o Movimento controlar um território e de influir em aspectos outros da vida do/a militante, para além da produção²⁷), começou a revelar algumas limitações. Primeiramente, os imensos desafios que se impunham àquela

²⁷ “[...] o grau de inserção de um assentado, de um acampado no Movimento é bem maior que uma pessoa que está no bairro. [...] A pessoa que vai pr’um acampamento ele tá dizendo que a vida toda dele circula em torno da organização autogestionária – educação, a moradia, produção. O modo como nós estamos organizados nos bairros é [apenas] a produção que é coletiva” (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09).

proposta de vida em coletividade exigiam uma energia acima das possibilidades do conjunto de militantes do MTD.

A gente acabou deixando de lado [a reivindicação de assentamentos] um pouco, porque a gente percebe também que não tínhamos nem “pernas” pra fazer tudo no mesmo nível, no mesmo estágio. [...] Desistimos justamente por conta dessa dificuldade que era nos mantermos as pessoas todas reunidas ali e a responsabilidade sobre tudo isso. Então, junto com as pessoas todas reunidas no mesmo espaço, tem a história interessante que é você ter um certo controle sobre um território, atuar nele com regras, critérios, uma série de coisas, só que as condições objetivas em que estão a vida das pessoas não há regra que segure. Então, tu tinha que resolver desde as brigas entre marido e mulher, criança, a cachaça, droga, o pastor pregando Jesus Cristo... Então aquilo virava uma pressão e um peso tão grande que a nossa militância não aguentava segurar uma coisa dessas. Sem contar o problema da violência, [...] os últimos [acampamentos] foram muito violentos [...]. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

Os assentamentos rururbanos também começaram a apresentar dificuldades na fixação dos/as integrantes. Havia, de um lado, resistências de muitos/as dos/as assentados/as à proposta de apropriação coletiva do espaço e o desejo deles/as de repartição do assentamento em lotes a serem ocupados individualmente; e, de outro, a carência de investimentos em infraestrutura, de assessoria técnica e de outras demandas que o Estado não supria.

A gente foi tendo sempre a discussão de que esses nossos assentamentos, eles teriam que ser áreas coletivas de trabalho. [...] E aí a gente se deparou que esse é um grande limite. [...] A gente pega essas pessoas que estão lá no fim da fila de tudo e, de certa forma, a gente quer que essas pessoas se adaptem a viver num sistema que já é lá quase do socialismo. Então, era um passo grande demais que a gente tava exigindo das pessoas. [...] Muita gente queria vir para ter o seu lote de morar e, como, enquanto não resolvia todo o problema do acampamento, não individualizava lote, as pessoas preferiam ir embora. Ou mesmo, conforme ia se desenvolvendo o modelo do assentamento, até tinham o seu lote, mas aí tinha que ser no coletivo a questão do trabalho e tal, também começava uma série de conflitos. E uma terceira razão é porque mesmo os assentamentos que saíram naquela primeira leva, ali, de 2001, 2002, depois acabaram ficando muito tempo sem nenhuma assistência do governo. Então, as pessoas que não tinham recurso nenhum – e aí sem liberação dos créditos, de toda a assistência que o governo deveria de bancar – não conseguiam dar a volta, os assentamentos não conseguiam produzir. (DIRIGENTE DANIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Por fim, além de se mostrarem uma experiência que demandava muito esforço e dedicação do Movimento, (cujos/as militantes e recursos financeiros eram insuficientes), acampamentos e assentamentos tinham capacidade inferior de mobilização se comparados à nucleação de base nos próprios bairros de periferia. Foram essas as razões decisivas para que tal linha de atuação fosse perdendo espaço no MTD.

É bem clara essa leitura [sobre os acampamentos e assentamentos] já para o final do ano 2002, início de 2003. [...] O que que a gente foi percebendo? Que eles eram uma alternativa concreta, [...] só que eles não eram uma coisa que massificava. [...] A gente foi chegando à conclusão de que esse formato, ele era, ele é bom, só que, para essa fase, ele não massificava o Movimento, enquanto que as Frentes de Trabalho, por permitir que as pessoas ficassem no próprio local onde moravam, na vila, [em] que minimamente já têm algum barraco, alguma coisa, podendo trabalhar ali no entorno da casa. [...] Meio que, assim, a realidade redirecionou a ação do movimento, nesse sentido de começar a ter a centralidade na questão das Frentes [Emergenciais de Trabalho]. Tanto que, em 2003, a gente faz a segunda Marcha Estadual por “Trabalho, Terra e Teto”, com a bandeira principal das Frentes Emergenciais de Trabalho, que foi, daquele período, a nossa principal luta, principal referência de uma coisa massiva, uma luta estadual com 1.200 desempregados adultos, mais umas duzentas crianças junto, no processo da caminhada. Isso por ser uma luta estadual, que dificulta para as pessoas ir, ficar três dias fora, se tinha o critério de que não se precisaria ir todo mundo, vindo uma boa representação de cada cidade... Mesmo assim a gente se surpreendeu – pelo menos pra nós, naquele momento, a gente teve a avaliação de que foi uma luta extremamente massiva e isso, para nós, naquele momento, confirmava essa ideia de que as Frentes, realmente, era a coisa que massificaria o movimento. (DIRIGENTE DANIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Dessa maneira, houve uma importante reorientação nas prioridades táticas norteadoras do MTD: a realização de novos acampamentos foi abandonada, ao passo em que os NB's e os GP's nas periferias foram se tornando a principal ferramenta de massificação do Movimento²⁸. Em razão disso, deu-se uma profunda modificação na base social organizada no MTD: ela passou a ser composta basicamente por mulheres – por ora, deixemos esse assunto de lado; trato dele no próximo capítulo.

2.1 - MTD, sujeito político

Que papel cumpre o MTD numa estratégia emancipatória? A que estratégia política o MTD se alinha? Como se relaciona com partidos políticos? Quem são seus aliados? Todas essas indagações se unificam numa única temática: o papel político que o MTD assume como sujeito coletivo.

Creio que a seguinte declaração seja um bom início para tratar dessas questões: “[O MTD] é um movimento social, reivindicatório, o máximo que ele fará é isso, é mobilizar os

²⁸ Ressalve-se, contudo, que nem sempre há oportunidade de formar GP's nos NB's. Nos lugares onde não há possibilidade de negociação de políticas públicas – das FET, mais especificamente –, outras pautas assumem relevância. A reivindicação de recebimento de cestas básicas e alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ou por outros programas, de outras instâncias, tem mobilizado muitos dos NB's, por exemplo.

desempregados em torno da sua reivindicação, organizar o mundo do trabalho...” (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09). Essa é, então, a definição de que se parte: o MTD é um movimento reivindicatório – portanto, parcial, setorial. Dessa maneira, não faz sentido pensar em um projeto revolucionário para o MTD: não é da sua alçada. Isso não quer dizer que sua ação política não esteja relacionada a essa busca – significa que ela, a condução de um processo de finalidade especificamente revolucionária, é objeto de outro sujeito político, o partido.

No contexto atual, contudo, o MTD tem assumido a postura de não se vincular aos partidos políticos formalizados: seus militantes e integrantes devem *não* ser filiados a qualquer um dos partidos políticos hoje existentes.

Quanto à participação nos partidos políticos tradicionais, a gente entende que a organização-movimento tem uma leitura da conjuntura, do momento político, e a pessoa [deve] se orientar pela orientação do movimento e não do partido político. [...] Se ele for do partido político, ele vai ter uma orientação do partido político e vai trazer pra dentro do movimento. Vai confrontar. (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09)

Esse posicionamento é baseado numa avaliação da atual situação da esquerda brasileira – não se trata de um princípio, de, aprioristicamente, assumir uma postura antipartidária. A maioria dos seus dirigentes, especialmente seus/suas fundadores/as, desenvolveu, inclusive, intensa militância no Partido dos Trabalhadores (PT). Porém, de acordo com a avaliação dos/das dirigentes, os esforços envidados na construção do PT não renderam os frutos esperados.

Nascemos, talvez, num momento, numa conjuntura em que boa parte da esquerda acreditava muito ainda no instrumento político Partido dos Trabalhadores e que ele, de fato, poderia fazer transformações substanciais ao governar, especialmente a União, o Governo Federal. A prática e também as leituras depois nos demonstraram que ele, de fato, não conseguiu fazer todas as transformações a que ele veio, a que ele nasceu e por que muitos militantes construíram ele. Então é uma ferramenta que não fez trabalho conforme ele tinha se proposto. Então, nesse sentido, pouco a pouco, a gente foi reduzindo a quantidade de priorizar esses espaços [...]. Hoje nós temos um descrédito nesse processo que o PT e os outros partidos de esquerda foram construindo aqui no Brasil, ou seja, através das eleições, ocupar cargos nos governos. Não é nem governar: [é] ocupar cargos nos governos. Esse processo pra nós é insuficiente, ou seja, nós não orientamos que nossos militantes dediquem tempo e que trabalhem desse modo, ocupar cargos nos governos. (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09)

Sob a hegemonia do PT, a esquerda brasileira teria pavimentado uma tática equivocada, centrada, cada vez mais, exclusiva e excessivamente nas disputas institucionais e na conquista eleitoral da Presidência da República. Essa avaliação feita pela direção do MTD

segue o debate realizado pela Consulta Popular: “A eleição presidencial de Lula foi a grande meta-síntese que empolgou e unificou a esquerda brasileira desde o final dos anos de 1980. Sua liderança foi a construção coletiva a que todos os setores da esquerda brasileira se dedicaram nos últimos 25 anos” (CONSULTA POPULAR, 2007, p. 53). Ou, nos termos da dirigente do MTD:

[...] nós estamos simplesmente mergulhados em um contexto que é fruto de um processo histórico que tem trinta anos. Então nós estamos colhendo alguma coisa que foi plantada desde o final da ditadura até agora, foi dito, nós repetimos isso durante anos, que a solução dos nossos problemas estava em eleger o Presidente Lula. Nós ficamos mais de vinte anos dizendo isso. E agora desdizer isso pras pessoas e dizer outra coisa, não é assim. Quer dizer, nós teremos que comer essa farofa, vamos ter que dizer “olha, essa nossa estratégia não deu certo, nós elegemos e isso não transformou a nossa vida”. Porque isso só não resolve. Isso pode ajudar? Pode. Isso pode atrapalhar? Pode. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

De acordo com essa avaliação, o atual quadro partidário seria fruto necessário das táticas políticas adotadas, que produziram “boas mudanças sociais”, mas impediu transformações mais profundas.

Eu entendo que não é uma questão de ficar fazendo julgamento moral dos militantes do Partido dos Trabalhadores. A estratégia que foi colocada nos levou ao quadro que estamos agora. Do Partido dos Trabalhadores, que, no início, tinha se proposto de ser um partido que transformaria a sociedade, se acomoda ao que está posto aí – com boas mudanças sociais, é claro, não vamos entrar nesse mérito, eu não tou querendo comparar se nós governamos melhor – olha o nós [risos] – se o Partido dos Trabalhadores ou se a Frente Popular governa melhor que o PSDB. Evidente que sim. Disso eu não tenho dúvida. Mas depende do meu parâmetro de comparação. Eu vou ver o Governo Lula a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, ou eu vou avaliar o Governo Lula a partir da necessidade da classe trabalhadora? Aí, se eu comparar, evidente que nota 10, se eu comparar ele com Fernando Henrique Cardoso, mas qual nota eu terei que dar se eu querer enxergar o governo Lula num processo de acúmulo de forças? (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09)

Se os/as dirigentes do MTD foram se distanciando do PT, também não viram em outros partidos – ao menos entre os formalmente constituídos como legenda eleitoral – uma referência para o atual momento.

Quando a gente inicia a nossa trajetória, dez anos atrás, as ferramentas principais partidárias já estavam em franco processo de descenso, daquilo que a gente acredita que deveria ser um partido da classe. E aí também percebemos que os novos instrumentos políticos partidários que surgiram, eles acabam tendo uma reflexão de que querem ser novos, querem

representar a classe, tal, mas a gente observa que, no método, eles reproduzem a mesma coisa que o PT, por exemplo. Então tu vê no PSOL [Partido Socialismo e Liberdade], no PSTU [Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados], nesses partidos, uma crítica ao PT e às suas opções, à sua metodologia, tudo, mas observa que, tirando o discurso, na prática eles reproduzem a mesma coisa. Então não nos oferece nenhum entusiasmo essa militância partidária. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

Como dito, essa distância dos partidos políticos não se deve a um princípio do Movimento, que, ao contrário, vê como necessário para a luta política o instrumento partidário.

Nós não queremos dizer com isso que nós negamos que seja importante partidos políticos e muito menos ainda uma organização partidária, pelo contrário, nós entendemos que essa questão é muito importante. E que a classe, se não conseguir construir um instrumento político-partidário que construa uma identidade, um projeto que aglutine, que traga identidade a nós enquanto trabalhadores, nós vamos estar muito aquém na luta de classes. Agora, entendemos que não é se filiar no último partido de esquerda que se filiou no TRE [Tribunal Regional Eleitoral] que vai resolver nosso problema, nosso problema está em conteúdo e método. É qual é mesmo o conteúdo que vai dialogar com os trabalhadores, qual é o projeto que dialoga com os trabalhadores. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

Portanto, uma nova organização partidária capaz de representar as lutas sociais numa estratégia efetiva resta por ser construído – bem como resta por ser construída essa estratégia alternativa mesma:

[temos que] reconhecer que a gente fez parte da geração que tinha no Partido dos Trabalhadores um instrumento político e que ficou de certo modo órfão disso e órfão também de uma estratégia. [...] Nós temos exemplos em outros países da América Latina em que se consegue fazer outros processos, mas – eu desconheço se existe – eu desconheço um outro grupo social no Brasil que tenha uma estratégia de transformação da sociedade. [...] A classe trabalhadora terá que organizar um instrumento político [partidário] que, de fato, consiga ter uma estratégia de transformação, e nisso o MTD estará, pelo menos a grande maioria dos seus militantes. (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09)

De algum modo – de um modo limitado, já que não cumpre todas as tarefas partidárias, como a principal delas, a de disputar, por qualquer que seja a via, o poder estatal – , a Consulta Popular cumpre esse papel de organismo partidário a que se vincula o MTD e deve ter atuação decisiva em um processo futuro de organização formal de um instrumento partidário, que não tem claros ainda seu formato e sua estratégia.

Pra nós, nós já nascemos a partir desse instrumento [o novo instrumento partidário a ser construído]. Ainda, digamos assim, [...] ele não tá construído,

mas, no nosso entendimento, e nós estamos tentando, [...] com o conjunto de movimentos que hoje se articulam na chamada Consulta Popular, pelo menos a partir dali, se tem um conjunto de militantes e de movimentos um pouco organizados que pode criar as condições de ter esse instrumento político. Não estou com isso dizendo que [ênfase] é a Consulta, mas a partir do conjunto de forças sociais que circulam ali [é que se construirá um novo instrumento partidário], umas mais, outras menos – mas ali, pelo menos, têm a mesma leitura da conjuntura e da estrutura. (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09)

O Movimento também decidiu se manter distante das disputas eleitorais – diferentemente de outros momentos, em que a militância do MTD se engajou fortemente em campanhas de candidaturas a cargos eletivos. Nas últimas eleições municipais, ocorridas em 2008, militantes que quisessem apoiar algum/a candidato/a deveriam se afastar do Movimento, que não se faria representar no processo eleitoral. Isso porque houve a “avaliação de que a eleição não ia mudar grandes coisas. Que não tinha nenhum grande projeto novo em disputa. Nos partidos era tudo muito igual, os projetos do que querem fazer” (DIRIGENTE DANIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09). Além disso, a experiência de participação em outras campanhas eleitorais resultou em enfraquecimento para o Movimento: “[O MTD] Já foi pra experiências de apoiar [candidatos] e não acumulou pr’um processo de luta e aí a gente acabou perdendo muita gente, não conseguiu recuperar tudo que a gente investiu [...]. Então é um caminho que, pra gente, ele não acumula” (DIRIGENTE BRUNA, ENTREVISTA EM 05/10/09).

Assim como acontece com o posicionamento em relação aos partidos políticos, a diretriz de não participar de campanhas eleitorais também não é uma questão de princípios. Para a direção do MTD, não se trata de uma recusa *tout court* às eleições, mas de questionar sua centralidade em uma estratégia política, bem como o programa em que se baseiam os partidos atualmente constituídos.

A eleição pode ajudar? Pode. Ela pode atrapalhar? Também pode. Agora, ela não pode ser o nosso fim em si. Pode ser que em algum período eleger alguém seja muito importante, porque é alguém que tá dentro de um outro processo. Mas, nesse momento histórico, nós eleger a Dilma, a Maria num sei quem lá, vai mudar o quê? [...] A não ser, claro, que a conjuntura se altere, aconteçam fatos novos e tal. Mas, nesse contexto que nós estamos, eleger A, B ou C é nós ter a mesma coisa que temos aqui, alguém dos trabalhadores fazendo uma boa gestão do capitalismo. Essa é a conjuntura que está posta. E essa não nos interessa. Então, somos contra eleição? Não, não somos contra eleição, é que a eleição nesse momento não altera, pra nós, a correlação de forças [...]. Então pra que que nós vamos nos debulhar em cima dela? E gastar nossas forças e ainda nos comprometer com uma coisa que a gente não acredita? Agora, se o cenário fosse outro, se tivesse uma eleição que pautasse um projeto da classe e que dissesse pro capital “olha, tu

vai ter esses problema aqui conosco”, ah, aqui é outra história, aqui a eleição tem um outro papel. Então, é nesse sentido que está pra nós as eleições, os partidos e tudo. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

Dessa maneira, o MTD tem adotado uma postura que busca encontrar pontos de unidade com as pautas de alguns dos partidos políticos e dos movimentos sociais que neles têm referência, enquanto não se reúnem as condições de construção de um novo instrumento partidário.

O MTD vem se construindo e debatendo essa questão maior [de organização de um instrumento partidário] dentro do espaço da Consulta Popular. E, dentro dessa reflexão de que o que nós não podemos fazer nessa conjuntura atual é nos fragmentar ainda mais, nos dividir ainda mais. Então nós tentamos, enquanto movimento, fazer um esforço de nos relacionar com todas as forças, de nos relacionar tanto na discussão, mas também nas lutas, nas atividades, nas propostas que as outras forças trazem, e que, na medida do possível, o que a gente consegue atuar, participar e fazer junto, a gente faz. Porque nós estamos muito imbuídos dessa ideia da unidade, de buscar unidade, construir unidade, e a unidade em torno de alguns elementos que teremos que debater e construir, e que a gente não necessariamente se apresenta como Consulta e nem se diz que é da Consulta – não é que isso seja um segredo, que seja misterioso, nem nada disso, mas a gente acaba fazendo a discussão, o debate, e não fazendo a propaganda da sua, da minha... [...] Quer dizer, isso também não resolve nosso problema, quer dizer, percebemos que quanto menos arrogância e prepotência em relação a isso melhor, sem abrir mãos desses princípios que nós entendemos serem fundamentais, que é ter claro que nós não vamos fazer transformação alguma sem o povo e é só por isso que nós estamos no meio do MTD e construindo ele há dez anos. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

Se já se mantém distante dos partidos políticos formalmente constituídos, o MTD também não estabelece apoio a ou aliança com governos. Embora existam diferenças no tratamento dado pelos grupos governantes de acordo com seus respectivos posicionamentos políticos – alguns, mais identificados com as bandeiras do MTD, outros opositores –, todas as conquistas obtidas pelo Movimento junto a governos, dizem os/as entrevistados/as, se deram a partir de processos de mobilização e de luta social, independentemente do partido eleito: “tivemos sucesso onde a gente teve povo organizado e mobilizado, não conseguimos avançar quando não tendo” (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09). Esse dirigente aponta, por exemplo, as relações estabelecidas pelo MTD em sua história com as diferentes gestões à frente do Governo Estadual.

Com certeza, a relação muda de acordo com o grupo político que está no poder. Nós tivemos uma primeira fase em que um grupo mais popular [o PT, governo Olívio Dutra] esteve no governo e, em geral, havia mais possibilidade de negociação, de diálogo e essa era uma fase, digamos assim, que teve mais construção na negociação, mas, mesmo assim, foi necessário

os processos de mobilização. Depois tivemos um governo do PMDB [governo Germano Rigotto], que, em si, digamos, reconhecia essa dimensão do dever do Estado, do direito, então também foi possível estabelecer negociação, agora menos construção, talvez, mas esse entendimento de que a política social é um dever do Estado esse grupo do PMDB que tava no governo tinha. Diferente desse momento atual aqui no estado do Rio Grande do Sul, que a gente não tem essa compreensão quem tá no Estado, quem governa o estado do Rio Grande do Sul agora é o PSDB [governo Yeda Crusius], ele tem um entendimento de privatizar o serviço social, então a ideia é: ele dá concessão de impostos às empresas e as empresas, elas vão fazer o serviço social. Quando a gente apresenta nossas pautas de reivindicações e eles indicam que a gente deve entrar no processo, [n]essa ideia público-privada, ou seja, que nossa reivindicação seja atendida numa relação com uma empresa. (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09)

Em Caxias do Sul, por exemplo, governada pelo PMDB, o MTD conseguiu ver aprovada a primeira versão municipal da Lei das FET. A conquista é atribuída ao poder de pressão e de negociação do Movimento, que teria desenvolvido, na cidade, “toda uma força política”.

De certa forma, foi-se constituindo também, junto com a organização mais de massas, um núcleo político com uma capacidade de fazer, amarrar todas as pontas, e isso já veio desde aquela nossa experiência do Movimento por Moradia. Então, ao mesmo tempo que a gente também foi aprendendo e foi construindo uma capacidade de minimamente fazer as coisas andarem, a gente também foi construindo de certa forma um respaldo e um, tipo assim, “ou dá, ou dá”, essa capacidade de conseguir combinar a luta do povo, da massa, de ir ajudando as pessoas a ter clareza de que, só através da luta e da pressão, nós vamos ir conseguindo conquistar e, ao mesmo tempo, a capacidade de ir fazendo os passos necessários de articulação política, de amarração, de saber quando tem que bater. Então, acho que aqui em Caxias a gente conseguiu minimamente desenvolver isso, que fez com que nós conquistasse a lei assim mesmo, ou os Governos e os próprios vereadores de ter essa avaliação de “ou vamos ter que fazer, ou vamos ter que fazer – de um jeito ou de outro. Esse povo não vai sossegar sem isso”. (DIRIGENTE DANIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

A dirigente alude à necessidade de saber combinar os movimentos de negociação e os de pressão pública. Amadurecido, o Movimento aprende a dosar essas duas atitudes e busca evitar o risco de cooptação política, que aumenta bastante num quadro de profunda escassez e dadas as condições paupérrimas da base social do MTD.

A disputa política, ela está presente muito forte, e acho que, de uns tempos pra cá, tá de alguma maneira se acirrando e o MTD não deixa de ser um dos alvos [de tentativa de cooptação política]. Principalmente onde vai conseguindo ter uma organização mais massiva, na periferia e tal, passa a ser um filão a ser disputado na política. [...] É um desafio grande ir conseguindo manter a clareza dessas coisas, ir conseguindo ajudar o povo a ter clareza disso, do que que é que se trata, de que a gente tem que ir mantendo a nossa autonomia. Quando for necessário bater, saber bater e não se deixar cooptar. [...] A coordenação estadual consegue ter uma clareza desse todo, mas é uma coisa que tem que estar sempre muito vigilante em cima disso e conseguindo principalmente ajudar as pessoas, a base a ir minimamente enxergando. Porque, até pelo fato de nós trabalhar com uma base social que tem uma

necessidade premente de ter suas coisas atendidas, a conquista econômica, as pessoas podem ficar muito tentadas – e ficam, de fato, muito tentadas – a aceitar. Nós temos o exemplo lá de Palmeira das Missões que, pela necessidade brutal que as pessoas têm, de não ter mais no que se apegar, de repente estão tendo que aceitar uma proposta extremamente precarizada de Frentes de Trabalho que a Prefeitura ofereceu lá. Cara, você tem que fazer todo o esforço de “bom, se está no limite da coisa, vamos pegar aqui, mas a combinação é que para o ano que vem nós vamos agir diferente com eles”. Agora, a gente não tem nenhuma garantia que as pessoas vão conseguir se colocar diferente porque a necessidade financeira, necessidade econômica vai estar igual ou pior. [...] O risco está posto. (DIRIGENTE DANIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Nacionalmente, o MTD não tem conseguido pautar suas demandas, já que não possui uma organização massiva, capaz de exercer pressão. Na verdade, não existe hoje, constituída, uma instância nacional do Movimento – embora tenha havido um esforço recente nesse sentido, por ora paralisado.

Nós estamos muito fragilizados a nível nacional porque não conseguimos construir uma pauta, temos o movimento organizado em outros Estados, mas também com tremendas fragilidades, então não conseguimos construir uma pauta que conseguisse ter força pra fazer o debate a nível nacional. Fizemos já reuniões, mas muito frágeis, porque reunião de negociação sem pressão de rua não acontece nada, né? No máximo, tu marca outra reunião. E é nesse pé que nós estamos, marcando outras reuniões, as nossas propostas eles dizem que não podem ser atendidas porque não há lei para isso, não há lei que permita, por exemplo, o governo repassar salário mínimo pras pessoas trabalharem num Grupo de Produção e recursos pra isso. Então talvez possam atender em partes essa questão mais dos materiais pros Grupos de Produção, mas isso via edital, via toda uma burocracia que, até agora, não saiu ainda das promessas. Mandou que a gente fosse discutir uma lei que atendesse isso no Congresso Nacional, nós achamos até meio engraçado porque sabemos do que se compõe o Congresso Nacional e deveríamos, com muito otimismo, levar uns vinte anos pra conseguir aprovar uma lei ali, pros pobres, né? (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

Se mantém distância de partidos e governos, o MTD possui alianças consolidadas com diversos movimentos sociais. Primeiramente, tem íntima ligação política com os movimentos articulados na Via Campesina – que nacionalmente congrega, além do MST, já citado, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dentre outros –, o que é esperado, dada a vinculação de dirigentes desses movimentos à Consulta Popular. Junto com esses movimentos sociais, participa ainda da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), fórum que agrega as mais variadas organizações populares – movimentos sindicais, de mulheres, estudantis, entre outros – e é impulsionado principalmente por Via Campesina, CUT, União Nacional dos

Estudantes (UNE), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), entre outros. As ações conjuntas vão desde a formação dos seus militantes à construção de um plano de ação unitário.

Especialmente com os sindicatos, o MTD tem cogitado estabelecer novas parcerias e formas de atuação conjunta com uma parcela da classe trabalhadora que, atualmente, não tem sido coberta por nenhuma das duas organizações (nem pelo MTD, nem por sindicato): o desempregado que acaba de perder o emprego formal e/ou que possui melhor qualificação profissional²⁹. Entretanto, ainda não existia, durante a realização das entrevistas, nenhuma definição concreta sobre o formato e os objetivos dessa intervenção.

Nós temos uma polêmica hoje estabelecida no Movimento, que é se nós vamos atrás desse desempregado mais clássico, que, na prática, virou um CNPJ, que virou uma pequena empresa que presta serviços, ou que é um cara que vive no trabalho terceirizado, então ele consegue trabalhos temporários em cooperativas terceirizadas, etc. Tem todo campo do trabalho informal, abandonado, onde estão essas pessoas um pouco mais qualificadas. Então hoje nós estamos num processo de discussão, estudo, reflexão, e talvez vamos iniciar algumas experiências nesse sentido, indo atrás desse trabalhador mais perto da engrenagem do sistema. Nós estamos compreendendo que nós temos que chegar mais perto desse trabalhador. E outra coisa também que talvez a gente consiga fazer agora no próximo ano é uma experiência com operários, com trabalhadores de fábrica, fazendo experiência junto com o movimento sindical, não o sindicato como um todo, mas setores dentro do sindicato, que eles estão querendo também descobrir um outro movimento sindical que não esse que tem aí. Então, a gente está com essas perspectivas e esses cenários aí pra frente, de fazer outras experiências com trabalhadores, empregados e desempregados. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

Um caso bem objetivo que está na nossa mão, mas que nós queremos avançar é essa experiência mesmo do sapato. Se nós trabalhamos e produzimos sapatos dentro de casa, nós somos dessa categoria dos sapateiros. E isso está mais presente na nossa elaboração: como que a gente se organiza pra que a gente pautar não só fábrica, mas o próprio sindicato dos sapateiros, como mais um instrumento de apoio a esses trabalhadores que estão aí abandonados em todos os sentidos pela produção, mas também pela organização dos trabalhadores. Então nós vamos precisar ainda construir várias pontes até achar o caminho. E talvez ainda vamos fazer várias experiências até achar [...]. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

2.2 - Reivindicações (e proposições) do MTD

O MTD, conforme apontado, participou ativamente da elaboração, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, do projeto de lei que, aprovado, instituiu o programa das

²⁹ No próximo capítulo, veremos que não é este o perfil de trabalhador/a mobilizado/a pelo MTD.

Frentes Emergenciais de Trabalho (FET). A reivindicação das FET sempre desempenhou um papel central na tática política do MTD, o que só se fortaleceu com a reorientação efetuada pelo Movimento nos últimos tempos, com o abandono da reivindicação por assentamentos. Prova disso é o fato de o MTD ter insistido com o estabelecimento de versões municipais do programa. Exatamente pela importância que possuem para a ação do Movimento – são inclusive, decisivas para a definição de formação de GP's –, as FET, com o passar do tempo, tiveram seu formato questionado pelo MTD, que identificou a necessidade de aperfeiçoamentos no modelo aprovado em 2001.

Vejam os projetos originais, aqueles aprovados pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A lei estadual 11.628/01 prescreve o direito do/a beneficiário/a do programa, por seis meses, com possibilidade de renovação, a:

- I - bolsa-auxílio mensal, no valor de um salário mínimo;
- II - auxílio-alimentação;
- III - cursos de qualificação profissional;
- IV - Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- V - apólice de seguro;
- VI - acompanhamento técnico para a identificação de oportunidades de inserção produtiva e para a constituição de empreendimentos destinados a auto-sustentação;
- VII - encaminhamento para o trabalho por meio do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. (RIO GRANDE DO SUL, 2001b)

Enquanto são beneficiários do programa, os contemplados devem cumprir carga horária em atividades laborais e em atividades de formação e de qualificação profissional. O objetivo é a consolidação, nesse período, de empreendimentos autogestionários³⁰.

A posterior aprovação da lei municipal 6.585, de Caxias do Sul, já incorporou uma modificação importante em relação às FET estaduais. Também elaborada com a participação direta do MTD, a versão sul-caxiense do programa das FET prevê o fornecimento de “recursos, a fundo perdido, para aquisição de máquinas, equipamentos, utensílios, ferramentas e matéria-prima básica para o desenvolvimento inicial das atividades coletivas” (CAXIAS DO SUL, 2006b). Através desse dispositivo, os GP's do MTD puderam adquirir maquinaria e

³⁰ O Caderno Metodológico do programa estadual das FET não está disponível no Sistema Legis, da Assembleia Legislativa Gaúcha. Tampouco há qualquer referência ao programa nas páginas eletrônicas do Governo Estadual (incluindo a página da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, herdeira administrativa das atribuições da antiga Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, responsável legal pela execução do programa). O Caderno Metodológico das FET de Caxias do Sul determina o cumprimento de aproximadamente 840 horas de atividades durante a vigência do programa, sendo 480 horas destinadas a “Atividades Laborais Assistidas” e 360 horas reservadas a “Qualificação Profissional e Resgate do vínculos (sic) sociais” (CAXIAS DO SUL, 2006a). O MTD agencia o conteúdo dessas atividades de formação. De acordo com o dirigente Emanuel, as atividades estão divididas em: formação humana (o que inclui a formação política e os debates propostos pelo MTD); a formação técnica (de acordo com os ramos de atividade produtiva desenvolvidos nos GP's); e a formação em gestão (segundo princípios autogestionários).

insumos que garantiram a continuidade das atividades de Grupos ao fim do convênio com as FET, como se verá no próximo capítulo.

Ainda assim, o MTD avalia que restam incrementos a serem feitos ao Programa. Em especial, o Movimento acredita que é necessário incluir, na pauta de benefícios das FET, o provimento de espaço físico para desenvolvimento das atividades produtivas dos GP's contemplados. Além da demanda especificamente econômica, a reivindicação de imóveis pretende sanar outras necessidades: nesse espaço, seriam realizadas coletivamente as atividades domésticas que recaem sobre as mulheres participantes dos GP's. Assim, além de espaço físico para atividades produtivas, o imóvel reservaria ambientes onde se instalassem uma cozinha coletiva, uma lavanderia coletiva e uma ciranda (denominação dada ao espaço pedagógico e de cuidado das crianças filhas de integrantes do MTD). O argumento utilizado é o de que, para que haja emancipação das mulheres, é preciso que sejam dadas as condições objetivas necessárias³¹. Por último, esse espaço seria importante para realização de reuniões e de atividades de formação, por exemplo. Dessa maneira, não mais se exigem as Frentes Emergenciais de Trabalho: esse novo modelo de política pública reivindicada pelo MTD recebe o nome de Pontos Populares de Trabalho (PPT)³².

A proposição e a reivindicação de tal política pública são encaradas no MTD como uma disputa pelos fundos públicos controlados pelo Estado, que, como citado, já “financia a iniciativa capitalista” (DIRIGENTE ANDRÉ, ENTREVISTA EM 05/10/09). O panfleto preparado para o ato relacionado ao Dia do/a Trabalhador/a de 2009, por exemplo, tem como

³¹ O questionamento que se coloca é se a reivindicação de que essas tarefas sejam feitas coletivamente pelas integrantes do Movimento não assevera a divisão sexual do trabalho – elas continuam sendo atividades das mulheres. Em contraposição, considerando que os homens não se envolvem nas atividades do MTD, essa atitude pode ser encarada pelo seu viés pragmático. De toda forma, não caberia a tais mulheres questionar, junto a seus maridos, a divisão dessas tarefas? E ao MTD incentivar essa postura crítica? Silveira (2008) lança questionamento semelhante a algumas experiências de auto-organização de mulheres, como a dos “comedores populares”, espécie de restaurantes populares no Peru e na Argentina, e a um refeitório coletivo num assentamento do MST no Paraná. “Estas experiências são modelos de movimentos de mulheres que se organizam para tentar resolver coletivamente um problema que não conseguiam resolver individualmente. São ligadas às vivências cotidianas dentro do lar, ou seja, ligadas às atividades domésticas e familiares. Assim, o espaço coletivo de realização do trabalho reprodutivo aparece como um ponto de partida para que as mulheres ocupem outras esferas sociais e políticas. Estas mulheres passam, portanto, a vivenciar e atuar em outros espaços que não a casa. É possível perceber que esses movimentos contribuem para mudanças nas práticas das mulheres. No entanto, apesar do compartilhamento das atividades num espaço comum de proximidade, não se alterou a tradicional divisão sexual do trabalho” (SILVEIRA, 2008, p. 3).

³² Durante o período de realização da pesquisa, o MTD estava em negociação com a Prefeitura de Canoas para implementação de Pontos Populares de Trabalho na cidade, com financiamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) do Ministério da Justiça, já que os NB's e os GP's do Movimento se encontravam nas áreas com maiores índices de violência.

uma das palavras de ordem a consigna: “Dinheiro para os trabalhadores e não para os banqueiros e grandes empresários”³³.

Quanto aos atuais instrumentos jurídicos que regulamentam as FET (seja na esfera estadual, seja no município de Caxias do Sul), é relevante anotar ainda que eles não apenas fazem menção expressa à organização autogestionária do trabalho resultante do programa, conforme já apontado, como também fazem referência, ao delimitar as metas do programa, a conceitos como “emancipação” e “auto-sustentação” dos empreendimentos que dele resultarem³⁴. Aos exemplos:

Art. 2º - A viabilização do vínculo produtivo [dos trabalhadores desempregados] será articulado pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e pelo apoio às organizações de iniciativas econômicas auto-sustentáveis e autogestionárias. (RIO GRANDE DO SUL, 2001a; CAXIAS DO SUL, 2006a)

O presente documento [Caderno Metodológico] visa orientar e apoiar o processo de implantação e implementação das Frentes Emergenciais de Trabalho (PFET), através da apresentação das características do Programa e procedimentos operacionais, das ações laborais assistidas, de qualificação profissional e de gestão de negócios, na perspectiva de emancipação e organização sustentável de trabalho daqueles que participam do Programa. (CAXIAS DO SUL, 2006a)

O Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho (PFET), [sic] produz uma articulação estratégica entre dois eixos: o emergencial e o auto-sustentável, que podem trazer benefícios imediatos nas condições de vida dos trabalhadores e de suas comunidades, apoiando o desenvolvimento de iniciativas auto-sustentáveis de geração de trabalho e renda, através de ações de qualificação profissional, de alcance a médio e longo prazo. (Ibidem)

A dimensão de trabalho auto-sustentável, centrada em ações de caráter cooperativo, visa a alterar as condições adversas relacionadas ao perfil ocupacional dos trabalhadores envolvidos, bem como a enfrentar os obstáculos a sua adequada inserção produtiva.

Compõe esta dimensão estratégica, a viabilização do acesso a outras políticas públicas, em especial a alfabetização/ensino fundamental, oportunizando, assim, a elevação do padrão de vida destas pessoas. O acompanhamento técnico para a identificação de oportunidades de inserção

³³ Ver Anexo 1.

³⁴ Anote-se, porém, que, mesmo que esses conceitos guardem relação com as postulações do MTD, é importante, para a compreensão correta do significado político concreto da utilização desses termos no embasamento do programa das FET, não só levar em consideração a orientação teórica que presidiu essa escolha quando da elaboração do projeto (certamente pautada pelos militantes presentes à Subcomissão, mas também pelas diretrizes do grupo político que então dirigia o Estado, reconhecido pelo MTD como um aliado), mas, mais do que isso, considerar o conteúdo que eles (esses termos) podem adquirir dentro de um projeto mais amplo de gestão governamental. Em outras palavras, quero dizer que noções como “autogestão” e “emancipação” têm sido revestidas de um talhe neoliberal – a depender do grupo político governante que reivindicou o programa – para fazerem coro a propugnações ideológicas desqualificadoras do direito ao trabalho e das conquistas trabalhistas do século XX.

produtiva e para a constituição de empreendimentos destinados a auto-sustentação são, sem dúvida, as grandes possibilidades impulsionadoras do desenvolvimento individual e dos grupos em se que estes se inserem.

Nesta perspectiva destacam-se, portanto, as atividades educativas, que envolvem a organização do trabalho, a qualificação ou requalificação profissional e o apoio à estruturação de iniciativas econômicas autogestionárias e auto-sustentáveis, ampliando o aspecto de alternativas de sobrevivência imediata para uma condição de melhor qualidade de vida. (CAXIAS DO SUL, 2006a)

3. A base social do MTD

Em acompanhamento às reorientações táticas por que passou o MTD, mudou a fração populacional recrutada pelo Movimento em sua base. Num primeiro instante, no período em que ainda se realizavam acampamentos, a proposta era abordar os/as afetados/as pelo desemprego entendido em um sentido mais corriqueiro: aquele/a trabalhador/a que possuía um emprego e o perdeu. Contudo, tais expectativas não se concretizaram. Alternativamente, homens e mulheres com baixa qualificação profissional e parco histórico de ocupação formal foram atraídos pela proposta do MTD.

Quando nós iniciamos, a nossa perspectiva [de mobilização] eram os desempregados-desempregados, o cara que tinha carteira assinada, que ficou fora, foi demitido, enfim. Até nós usávamos uma simbologia, que era uma carteira de trabalho ampliada, grande assim [gesticula], a gente usava nas místicas. Mas a gente foi percebendo que esse tipo de desempregado, na verdade, poucos vieram desse perfil. Veio um perfil de um desempregado muito mais estrutural – embora a gente tenha lá as dúvidas desse negócio estrutural, mas aquele tipo de desempregado de uma mão-de-obra mais precária. Isso quando nós estávamos acampados, que aí vinham também os homens junto. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

A base social [...] que a gente buscou organizar naquela primeira fase, ela casava as pessoas que estavam desempregadas e que também não tinham moradia. [...] Então, naquele momento o nosso foco era muito achar famílias que topassem essa ideia, portanto, eram desempregados e sem moradia. Então, de certa forma, se buscava mais a questão da família como um todo; vinha o homem e a mulher... Muitos casos a gente achava famílias [em] que o homem tava desempregado, mas a mulher tava trabalhando – tendo um desempregado na família, para nós, já preenchia o critério, mesmo que o outro estivesse eventualmente empregado. (DIRIGENTE DANIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Assim, enquanto duraram os acampamentos, a adesão ao Movimento basicamente se dava por família, homens e mulheres. Posteriormente, as já mencionadas redefinições táticas – mais especificamente, o abandono da realização de acampamentos e da reivindicação de assentamentos rururbanos e a priorização dos NB's nas periferias – provocaram um rearranjo na definição da base social do MTD: a partir daí, essa base se torna quase exclusivamente feminina, embora mantenha o perfil ocupacional (de baixa qualificação e com pouca ou nenhuma inserção no mercado formal de trabalho).

Naquele primeiro momento [dos acampamentos], [...] ainda vinha bastante essa questão de homens e mulheres. Depois, com o passar do tempo, com o desenvolvimento dessas lutas, que foi se firmando mais a questão das Frentes de Trabalho; e, num segundo momento, também as Frentes de

Trabalho foram se voltando mais para ser um período de incentivo, de subsídio pra firmar os Grupos de Produção, daí é aonde [quando] foi se direcionando mais essa base social do MTD pra questão das mulheres e jovens. Os homens com algum grau de profissionalização, eles acabaram não ficando muito na organização do Movimento. (DIRIGENTE DANIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

A partir das informações socioeconômicas colhidas com a aplicação do questionário³⁵, tornou-se possível traçar uma caracterização mais precisa das 13 participantes dos GP's analisados. A primeira variável destacada é a de sexo: todas as 13 participantes são mulheres. Por sua vez, a faixa etária é bastante variada: duas trabalhadoras estão na faixa de 25 a 31 anos; cinco na faixa de 32 a 40; uma na faixa de 41 a 50; e cinco na faixa de 51 a 60 anos. Quanto à escolaridade, nenhuma delas chegou a concluir o Ensino Fundamental, sendo que três delas são analfabetas e apenas três estudaram além do quinto ano³⁶.

O estado civil das integrantes dos grupos de produção também é variado: quatro declararam-se solteiras; duas, casadas; uma, viúva; quatro, divorciadas; três (sendo uma das que se declararam divorciadas) disseram morar junto a companheiro.

Além desses já analisados, outros dados foram obtidos. A respeito da renda familiar recebida, seis delas recebem menos de 1 salário mínimo; três recebem entre 1 e 2 salários mínimos; duas recebem entre 2 e 3 salários mínimos; duas recebem mais de 3 salários mínimos. A respeito do recebimento de benefícios governamentais/estatais para obtenção de subsídios para o sustento, oito delas afirmam ser beneficiárias de algum programa social ou benefício, enquanto cinco afirmam não ser. Das que recebem, seis declararam serem beneficiárias do Bolsa-Família; duas participam de programas de distribuição de alimentos; uma é aposentada.

Do ponto de vista da situação ocupacional, pelos critérios de classificação utilizados na Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as trabalhadoras se encontravam, antes do ingresso no MTD, na condição de pessoa desocupada³⁷ ou na de pessoa não economicamente ativa³⁸ (inativa, marginalmente ligada à

³⁵ Ver Apêndice A.

³⁶ De acordo com a nova periodização implantada pelo MEC. O atual 2º ano do Ensino Fundamental corresponde, por exemplo, à antiga 1ª série do Ensino Fundamental.

³⁷ “A população desocupada na semana de referência compreende as pessoas sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que tiveram nesse período” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, s.d.).

³⁸ “A população não economicamente ativa na semana de referência é constituída pelas pessoas em idade ativa [a partir dos 10 anos de idade] que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas na semana de referência” (IBGE, s.d.).

População Economicamente Ativa [PEA]³⁹ ou desalentada⁴⁰). Pelas categorias da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), essas mulheres estavam numa situação de desemprego (aberto, oculto por trabalho precário, oculto pelo desalento)⁴¹ ou de inatividade⁴². É o que se comprova nos seguintes depoimentos:

[Decidi entrar no MTD] Porque eu tava desempregada. Já fazia dois anos e pouco e daí me decidi. (DORA, ENTREVISTA EM 08/10/09)⁴³

Até que eu desisti [de procurar emprego] e fui [...] ficar ali embaixo [no GP], ficar ali com elas. (ÉRICA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Pretendo continuar [no MTD], porque mesmo firma, pra mim, acho que só por um milagre de Deus, pra me acontecer de eu pegar um serviço mais, por causa da minha idade. (FÁTIMA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

[...] eu não tenho aposentadoria, não posso mais trabalhar, [por]que ninguém vai me pegar mais numa firma [...]. Além de analfabeta, velha. Não me pega mais. Não tenho uma aposentadoria, então, o único jeito que eu achei foi entrar, engajar no movimento [...]. (GABRIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

[Decidi entrar no MTD] porque eu tava desempregada (ISABEL, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Eu resolvi [entrar no MTD] por causa de que eu tava desempregada, não conseguia serviço. Procurava, daí tinha comida que faltava nos armário pras

³⁹ Pessoas marginalmente ligadas à PEA são aquelas “não economicamente ativas na semana de referência que estiveram na PEA no período de captação de 358 dias e que estavam disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência da pesquisa” (IBGE, s.d.).

⁴⁰ “Pessoas marginalmente ligadas à PEA na semana de referência da pesquisa que estavam procurando trabalho ininterruptamente há pelo menos seis meses, tendo desistido por não encontrar qualquer tipo de trabalho, trabalho com remuneração adequada ou trabalho de acordo com as suas qualificações” (IBGE, s.d.).

⁴¹ “São indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego:

- *desemprego aberto*: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;
- *desemprego oculto pelo trabalho precário*: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;
- *desemprego oculto pelo desalento*: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE, s.d.).

⁴² “Parcela da PIA [População em Idade Ativa] que não está ocupada ou desempregada. Incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que, nos últimos 30 dias, realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais” (DIEESE, s.d.).

⁴³ Todas os trechos citados das entrevistas neste capítulo receberão a mesma formatação, independentemente de sua extensão.

criança, roupa, calçado, e daí eu resolvi participar, ver como é que eu [me] saía, se era bom, se não era. (JOANA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Adicionalmente, informações coletadas com os questionários socioeconômicos demonstram que parte das integrantes dos GP's se ocupava em modalidades de trabalho eventuais (bicos, trabalho por conta própria, etc.), em atividades tais como catação/reciclagem, faxina, etc.

Assim, é possível identificar certa homogeneidade⁴⁴ no perfil das participantes analisadas: são mulheres, com mesmo grau de escolaridade e recrutadas pelo MTD em situação ocupacional de desemprego, incluídas as modalidades de desemprego oculto, ou inatividade (de acordo com as categorias do DIEESE), muitas das quais exercendo atividades laborais inconstantes/espóradas.

Grosso modo, essa descrição da situação ocupacional no momento de ingresso no MTD nos conduz às duas “temáticas” que definiram o recorte da pesquisa aqui apresentada: a do desemprego e a da informalidade. Os termos em questão carecem ainda de articulação teórico-conceitual – seja para que se dissipe a forte polissemia que carregam, seja para que possam (e isso vale também para as classificações adotadas pelo DIEESE e pelo IBGE) ensejar uma explicação sociológica adequada. O recurso a essas duas “categorias” deve ser feito de modo a se compreender o lugar de tais mulheres na estrutura de classes brasileira.

3.1 - Conceituações em torno do desemprego e da informalidade

A categoria marxiana de “superpopulação relativa” é um ponto de partida que fornece elementos interpretativos importantes para abordar tanto o desemprego, quanto – ainda que mais insuficientemente – a informalidade.

Na sua lei geral da acumulação capitalista, Marx constata o processo contraditório dessa acumulação: o mesmo desenvolvimento das forças produtivas traz consigo a produção da pobreza. Esse desenvolvimento pleno implica um aumento relativo do capital constante (o valor dos meios de produção) e uma correspondente redução no capital variável (o valor da força de trabalho). Em outras palavras, a mais-valia acumulada converte-se em proporção continuamente crescente de capital constante (meios de produção), ocorrendo o inverso com o capital variável (a soma global dos salários). Para Marx, “Com a acumulação de capital

⁴⁴ A exceção importante, como visto, diz respeito à idade, de grande variação entre as entrevistadas.

produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente os meios de sua própria redundância relativa” (MARX, 1984a, p. 200).

Dessa forma, a produção de um excedente de população trabalhadora é não só “produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo”, mas torna-se “até uma condição de existência do modo de produção capitalista”. Marx explica: essas “grandes massas humanas disponíveis”, esse “exército industrial de reserva”, fornecem às “mutáveis necessidades de valorização [do capital] o material humano sempre pronto a ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional” (Todas as citações são de MARX, 1984a, p. 200). Ademais, esse exército de reserva cumpre função importante junto ao exército ativo no que diz respeito ao rebaixamento dos salários. Marx afirma que não são as variações no contingente populacional absoluto da classe trabalhadora que determinam os movimentos gerais dos salários, mas as variações na dimensão relativa dessa superpopulação. De maneira sucinta, a relação entre a acumulação capitalista e a produção dessa população sobrança pode ser extraída da síntese que Marx empreende para a lei geral da acumulação capitalista:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força do trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto com as potências da riqueza. (MARX, 1984a, p. 209)

São três as formas da superpopulação relativa na sucinta descrição de Marx: a líquida (ou fluente), a latente e a estagnada. Compõe ainda essa superpopulação o pauperismo. Certamente, a descrição marxiana possui limitações históricas: as configurações atuais do capitalismo produziram deslocamentos nas três categorias mencionadas, o que implica não somente novas categorizações, como novas interpretações dos mecanismos que lhes dão origem. De uma maneira ligeira, porém adequada para os propósitos desse trabalho – o conhecimento da base social do MTD –, é possível fazer uso de alguns dos caracteres gerais descritos por Marx para esse exército de reserva.

Ao caracterizar a superpopulação relativa *líquida*, Marx descreve três processos que a compõem. O primeiro trata do movimento corriqueiro de atração e repulsão de trabalhadores na economia capitalista; o segundo diz respeito às renovações geracionais da população trabalhadora – e da repulsão de trabalhadores mais velhos; o terceiro diz respeito ao processo histórico de transformação capitalista no campo e do conseqüente fluxo migratório rural que

ele acarreta – há decréscimo absoluto na demanda de população trabalhadora rural, impelida a migrar para a cidade. Contudo, para que esse fluxo migratório se mantenha constante, explica Marx, há a necessidade de se manter, no campo, de modo permanente, uma superpopulação *latente*.

Os integrantes da terceira fração, a da superpopulação relativa *estagnada*, encontram-se em ocupações irregulares e instáveis e, desse modo específico, compõem o exército ativo de trabalhadores/as. Nela, estão os que trabalham de forma mais precarizada, em condições de vida abaixo daquelas do trabalhador médio: “É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e pelo mínimo do salário” (MARX, 1984a, p. 208). A análise que Marx faz de tais ocupações já nos oferece elementos importantes para pensar a informalidade e sua funcionalidade para a acumulação capitalista – caracterizada por jornadas expandidas e por salários comprimidos, essa parcela da superpopulação relativa constitui, para o capital, “reservatório inesgotável de força de trabalho disponível” (Ibidem, p. 208).

Por último, Marx trata daqueles/as que se encontram no *pauperismo*: afora o grupo dos órfãos e crianças indigentes e o dos adultos incapacitados para o trabalho em geral (incluídos/as os/as idosos/as), existem os indivíduos aptos para o trabalho, mas vitimados pelas crises cíclicas do capitalismo. E há, ainda no pauperismo, o *lupemproletariado*, os “vagabundos”, “delinquentes” e afins, setores que recebem adjetivação nada elogiosa (e algo moralista) de Marx.

Algumas considerações se fazem necessárias se se busca utilizar tais categorias com pertinência para analisar o objeto desta dissertação. A superpopulação relativa estagnada descrita por Marx certamente possui características distintas no desenvolvimento capitalista brasileiro⁴⁵ em comparação à realidade analisada por Marx – tanto pela condição periférica do Brasil, o que pressupõe inúmeras particularidades históricas, quanto pelas configurações diferenciadas do capitalismo contemporâneo. Essas diferenças também podem ser apontadas no grupo dos ocupantes do pauperismo aptos ao trabalho – que no Brasil estão sujeitos a outras determinações históricas que não apenas as crises pendulares do capital⁴⁶. Contabilizadas essas advertências e observada a base social do MTD, seria possível dizer, de modo aproximado, que ela é majoritariamente composta por ocupantes da superpopulação

⁴⁵ Na seção 3.1.1, a seguir, pode-se obter mais detalhes quanto a isso.

⁴⁶ Conforme apontado no item “Capitalismo e trabalho no Brasil”. Outro exemplo é a difundida tese entre os sociólogos e economistas do trabalho da superoferta de mão de obra como característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro – veja-se, a esse respeito, o tópico “A ocupação laboral brasileira no limiar do século XXI”.

relativa estagnada, do segundo grupo da superpopulação relativa líquida (os afetados pelo fator geracional) e do grupo dos aptos ao trabalho no pauperismo.

De uma maneira geral, creio que o conceito de superpopulação relativa apresenta grandes contribuições teórico-metodológicas. A primeira delas, já apontada, diz respeito à íntima vinculação desse segmento ao desenvolvimento capitalista, de que é um subproduto necessário. Uma segunda, também já discutida, reside na constatação do papel indispensável que esse exército industrial de reserva cumpre junto à acumulação capitalista. Por fim, uma última contribuição é a concepção de totalidade presente na análise sobre a classe trabalhadora, ao apontar a unidade entre exército ativo e o exército de reserva. Essa visão tem também grande importância política para a luta da classe trabalhadora – o próprio Marx deixa vislumbrar o potencial efetivo de “uma atuação conjunta planejada dos empregados com os desempregados para eliminar ou enfraquecer as ruinosas consequências daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe” (MARX, 1984a, p. 206).

3.1.1 - A informalidade e o capitalismo periférico

Principalmente se consideramos seu lugar na caracterização das particularidades da periferia capitalista, a temática da informalidade possui importantes especificidades que não se esgotam na categoria superpopulação relativa e reclamam atenção particular.

Há que se ter, contudo, especial atenção nesse propósito. Questionamentos têm sido feitos a respeito da relevância contemporânea da noção de informalidade como categoria teórica. Machado da Silva (2003) vai sustentar a tese de que o termo “informalidade”, a partir da década de 1990, perdeu vigor analítico e tem progressivamente se tornado “um mero termo do léxico sociológico incorporado pelas camadas bem informadas” e cumprido um “papel poroso, a meio caminho entre a percepção social típica de cada conjuntura e a reflexão conceitual mais abrangente e rigorosa” (MACHADO DA SILVA, 2003, p. 141). Dessa forma, esse uso generalizado e indiscriminado, prossegue o autor, redundando numa impossibilidade de caracterização do perfil do fenômeno que se pretende descrever e explicar através do conceito. Em suma, a noção passa a apresentar problemas tanto do ponto de vista conceitual, quanto na operacionalização empírica das investigações nele amparadas⁴⁷.

⁴⁷ Machado da Silva relaciona ainda esse “rebaixamento de *status* cognitivo” a uma razão histórica: rompeu-se o consenso – “no plano dos valores, no plano teórico e no plano do conflito político” (MACHADO DA SILVA, 2003, p. 142) – que amparava o conceito, a crença “na viabilidade histórica do pleno emprego e da universalização da proteção social, tanto como um padrão abstrato de referência para entender as formas de uso

Noronha (2003) também questiona a validade conceitual da noção de informalidade ao afirmar que “refere-se a fenômenos demasiadamente diversos para serem agregados por um mesmo conceito [...]. O significado de ‘informalidade’ depende sobretudo do de ‘formalidade’ em cada país e em cada período” (NORONHA, 2003, p. 111). De fato, o desenvolvimento do conceito de informalidade não observa o mesmo trajeto quando se comparam os países centrais com os periféricos. Enquanto é nesses últimos e debruçado sobre as realidades desses últimos, no final da década de 1960, que o conceito surge e posteriormente toma corpo, aos primeiros ele só passa a ser aplicado depois da crise do Estado de Bem Estar, do processo de reestruturação produtiva do capital e do triunfo do neoliberalismo. Trata-se, por óbvio, de fenômenos e de movimentos profundamente distintos.

De posse dessas ressalvas, vejamos que Filgueiras, Druck e Amaral (2004) identificam três diferentes conceitos de informalidade na vasta produção sobre o tema (em especial, na literatura econômica): o de *setor informal*; o de *economia não registrada* (ou *subterrânea*); e o de *atividades não fordistas*. Tais conceitos se originam de dois critérios diferentes para a distinção entre formal e informal: a diferenciação a partir das respectivas lógicas de funcionamento (se são atividades tipicamente capitalistas ou não) e a diferenciação a partir da legalidade ou ilegalidade dessas atividades.

O primeiro conceito, o de setor informal, cujo surgimento se dá no contexto das precursoras pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o tema⁴⁸, sofre modificações e hoje se caracteriza por reunir um conjunto de atividades econômicas não tipicamente capitalistas, que não tem no lucro seu objetivo central e pela ausência de separação nítida entre capital e trabalho: “o produtor direto, de posse dos meios de produção, executa e administra a atividade econômica, com o apoio de mão de obra familiar e/ou alguns ajudantes” (FILGUEIRAS, DRUCK & AMARAL, 2004, p. 213). Reúne, basicamente, atividades autônomas (os chamados trabalhadores por conta própria, ou autoemprego), a pequena produção e a produção familiar. Essa definição de informalidade se ampara numa noção de setor ou segmento econômico. Entretanto, essa abordagem rompe com a teoria dual estática, que seria característica de suas formulações originais, ao postular que:

o setor informal expande-se e se afirma nos espaços não ocupados pela produção capitalista, estando, portanto, subordinado ao processo mais geral

social do trabalho como cimento ideológico da legitimidade política e como critério de planejamento” (Ibidem, p. 150).

⁴⁸ As pesquisas, em especial o Relatório sobre o Quênia e os estudos chefiados por Keith Hart sobre Gana, se desenvolveram no âmbito do Programa Mundial do Emprego, que teve início em 1969 (BARBOSA, 2009; FILGUEIRAS, DRUCK & AMARAL, 2004).

de acumulação. [...] submete-se à dinâmica da produção capitalista, em especial aos seus perfis de demanda e de distribuição de renda. O seu desempenho acompanha o ritmo da atividade econômica formal, tendo um comportamento pró-ciclo econômico⁴⁹ (quando cai a atividade, diminui a demanda pelos produtos desse setor e aumenta a competição pela transferência de trabalhadores do formal para o informal). (FILGUEIRAS, DRUCK & AMARAL, 2004, p. 213)

O segundo conceito descrito pelos autores, o de economia não registrada (ou subterrânea), surge nos países centrais no final dos anos 1970. A crise do Fordismo e do Estado de Bem Estar, com as consequentes reestruturação produtiva e liberalização econômica, abrem espaço para atividades não regulamentadas, ilegais e/ou ilícitas. O critério utilizado na definição desse conceito é, portanto, jurídico. A informalidade, nesse conceito, diz respeito tanto a atividades e formas de produção, quanto a relações de trabalho. Encontrase, assim, tanto em empresas e atividades não registradas quanto em empresas capitalistas formalizadas – logo, fica impossibilitada, para esse conceito, a ideia de informalidade como um setor ou segmento econômico. Ainda por esse conceito, a informalidade sempre esteve presente nos países subdesenvolvidos, mesmo antes da década de 1970 – desde o pós-guerra. Nesses países – e, portanto, no Brasil – ocorre um aumento de sua ocorrência a partir da década de 80. Na década de 90 se intensifica ainda mais com a chamada “nova informalidade” – aquela decorrente do processo de reestruturação produtiva. Essa “nova informalidade” “se caracteriza pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades, articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da ‘velha informalidade’ que são por eles redefinidas” (FILGUEIRAS, DRUCK & AMARAL, 2004, p. 215).

Por fim, o último conceito é o de atividades não-fordistas. Essa definição se constitui a partir da utilização combinada dos dois critérios – o econômico, quanto à natureza da atividade, se capitalista ou não, e o jurídico, quanto à legalidade ou não da atividade: inclui “tanto as atividades e formas de produção **não** tipicamente capitalistas, sejam elas legais ou ilegais, quanto as relações de trabalho **não** registradas, mesmo que tipicamente capitalistas (assalariados sem carteira assinada)”⁵⁰ (Ibidem, p. 215. Os grifos são do/as autor/as). Assim como o segundo conceito, também não se coaduna com a concepção de um setor informal. A denominação “não-fordista” reúne em si, em suma, as formas precárias e descobertas de proteção social de inserção do trabalhador na economia.

⁴⁹ Quando cai a atividade do setor formal, diminui a demanda pelos produtos do setor informal e aumenta a competição pela transferência de trabalhadores do formal para o informal (FILGUEIRAS, DRUCK & AMARAL, 2004).

⁵⁰ Os negritos são dos autores.

Os autores apontam que o perfil dos ocupados na informalidade em cada um dos três conceitos é predominantemente o mesmo, e que a diferença na alternância dos conceitos é que “observa-se uma maior acentuação das características que definem esse perfil, na medida em que se vai ampliando o conceito de informalidade”⁵¹ (FILGUEIRAS, DRUCK & AMARAL, 2004, p. 229). E ainda atestam que os três conceitos reúnem “[...] as atividades econômicas e relações de trabalho mais precárias – por estarem associadas a piores condições de trabalho e/ou à ausência de proteção por parte do Estado [...]” (Ibidem, p. 225).

Maria Cristina Cacciamali, uma das principais referências no debate sobre a informalidade no Brasil – notadamente pela ruptura que o seu enfoque efetuou em relação às concepções dualistas, ao identificar uma estreita vinculação do setor informal ao formal –, traz mais recentemente novas contribuições metodológicas e desenvolve o conceito de *processo de informalidade*. Para ela, nesse conceito, o termo informal diz respeito, “ao invés de [a] um objeto de estudo, à análise de um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições” (CACCIAMALI, 2000, p. 163).

A autora reivindica uma abordagem que “parte da análise dos condicionantes internacionais e macroeconômicos” (Ibidem, p. 158) e que está sempre referenciada “ao processo de desenvolvimento econômico, social e político em andamento” (Ibidem, p. 164). Para investigar o informal, essa abordagem “retoma os conceitos de mudanças estruturais e de subordinação do setor informal ao processo de acumulação [...] projetando-o para o processo histórico contemporâneo” (Ibidem, p. 158). O percurso metodológico para investigação da informalidade, prossegue, deve partir de uma análise global da acumulação capitalista, “seus aspectos espaciais e institucionais, as relações de subordinação que são enquadradas e suas especificidades nacionais e locais” (Ibidem, p. 158). Analisa-se então o informal nesse contexto e na sua relação e contraste com o setor formal.

Cacciamali aponta as seguintes categorias como definidoras da análise do processo de informalidade: os assalariados contratados irregularmente em relação à legislação trabalhista e à seguridade social; os trabalhadores por conta própria e os empregadores que não são profissionais liberais e “não dependem de mão-de-obra assalariada para o desempenho do seu

⁵¹ Constatam, a partir da operacionalização dos conceitos em pesquisas empíricas, que os conceitos de setor informal e de atividades não fordistas são, respectivamente, os de menor e maior amplitude, sendo o de economia não registrada o intermediário.

trabalho” (CACCIAMALI, 2000, p. 166); os trabalhadores não remunerados; e os empregados domésticos.

Observado esse panorama, é possível, pelas sucintas informações coletadas sobre a vida laboral pregressa das entrevistadas, identificar parte importante delas (antes do ingresso no MTD, ressalte-se outra vez) como ocupadas na informalidade por diversos dos conceitos descritos: as que trabalhavam como catadoras/trabalhadoras da reciclagem, bem como as artesãs, por exemplo, se encaixariam tanto nos conceitos de setor informal e de atividade não fordista, de acordo com a descrição de Filgueiras, Druck e Amaral, quanto na de conta própria, conforme conceituado por Cacciamali; as empregadas domésticas (no MTD, eram, especialmente, diaristas) são também apontadas por Cacciamali como uma das categorias; e, por último, os inúmeros relatos de trabalho sem carteira assinada as associam ao processo de informalidade de Cacciamali pelo viés da contratação irregular frente à legislação trabalhista, e as aproximam dos conceitos de economia subterrânea e de atividade não fordista, descritos por Filgueiras, Druck e Amaral.

Feitas tais identificações, cumpre-se apenas parte das incumbências diante do que nos interessa – identificar o universo classista que forneceu a base social dos GP’s do MTD. É que, no trajeto que empreendi até aqui para explicar a posição de classe dessas trabalhadoras desempregadas e na informalidade, permaneci num nível teórico relativamente apartado das concretudes do trabalho e da forma de ser da classe trabalhadora brasileira tal como se constituíram no processo histórico de desenvolvimento capitalista do país. Avancemos, pois.

3.2 – Capitalismo e trabalho no Brasil

Sucintamente, pode-se dizer que os seguintes aspectos devem ser tomados em consideração para analisar as conformações do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil: a dinâmica própria à acumulação capitalista, conforme descrita por Marx em *O Capital*; as particularidades da formação histórico-social brasileira; as mudanças que se operaram na organização e na regulação da produção e do trabalho no capitalismo contemporâneo – notadamente, a partir do avanço combinado do neoliberalismo e do processo de reestruturação produtiva do capital, em fins do século XX. De modo mais específico, a geração de uma superpopulação relativa como subproduto necessário da acumulação capitalista; a substituição de uma economia agrário-exportadora amparada no trabalho escravo por um capitalismo

periférico de “sobre-exploração” do trabalho; e, por último, o processo de terceirização, informalização, subproletarização, em suma, de precarização do trabalho levado a cabo nas últimas décadas do século passado; esses são elementos indispensáveis para uma análise da amplitude e da qualidade do desemprego e da informalidade (*lato sensu*) no Brasil que gerou o MTD⁵². Tendo parte dessas tarefas já realizada, passemos à apreciação das especificidades do trabalho e da classe trabalhadora no capitalismo brasileiro, o que requer a observação de traços estruturadores nessa trajetória de desenvolvimento, mas também o exame dos movimentos mais recentes que dão forma ao contexto de surgimento do MTD.

Quando a opção econômica do Brasil dos anos de 1990 e o processo global de reestruturação produtiva do capital levaram o país a uma brutal precarização do trabalho, com aumento vertiginoso do desemprego e do número de ocupados na informalidade, não era um padrão exclusivamente novo de exploração do trabalho que estava se instaurando. Se, por um lado, sentíamos os efeitos de uma nova etapa na acumulação capitalista, levada a cabo com vistas ao enfrentamento da crise capitalista da década de 1970, por outro lado, esses efeitos se encontraram com um consolidado padrão de sobre-exploração do trabalho no país – padrão cujas feições mais marcadas seriam as de uma força de trabalho de baixíssimo custo de reprodução e ofertada em abundância, em larga medida ocupada em modalidades alheias ao assalariamento especificamente capitalista.

Faz-se necessário descrever as dinâmicas e as estruturas que estão na base desse padrão de sobre-exploração do trabalho. Pretendo, com isso, tão somente, apontar os mecanismos mais gerais que historicamente deram direção concreta às relações de trabalho no país. Tal tarefa pressupõe a companhia de outra: a de caracterizar nossa formação econômica – e, em especial, a forma pela qual o Brasil transitou de uma economia agrário-exportadora-escravista para uma economia capitalista.

Caio Prado Júnior, no seu *Formação do Brasil contemporâneo*, aborda o legado deixado pelos três séculos de colonização no Brasil, tomando como ponto de observação, como artifício metodológico dessa observação, o início do século XIX, que é uma espécie de síntese do projeto colonial, momento em que se encontram condensadas as diretrizes que presidiram a evolução econômica brasileira até a emancipação política em relação a Portugal – diretrizes, aliás, que se fizeram permanência após o 7 de setembro e que, de alguma forma, chegaram à contemporaneidade; e que, ao mesmo tempo (ou justamente por isso) serve de

⁵² Por certo, o desenvolvimento trilhado pelo Rio Grande do Sul guarda especificidades importantes que, conquanto não o separam da trajetória do Brasil e da América Latina, merecem ser mencionadas. Disso trata o Apêndice I.

chave interpretativa para compreender os caminhos que o Brasil seguiu desde então, já que é o chão histórico de onde partiu a formação do Brasil contemporâneo (ou, pelo menos, do Brasil contemporâneo ao momento de elaboração da obra em questão, na década de 40 do século passado). Para ser fiel ao pensamento de Caio Prado Júnior, o conceito de que ele se utiliza para definir tais diretrizes é o de *sentido*. O sentido da colonização (não só no Brasil, mas em toda “América tropical”) se fez permanência e ainda grassa quando da elaboração do seu livro. De que sentido, afinal, fala Prado Júnior?

Rejeitando as interpretações do marxismo “oficial” da Terceira Internacional, um marxismo orientado por um positivismo etapista que via na atividade econômica brasileira um feudalismo extemporâneo, Caio Prado Júnior vai, dotado de uma visão de totalidade cara a Marx, identificar o “acentuado caráter mercantil” do sistema de produção colonial⁵³. Sua articulação com o comércio externo, mais, seu papel de fornecedor desse comércio (ou seja, os papéis que cumpria junto ao capitalismo comercial de então) são fundamentais para compreender os objetivos da empreitada portuguesa na América.

[...] nos trópicos [...] surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores⁵⁴ que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. [...] No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais tanto no econômico como no social, de formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 31)

O trecho citado requer duas observações importantes. O primeiro aspecto a ser destacado é o fato de Caio Prado Júnior aludir corretamente ao papel que as colônias de exploração, vistas “no seu conjunto” e “no plano mundial e internacional”, cumpriram para a

⁵³ A rejeição à identificação de um feudalismo no Brasil é compartilhada por Florestan Fernandes (1977), que também concorda com o caráter comercial da economia colonial: “a conexão capitalista pura e irredutível da economia colonial procedia do circuito comercial e realizava-se no mercado europeu (através da transformação de produtos primários e da mercantilização das mercadorias resultantes)” (FERNANDES, 1977, p. 184).

⁵⁴ Para além do evidente sentido (presente nessa afirmação) de racismo e eurocentrismo, ademais em baila à época da obra em questão, é possível alegar, em favor de Caio Prado Júnior, que a “inferioridade”, em sua obra, tem a ver com o baixo desenvolvimento das técnicas (e, conseqüentemente, das forças produtivas) dos povos em questão.

*acumulação originária de capital*⁵⁵ – papel fundamental, aliás, para a superação do capitalismo comercial em direção ao capitalismo industrial. O segundo aspecto decorre do anterior e diz respeito, finalmente, ao “sentido” da colonização de exploração na América tropical (e da colonização brasileira em especial). Esse sentido orientará concretamente os elementos econômicos e sociais fundamentais da nação brasileira e caracterizará profundamente a trajetória do país. Um sentido dotado de um vetor exterior, “voltado para fora do país e sem atenção e considerações que não fossem o interesse daquele comércio [o comércio exterior comandado pelas nações centrais]” (Ibidem, p. 32), que se tornará a “natureza íntima” (Ibidem, p. 127) da economia brasileira: mesmo extinta a submissão à metrópole portuguesa, no início do século XIX, ela (essa natureza) seguirá ditando o curso por onde seguir a produção econômica nacional.

“O controle colonial, de tipo legal e político (embora com fundamento e fins econômicos) foi substituído por controles puramente econômicos” (FERNANDES, 1977, pp. 186-7). Assim Florestan Fernandes resume o processo de descolonização na América Latina no seu início. Os controles coloniais foram transferidos (sem seu conteúdo legal e político, como já dito), então, de Portugal, Espanha e Holanda para a Inglaterra (como foi o caso do Brasil), França e outros países, através da submissão das antigas colônias latino-americanas no comércio de exportação-importação. Esse período de transição neocolonial coincide com a sedimentação, na Europa, do capitalismo industrial, em substituição ao capitalismo comercial (que, inclusive, sustentou e, antes, requereu o antigo pacto colonial), e, correspondentemente, com a afirmação de um “novo padrão de dominação externa imperialista” (FERNANDES, 1977, p. 187). Ao passo em que prolongou os mecanismos de dependência das nações ex-coloniais aos países centrais, esse período neocolonial permitiu que se fomentassem as condições de surgimento e consolidação de um “mercado capitalista especificamente moderno” e “à gradual expansão de um sistema de produção capitalista” (Ibidem, p. 187) no Brasil. Através do “enlace” (para usar o termo do próprio Florestan Fernandes) entre a economia interna e o mercado mundial (em especial, o mercado inglês, hegemônico à época), “o novo tipo de mercado [capitalista, no Brasil] preenchia a função de injetar na economia brasileira dinamismos externos bastante fortes, que o convertiam em um pólo de crescimento acelerado”; dessa maneira, o mercado externo exportava “desenvolvimento econômico capitalista” ao Brasil (FERNANDES, 2006, p. 264). Além disso, Fernandes aponta ainda o

⁵⁵ Fernandes (1977) aponta no comércio colonial um processo de acumulação de capital, a partir de formas pré-capitalistas de expropriação e apropriação.

“enlace”⁵⁶ entre o mercado capitalista moderno e o sistema de produção escravista: diferentemente do que se dava no sistema colonial, quando os excedentes eram drenados externamente, no novo mercado, “as parcelas do excedente econômico, retidas dentro do país, iriam encontrar formas de aplicação reprodutiva fora do circuito da produção escravista” (FERNANDES, 2006, p. 265) – no que inaugurou tanto o *modus operandi* que dirigiu o desenvolvimento econômico no Brasil pós-colonização, isto é, a articulação íntima e interdependente entre “arcaico” e “moderno”, quanto o padrão de “sobre-apropriação repartida” (entre agentes internos e externos) da acumulação. Em tais “enlaces” se vê a permanência do sentido da colonização que apontou Caio Prado Júnior.

O desenvolvimento resultante dos efeitos acumulativos da transição neocolonial conduziu o Brasil a um estágio de capitalismo moderno e completou-se, assim, o processo de descolonização, antes restrito à sua dimensão política. O que não quer dizer, em absoluto, que se extingue a submissão às diretrizes das economias centrais; essa submissão muda de status: de (neo)colonialismo, passa a dependência.

Mormente depois que o café passa a garantir incrementos persistentes (embora oscilantes) do excedente econômico, a articulação [da economia urbano-comercial com o sistema de produção escravista] se mostra uma fonte de ganhos reais para o *setor novo*, que se pode expandir em bases capitalistas graças principalmente à persistência do escravismo e à liberdade que o senhor desfrutava de transformar a expropriação do escravo em base material do crescimento urbano-comercial. (FERNANDES, 2006, p. 268)

Florestan Fernandes aponta para o fato de que relações, estruturas e funções pré-capitalistas não foram extintas quando do amadurecimento do capitalismo no Brasil. Elas projetam nas relações de classe capitalistas “tensões e conflitos que não seriam típicos do ‘capitalismo moderno’[...]” (FERNANDES, 1977, p. 174). Entretanto, isso não descaracterizaria a existência de um capitalismo moderno no país, já que

o modo histórico-social de concretização do capitalismo engendra a sua própria realidade substantiva. As classes sociais não “são diferentes”, na América Latina. O que é diferente é o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente como força social. (Ibidem, p. 178)

Os “enlaces” entre a economia interna e a acumulação capitalista internacional; entre a produção escravista e o mercado capitalista; entre o “moderno” e o “arcaico”; tais articulações cumpriam as funções de acumulação originária para o capitalismo nacional. Mesmo assim, o “lastro interno” revelava-se demográfica, econômica, social e culturalmente insipiente para

⁵⁶ Existe ainda um outro enlace apontado por Fernandes em relação ao surgimento do capitalismo no Brasil: aquele que se dá entre o nascente espaço urbano e o tradicional espaço rural.

levar a cabo a expansão do mercado capitalista moderno no país. Ao mesmo tempo, as nações centrais encontravam-se em um momento de “partilha do mundo”, impulsionado pelas exigências de ampliação de fronteiras correlatas à ampliação e à consolidação do capitalismo industrial em âmbito mundial. O Brasil passa a ser objeto de grande interesse e de intervenção direta na reorientação do espaço econômico nacional por parte das nações hegemônicas, em especial a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos. Esse rearranjo da estrutura econômica brasileira se dá não mais para sustentar operações de uma economia colonial ou neocolonial, mas para construir uma economia capitalista dependente na periferia. Trata-se da conformação de um capitalismo competitivo dependente brasileiro. Apesar de possuir a aparência de um processo interno de mudanças, crê Fernandes, essa transformação “indireta” tinha no exterior (nas nações hegemônicas, para ser preciso) seu centro decisório e condutor – era um processo de fora para dentro.

[...] nessa sua “idade de ouro” as nações capitalistas em luta por hegemonia ou por autonomia redefiniam a *indirect rule* segundo novos móveis, envolvendo-se, por isso, na transformação capitalista da sua periferia mais avançada com uma audácia desconhecida. O controle indireto das relações comerciais já não era suficiente. Era preciso ir mais longe, implantando, pelo menos na parte mais rica e avançada da periferia, controles econômicos que pudessem operar através do desenvolvimento institucional da livre empresa, em todos os níveis do comércio e, progressivamente, do movimento bancário e da produção que o fluxo comercial-financeiro exigisse. (FERNANDES, 2006, p. 273)

Se o controle indireto que se dava a partir do esquema de produção interna para exportação, típico da etapa de transição neocolonial, havia encontrado seus limites, se faziam necessárias “técnicas de dominação indireta muito mais complexas, fundadas na articulação da economia capitalista hegemônicas às economias capitalistas da periferia” (Ibidem, p. 275). Adiante, Fernandes aponta que o “o que entrava em jogo não era o *desenvolvimento capitalista* em si mesmo, mas a adaptação de certas transformações da economia brasileira aos dinamismos em expansão das economias centrais” (Ibidem, p. 277. Grifo do autor). Não estava em jogo, portanto, eliminar o caráter duplamente articulado da economia capitalista brasileira de então: nem *externamente* superar a articulação dependente (entre o complexo agrário-exportador e as economias centrais), nem *internamente* eliminar a “dualidade”⁵⁷ (a articulação entre os setores arcaico e moderno); muito pelo contrário.

⁵⁷ Embora Fernandes faça uso da noção de “dualidade”, ele não o faz nos mesmos termos da Cepal: o setor arcaico não constitui impedimento ao desenvolvimento do setor moderno, mas é, antes, fonte funcional de acumulação. Nisso, Florestan Fernandes coincide com Francisco de Oliveira, como se verá.

Como a aristocracia agrária e o alto comércio, as nações hegemônicas estavam muito empenhadas em manter a economia brasileira como uma economia articulada, não só no plano mundial, mas também e principalmente no nível nacional [...] Para estas, [...] suprimir a articulação inerente à superposição da economia urbano-comercial e da economia agrária seria o mesmo que matar a galinha dos ovos de ouro. Elas perderiam, ao mesmo tempo, os controles econômicos estabelecidos sobre a organização da economia urbano-comercial e do comércio de exportação; e a posição de agente privilegiado no rateio do excedente econômico, que sofria, graças ao padrão induzido de desenvolvimento capitalista, uma expropriação principal no nível da “repartição internacional”. (Ibidem, p. 278)

Nesse momento, novamente, assim como ocorreu durante a independência, constata Fernandes, as classes dominantes brasileiras “preferem, por acordo tácito, evitar o nó górdio de nossa evolução econômica no capitalismo” (FERNANDES, 2006, p. 284). Em contrário, aqui está exposta a íntima relação entre a posição da produção nacional na divisão internacional do trabalho e a manutenção de mecanismos próprios ao antigo padrão de dominação interna.

Ainda assim, o mercado capitalista moderno que se expande no Brasil vai “centralizar” operações comerciais e financeiras e “concentrar” o capital delas resultante⁵⁸. Torna-se, dessa maneira, um agente econômico relevante, que irá, segundo o exemplo de Fernandes, contribuir para a substituição da produção artesanal pela manufatura e pela produção industrial. Em outras palavras, os dinamismos internos provenientes do avultamento do mercado capitalista brasileiro irão contribuir de forma decisiva para a constituição de um sistema de produção propriamente capitalista no país (que se inicia no setor urbano-comercial e, em seguida, se irradia, ainda que não linearmente, para o setor “arcaico”). Fernandes descreve quatro desdobramentos advindos da consolidação do padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil dessa época: a emergência e a expansão de formas capitalistas de produção; o surgimento de “tendências constantes ou crescentes à industrialização e, mesmo, à diferenciação e à reintegração do parque industrial”; a catalisação das tendências “à integração nacional do mercado interno”; e a irradiação, da cidade para o campo, de relações capitalistas de trabalho, de mercado e de produção (Ibidem, p. 283). Em correlação a isso, o país viu se desenvolverem uma alta burguesia, uma burguesia e uma pequena burguesia. Fernandes se questiona de que maneira foi possível que “toda essa estrutura social e toda essa engrenagem *social*” fossem geradas sem que “fontes históricas de correção ou neutralização das inibições inerentes ao padrão de desenvolvimento capitalista dependente, ou o espaço econômico que seria necessário para que as mesmas classes tivessem outra atuação histórica”

⁵⁸ É o próprio Fernandes (op. cit.) quem utiliza os verbos “concentrar” e “centralizar”. Essa informação precisa ser destacada na medida em que difere do uso consagrado que faz Marx (1984a).

conjuntamente o fossem (Ibidem, p. 293). E atribui o processo novamente à dupla articulação que vincava o desenvolvimento brasileiro, caminho pelo qual estavam garantidos, simultaneamente, os ganhos das classes dominantes internas e os das nações hegemônicas. Ou, em sua síntese precisa:

Essa modalidade de capitalismo [...] permitia conciliar os interesses internos e externos [...] e renovar continuamente as bases materiais da dominação burguesa. De ponta a ponta, a diluição dos controles econômicos [...], através de empresas individuais, escondera a realidade da dominação imperialista, que se estabelecera mediante a irrupção e a expansão do capitalismo competitivo. [...] ao chegar ao fim de sua evolução histórica, o capitalismo competitivo continuava a ser *muito pouco brasileiro*, em termos da capacidade interna de limitar ou neutralizar os controles econômicos que ele internalizava ou de conter o amplo fenômeno de internacionalização da economia brasileira, que ele acarretava. (FERNANDES, 2006, p. 290)

A explicação construída por Florestan Fernandes nos é particularmente rica ao demonstrar, no bojo da transformação capitalista no Brasil, *as permanências desse padrão de dominação que articulava tanto os interesses herdeiros da produção pré-capitalista aos moderníssimos interesses especificamente capitalistas, quanto os interesses das classes dominantes nacionais aos das classes dominantes das nações centrais*. O importante, aqui, e na inconveniência de recorrer à totalidade da descrição feita por Fernandes do longo processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, é apreender os elementos desse padrão de desenvolvimento e dominação que nos informam a respeito das relações de produção e das formas de ser do trabalho no país.

Nas diversas fases do desenvolvimento capitalista brasileiro identificadas por Fernandes, é possível, pois, observar a persistência de arranjos, de “enlaces” que resultaram na construção de uma formação social periférica, cuja resultante se deu *não por uma ruptura profunda com o passado colonial-escravocrata, mas pela síntese particular entre elementos especificamente capitalistas e elementos da herança pré-capitalista; bem como pela transmutação-conservação dos laços de subordinação às nações centrais*.

Vejamos, nesse sentido, como Fernandes trata da irrupção no Brasil, em meados do século XX, da etapa de capitalismo monopolista, que vai suceder o capitalismo competitivo já descrito. Nesse estágio do desenvolvimento capitalista no país, tem-se um novo laço de dependência, que não se dava mais a partir da incorporação às economias capitalistas centrais, “mas ao *império econômico* das grandes corporações envolvidas”, embora as nações hegemônicas “servissem como seu [da incorporação] pólo de sustentação econômica, cultura e política e monopolizassem as vantagens dela [da incorporação] decorrentes” (Ibidem, p.

296). Fernandes vai identificar duas etapas desse desenvolvimento capitalista-monopolista no Brasil. Num primeiro momento, as grandes corporações instauraram, através de suas filiais ou concessionárias, um controle segmentar no país (há a exploração de serviços públicos, como transporte, energia, telefonia; exportação de produtos agrícolas e commodities industriais; construção civil e loteamento fundiário; operações de crédito; etc.). Nessa etapa, se dá uma drenagem de matérias primas e de parte do excedente econômico aqui produzido para construir e expandir o capitalismo monopolista nas economias centrais – o que faz reforçar, no Brasil, o padrão de desenvolvimento do capitalismo competitivo dependente. Fernandes identifica na década de 1950 o segundo momento, o de irrupção no país do capitalismo monopolista propriamente dito (ainda que adaptado, sem rupturas com o caráter dependente da economia brasileira), e aponta uma decisão externa e outra interna que estarão na origem de tal processo. A externa diz respeito à disposição dos principais agentes econômicos internacionais de investirem robustamente no Brasil e no consequente “deslocamento empresarial”, que vai permitir, em unidade com a ação governamental, o fluxo de modernização institucional responsável por garantir o ambiente necessário ao desenvolvimento capitalista-monopolista. A decisão interna reside na ação decisiva (e despojada de pudores democráticos) do governo brasileiro, pelo arbítrio da ditadura civil-militar iniciada em 1964, para garantir a estabilidade da dominação burguesa e o ambiente econômico interno requerido por esse novo padrão de desenvolvimento:

Os requisitos políticos do desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista dependente [...] exigem um tão elevado grau de estabilidade política (pelo menos nas fases de eclosão e consolidação [...]) que só uma extrema concentração de poder político estatal é capaz de garantir. (FERNANDES, 2006, p. 312)

Em suma, repõe-se a dominação burguesa pela manutenção da relação funcional interna com estruturas pré-capitalistas e da extrema dependência (e submissão) aos grandes centros do mercado externo:

O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o *supermoderno* ou o *atual*, ao que vinha de antes, ou seja, o “moderno”, o “antigo” e o “arcaico”, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar. (FERNANDES, 2006, p.314)

Também para Francisco de Oliveira (2003) esse caráter duplamente articulado (nos termos de Fernandes) do desenvolvimento capitalista brasileiro é tema de reflexões – e elas são, a bem da verdade, cruciais para se compreender como se configuram as práticas de trabalho no Brasil especificamente capitalista do século XX. No seu clássico *Crítica à razão dualista*, o cientista social caracteriza o subdesenvolvimento como sendo a forma que o capitalismo assumiu na periferia do mundo e rejeita a interpretação que a CEPAL dava à dualidade entre os setores arcaico e moderno: alega que não existe antagonismo entre os dois setores (“modos de acumulação distintos, mas não antagônicos”), mas uma relação de funcionalidade quanto à acumulação – com o que coincide a posição de Florestan Fernandes, conforme vimos.

Uma das teses mais expressivas de Oliveira a respeito da expansão e consolidação do capitalismo no Brasil reside na sua constatação de um rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho, num país de baixa acumulação, baixo coeficiente de capitalização e, em consequência, baixo poder de inversão. Uma das principais estratégias desse rebaixamento é um mecanismo de *acumulação originária permanente*. Oliveira parte do conceito de acumulação originária em Marx, mas o redefine. Primeiro porque, no caso da agricultura brasileira, existiu uma acumulação originária (ou primitiva) sem que houvesse expulsão da propriedade (como, em grande medida, se deu o processo clássico de acumulação originária na Inglaterra, descrito por Marx): a expropriação se deu com o excedente oriundo da posse transitória da terra – que foi possível num contexto de oferta elástica de terras e de mão-de-obra e de alta taxa de exploração da força de trabalho. Em segundo lugar, a redefinição do conceito é necessário, segundo Oliveira, porque “[...] a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalista: em certas condições específicas, especialmente quando esse capitalismo *crece por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética” (OLIVEIRA, 2003, p. 43). Ou, nas palavras de Fernandes: “Na verdade, continuava a prevalecer a extrema valorização econômica de diferentes idades coetâneas e de formas de desenvolvimento *desiguais*, como expediente de acumulação originária de capital ou de intensificação da expropriação capitalista do trabalho” (FERNANDES, 2006, p. 288).

Para uma economia de baixa capitalização como a brasileira, conforme apontado, era imprescindível que o preço da força de trabalho fosse rebaixado. Os dois componentes desse preço são a o custo da alimentação e o custo dos bens e serviços urbanos. Quanto à alimentação, fica óbvia uma dos principais contribuições da agricultura para a expansão do

sistema capitalista no Brasil: é ela quem vai garantir que não sejam elevados os custos dos produtos alimentícios⁵⁹.

Chega-se, então, a outro fator de destacada importância para o rebaixamento do custo da força de trabalho: a grande presença do setor Terciário (de serviços) na estrutura de ocupações no Brasil – e, inclusive, em grande parte abrigado no que posteriormente⁶⁰ veio a se conceituar como a informalidade. Oliveira afirma que o desenvolvimento do Terciário está diretamente ligado ao do setor industrial – e que, portanto, não há uma “inchação” (algo anômala) do setor Terciário, que seria característica de um “modo de produção subdesenvolvido”, como queriam os teóricos do subdesenvolvimento.

[...] a aparência de “inchação” esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, “mais-valia”, em síntese. Não é estranha a simbiose entre a “moderna” agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? Qual é o volume de comércio de certos produtos *industrializados* [...] que é realizado pelo comércio ambulante das ruas centrais de nossas cidades? (OLIVEIRA, 2003, pp. 57-8)

Se a baixa capitalização da economia brasileira exigia um baixo custo de reprodução da força de trabalho, também é ela, por sua incapacidade de financiar os serviços (especialmente os urbanos) que compõem esse custo de reprodução, que vai se valer de

um tipo de crescimento horizontal, extensivo, de baixíssimos coeficientes de capitalização, em que a função de produção sustenta-se basicamente na abundância de mão-de-obra. Assiste-se, inclusive, à revivescência de formas de produção artesanais, principalmente nos chamados serviços de reparação (oficinas de todos os tipos)⁶¹. (OLIVEIRA, 2003, p. 56)

O fato de a industrialização brasileira se realizar tardiamente, de já ter encontrado tecnologia bastante avançada mundialmente e de, portanto, não ter precisado esperar o encarecimento da força de trabalho para buscar avanços tecnológicos que depreciassem o

⁵⁹ Oliveira aponta três grandes funções da agricultura junto ao estabelecimento do capitalismo avançado no Brasil. A primeira é que o seu subsetor exportador garantirá a importação de bens de capital e intermediários (de produção externa). A segunda é que dela virão os contingentes da força de trabalho a serem empregados na produção capitalista. A terceira é que o seu subsetor voltado para o mercado interno garantirá que não sejam elevados os custos das matérias-primas e, como visto, da alimentação das massas urbanas – e para isso contará com um baixo custo de reprodução da força de trabalho rural.

⁶⁰ O texto original é de 1972.

⁶¹ A tese de Francisco de Oliveira a respeito do papel que o terciário cumpre na economia brasileira – o de contribuir, junto com o modelo agrário brasileiro, com a legislação trabalhista implementada por Vargas e com um tipo de economia de subsistência realizada nos subúrbios das cidades (a construção de residências de trabalhadores pelos proprietários e/ou através de mutirões, por exemplo), para o rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho no país – será particularmente útil para discutir as formas concretas que o trabalho autogestionário assume no Brasil contemporâneo.

custo da produção é a primeira vertente daquilo que Oliveira chama de “esforço de acumulação” no Brasil. O resultado disso é que, no país, os rendimentos do capital se distanciaram irremediavelmente dos rendimentos do trabalho⁶². A segunda vertente desse esforço é justamente o aumento da taxa de exploração da força de trabalho⁶³.

Um ponto de relativa discordância entre Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes é o grau de autonomia nacional nas decisões que levaram às transformações do Brasil pós-1930. Para Oliveira, elas foram “muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo de luta de classes internas que um mero reflexo das condições impostas no capitalismo mundial” (Ibidem, p. 74). As classes dominantes brasileiras, prossegue Oliveira, “atuaram deliberadamente em busca de ampliação e consolidação de estruturas de dominação capazes de propiciar crescimento” (Ibidem, p.75). Fernandes, como se viu, apesar de atestar a participação ativa das elites brasileiras no processo, credita maior importância que Oliveira à interferência dos interesses estrangeiros.

De uma maneira geral, a síntese de Oliveira sobre a especificidade da expansão do capitalismo brasileiro, abaixo citada, é bastante elucidativa:

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2003, p. 60)⁶⁴

3.2.1 – A ocupação laboral brasileira no limiar do século XXI

Delineadas as tendências históricas mais gerais que estruturaram a formação social brasileira em seu padrão de trabalho, é útil que passemos a explicitar os traços gerais do panorama do trabalho e do emprego no Brasil contemporâneo, quadra de surgimento do MTD.

⁶² Um efeito colateral dessa incorporação de tecnologia avançada é que ela reduz o circuito de realização interna do capital.

⁶³ Aos fatores elencados por Oliveira para explicar os baixos salários no Brasil é possível acrescentar o fato, descrito por Celso Furtado (2003), de que o fluxo de mão-de-obra da região de baixa produtividade para a de alta produtividade (no caso, o fluxo migratório que se deu das regiões Norte e Nordeste para o Sudeste – para São Paulo, em especial – em busca de ocupação na indústria) pressiona para baixo o nível dos salários.

⁶⁴ Florestan Fernandes (2006) aponta nesse padrão de sobre-exploração do trabalho, ainda, uma maneira de garantir a sobre-apropriação repartida (entre os agentes internos e externos) do excedente econômico.

A ocupação laboral do Brasil na passagem do século XX para o XXI tem na heterogeneidade sua principal marca. Pode ser descrita, em linhas gerais, através das seguintes características: pela oferta abundante de mão-de-obra, por um vetor de depressão nos rendimentos do trabalho, por uma alta rotatividade da força de trabalho, por uma grande desestruturação do sistema de emprego (OLIVEIRA, 1994, 1998; BALTAR, 2003, 2006).

Para além de relacionadas aos traços profundos da trajetória histórica do Brasil como país subalterno (seja como colônia, seja como nação periférica no arranjo mundial), pode-se afirmar que parte dessas características tem suas raízes na ditadura civil-militar de 1964 e na legislação à época implantada, em consonância com os objetivos repressivos do regime. Mais do que isso: atribuem-se a esse período importantes transformações que vão tornar o Brasil emblemático em termos de concentração de renda (OLIVEIRA, 1998; BALTAR, 2003). No que diz respeito à remuneração da força de trabalho, o desenvolvimento capitalista-monopolista (ancorando-se no uso da força propiciado por sua expressão governamental) logrou impor um arrocho salarial intenso – o salário mínimo não sofreu reajuste e teve seu valor reduzido em termos reais; também as categorias profissionais tiveram reajustes reprimidos. Sendo os trabalhadores tolhidos no seu direito de organização sindical e política, viu-se um crescimento econômico acelerado, mas ainda mais concentrado, que teve no chamado “milagre brasileiro” sua mais emblemática expressão. Na síntese de Fernandes:

[...] a heterogeneidade do quadro econômico brasileiro é agora mais pronunciada, a distância existente entre as várias épocas histórico-econômicas distintas (mas coetâneas) é muito maior que e as contradições resultantes do desenvolvimento desigual interno são muito graves. (FERNANDES, 2006, p. 313)

O quadro de crescimento econômico garantiu uma diversificação do emprego urbano, mas o mercado de trabalho formal capitalista não foi capaz de acolher toda a população migrante da zona rural. O arrocho salarial (especialmente com o milagre econômico) e o fim da estabilidade no emprego, ações do período, estão diretamente relacionados às configurações adversas para o trabalho encontradas no Brasil de fins de século XX. Como resultado, viu-se uma agudização das desigualdades sociais, o aumento do fosso entre pobres e ricos e a consagração de uma das mais injustas distribuições de renda do mundo (OLIVEIRA, 1994, 1998; BALTAR, 2003, 2006; FERNANDES, 2006).

Esse crescimento profundamente concentrador de renda que o país conheceu no regime militar foi interrompido pela crise da dívida brasileira. Estabeleceu-se, na sequência, um quadro de estagnação e alta inflação que marcou profundamente a década de 1980; um

quadro em que as conquistas de aumento salarial foram muito limitadas. No período, surgiram os primeiros movimentos de inspiração neoliberal; e também foram postas em prática as primeiras ações de reestruturação produtiva no país (OLIVEIRA, 1994, 1998; ANTUNES, 2006).

A década de 1990 representa o triunfo do neoliberalismo e de suas medidas de abertura abrupta da economia do país, de implementação de um duro ajuste fiscal, de perdas de direitos para os trabalhadores. O país sofreu um grave processo de desindustrialização, muitas empresas não suportaram a concorrência com a produção internacional. Ao mesmo tempo, a reestruturação produtiva que se promoveu no país, agora em plena marcha, legou um cenário de intensa precarização do trabalho. Além do fechamento de postos de trabalho formal, conheceu-se um processo de “flexibilização”, de desregulamentação, de fragilização das relações de trabalho, o que se traduziu numa expansão de vínculos (e postos) empregatícios mais precários (empregos em empresas terceirizadas ou via contratos temporários de trabalho, por exemplo). O saldo dessas medidas é que os anos 90 representaram uma expansão de ocupações instáveis e desprotegidas e uma profunda mudança na composição do desemprego no país: ele deixou de ser privilégio de segmentos específicos e, grosso modo, tornou-se generalizado (ANTUNES, 2006; POCHMANN, 2001). É nesse cenário de desemprego massificado, de redução dos postos formais no mercado de trabalho, de vínculos trabalhistas precarizados e de expansão da ocupação em modalidades informais de produção que o MTD vai encontrar suas fontes de mobilização.

3.3 - A feminização da base do MTD (ou: a classe é sexuada)

Abordemos, agora, um aspecto central para a caracterização dos estratos sociais a partir dos quais se organizaram os GP's do MTD; trata-se de inquirir os determinantes que conduziram a que a base classista sobre a qual o MTD buscava se erguer tenha se tornado eminentemente feminina, sem que essa tenha sido uma opção deliberada do Movimento. Nos primeiros momentos de sua ação, ou seja, na fase em que tinha nos acampamentos uma de suas ferramentas de luta e na reivindicação por assentamentos rururbanos uma de suas pautas, o MTD tinha uma base heterogênea, composta de homens e mulheres – a incorporação ao assentamento, por óbvio, se dava por família. Acompanhando a reorientação tática que fez privilegiar, como principal ferramenta de arregimentação, a organização nucleada nos bairros,

preferencialmente acompanhada da constituição de GP's, deu-se a feminização da base do Movimento.

Isto é, na experiência dos GP's do MTD, a escolha não de uma metodologia, mas da modalidade de produção e de trabalho que informou essa metodologia fez com que, *dentro de uma mesma classe social (ou de uma fração de classe), um grupo apenas estivesse em condições de assumir a participação no espaço proposto pelo Movimento: as mulheres.*

Nós temos uma avaliação de que é pelo próprio método de organização do Movimento [que as mulheres predominam na base do MTD]. Num primeiro momento, essa questão de organizar Grupo lá no próprio bairro onde as pessoas moram e a alternativa de trabalho proposta é um trabalho para ficar por ali mesmo, desenvolver um Grupo de Produção que possa ficar ali próximo de casa, como eu já disse antes, podendo com isso dar assistência pros filhos, pras crianças, pra casa e tudo mais. Então, essa é uma razão. E, junto com isso, nós achamos que é também pelo fato de que, até então, as conquistas que o Movimento tem, que ajudem economicamente as famílias, elas ainda são muito limitadas e por essa própria questão da sociedade, de que o homem é mais responsável pra prover a sobrevivência da família; então, ele que, nesse sentido, sai de manhã e volta de noite, vai arrumar algum bico, algum biscate mais longe e que esse biscate remunere mais, então, faz com que, dentro dessa lógica que tá a sociedade, as mulheres até podem ficar ali numa organização que, às vezes, rende dinheiro e, às vezes, não rende, mas o homem não pode, na lógica que tá, não pode ficar um mês, dois meses, três meses, às vezes um ano ali, empatado numa situação que não entra recurso. Então, nós achamos que se, por um lado, o Movimento tivesse uma conquista mais efetiva – e mesmo quando vêm as Frentes de Trabalho, a questão de um salário mínimo, dependendo de alguns ramos de trabalho, pega o exemplo da construção civil, em geral os trabalhadores desse ramo, mesmo informais, mesmo trabalhando por dia, o que eles tiram no final do mês é um valor mais alto que o salário mínimo. Nesse sentido, então, um só salário mínimo é um valor muito baixo pra questão mão de obra masculina. E a inconstância. A gente sabe que, [por] baixo, por baixo, muitos trabalhadores que trabalham, por exemplo, com catação, que são catadores, alguns outros ramos assim, também nem sempre a remuneração é mais alta, mas o que conta é o fato de que diariamente entre algum dinheiro. E, nessa nossa organização do Movimento, até agora [n]ela não é assegurada a entrada de recurso diário – com exceção de alguns Grupos de Produção que já têm alguma estabilidade maior e também, nesse caso, Grupos que mesclam atividades, que, de alguma maneira, lá pelas tantas, fazem alguma catação ao final do dia, alguma coisa que vai ajudando a bancar. (DIRIGENTE DANIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Aqui, ganha reforço empiricamente a importante conceituação que Danièle Kergoat (1996, 2002, 2003) faz das relações sociais como sendo necessariamente sexuadas. Diz Kergoat: “As relações sociais de sexo dinamizam todos os campos do social. Toda relação social é sexuada, enquanto que as relações sociais de sexo são perpassadas por outras relações sociais” (KERGOAT, 1996). Em outros termos, Kergoat aponta que a imbricação entre as relações sociais de classe e as de sexo se dá em termos de coextensividade, de

interpenetração, de consubstancialidade e não de uma hierarquia – para a autora, a relação entre indivíduos “é, por definição, sexuada” (KERGOAT, 2002, p. 245). Dentre os diversos pressupostos em que, segundo Kergoat, a definição de “relações sociais de sexo” se ampara, creio que seja importante destacar os seguintes:

3. [O conceito de “relações sociais de sexo” se assenta] Nas afirmações de que tais diferenças [entre as práticas sociais masculinas e femininas] são construídas socialmente e que esta construção social tem uma base material (e não apenas ideológica).
4. Que elas são, portanto, passíveis de ser aprendidas historicamente.
5. Na afirmação de que estas relações sociais repousam em princípio e antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos.
6. De que se trata, evidentemente, de uma relação de poder. (KERGOAT, 1996)

A concepção de “relações sociais de sexo” também está ancorada no conceito de “divisão sexual do trabalho” – “a divisão social do trabalho entre os sexos” (KERGOAT, 2003, p. 55) – e, juntas, essas duas conceituações (relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho), “indissociáveis”, “formam epistemologicamente um sistema” (Ibidem, p. 58). A principal característica dessa divisão sexual do trabalho reside no fato de que aos homens está prioritariamente reservado o lugar na esfera produtiva, nas “funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc)” (Ibidem, p. 55), ao passo que as mulheres se ocupam primordialmente das tarefas da esfera reprodutiva, no trabalho doméstico e de cuidado dos filhos. Essa divisão sexual do trabalho é historicamente configurada.

A divisão do trabalho entre os homens e as mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho. De um ponto de vista histórico, é possível observar que a estruturação *atual* da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico, fábrica-escritório/família) surge simultaneamente ao capitalismo e que a relação assalariada não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico (diga-se de passagem a essa noção de “trabalho doméstico” não é nem a-histórica, nem trans-histórica: ao contrário, seu surgimento é datado historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades da divisão do trabalho entre os sexos, tanto no trabalho assalariado quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção. (KERGOAT, 2002, p. 234. O grifo é meu.)

Essas afirmações têm desdobramentos teóricos importantíssimos para a teoria social, já que necessariamente provocam uma alteração qualitativa nas descrições e explicações do estatuto do trabalho sob o capitalismo. “A partir de então, o trabalho doméstico e as particularidades do trabalho assalariado das mulheres não são mais ‘exceções’ a um modelo supostamente geral: essa problemática supõe uma tentativa de refazer um *modelo geral* do

qual essas mesmas especificidades seriam elementos constitutivos”⁶⁵ (KERGOAT, 2002, p. 235).

Dois princípios estruturam a divisão sexual do trabalho: o princípio de separação e o de hierarquia. O princípio da separação é aquele que estabelece a existência de trabalhos próprios de homens e trabalhos próprios de mulheres. Em seu complemento, o princípio da hierarquia determina que os ditos trabalhos de homens valem mais do que aqueles socialmente definidos como trabalhos de mulheres (KERGOAT, 2003). Nitidamente, tais princípios estruturam o cenário de feminização da base do MTD. Os homens, a quem cabe o papel de provedor da família, não se dispõem a participar do longo processo de constituição dos GP’s; de modo oposto, as mulheres, vistas como responsáveis pelo trabalho doméstico e reprodutivo, é que estão em condições de assumir um trabalho em tempo parcial e mal remunerado.

Não é exclusividade das mulheres dos GP’s do MTD a conciliação do trabalho doméstico com o trabalho remunerado. O aumento expressivo da incidência de trabalho em tempo parcial entre as mulheres no final do século passado não se deu à toa. Ambos os fenômenos estão inscritos na atual divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2003; KERGOAT, 2003).

Não é possível deixar de levar em consideração a importância, na divisão sexual do trabalho, do componente simbólico que diferencia as práticas masculinas das femininas e as respectivas identidades sexuais. Ao realizar uma pesquisa numa unidade brasileira produtora de vidro, de propriedade de uma multinacional francesa, Hirata (2002) encontra relatos segundo os quais, para os trabalhadores (homens) da fábrica, um trabalho reconhecido pela insalubridade e pelos riscos (“destacar” o vidro plano na saída forno) é associado ao prazer e à satisfação. As principais justificativas são a percepção de que esse seja um trabalho viril (já que é identificado pelos demais operários como perigoso) e a melhor remuneração dos que dele se ocupam (o que garante a satisfação de desempenhar bem o papel de provedor doméstico). Obviamente, esse componente simbólico também explica – e também de uma maneira dupla – a exclusividade feminina na participação nos GP’s do MTD: tanto o homem

⁶⁵ As implicações desse postulado são comparáveis àquelas produzidas pela Teoria da Dependência. Para Theotonio dos Santos (1978), analisar corretamente a dependência exige “tomar o desenvolvimento como um fenômeno histórico mundial, como resultado da formação, expansão e consolidação do sistema capitalista” (SANTOS, 1978, p. 301). Assim, há que se pensar a teoria da dependência como parte da teoria do imperialismo – não como ampliação dessa última teoria, mas como “sua melhora e reformulação” (Ibidem, p. 302). Do mesmo modo, o conceito de divisão sexual do trabalho não complementa, mas reconfigura – e melhora – o conceito de divisão social do trabalho.

não aceita declinar da condição de provedor, quanto se aborrece com o processo, considerado maçante, de constituição dos Grupos.

E, nesse caso [na prioridade dada pelo MTD à nucleação nos bairros], aí a grande maioria das pessoas são mulheres desempregadas. Os homens, ou por impaciência de ficar indo a reuniões que não dá em nada – ele vai ter que ir a centenas de reuniões até conquistar alguma coisa –, ele prefere que a sua família participe, que a sua companheira – alguns com restrições, aí entra o tema do machismo também –, mas eles vão pro biscate, eles vão pro trabalho informal. Acham interessante algumas lutas – alguns nem tanto, isso, inclusive, gera muitos conflitos em várias famílias –; mas acabou que, na prática, quem acabou permanecendo nas nossas fileiras, na maioria, foi aquelas pessoas que têm uma baixa qualificação profissional e, de outro lado, uma grande maioria de mulheres, mães, chefes de família (várias), outras mesmas que apenas cuidam – “apenas”, já é muito cuidar dos filhos e da casa –; enfim, que se dispõe a processos mais reflexivos, que se propõe a ir pras reuniões, se propõe às lutas também, claro. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

4. O debate sobre a autogestão

Antes de apreciar as práticas de trabalho autogestionário desenvolvidas em GP's do MTD e de analisar a experiência de mobilização a elas relacionada, faz-se necessária uma incursão no debate sobre a relação entre autogestão e emancipação. Na história do movimento operário e do movimento socialista, a polêmica em torno desse debate sempre esteve presente. Antônio Cruz (2005) mostra que essa controvérsia remonta aos socialistas utópicos, passa por Marx e pelos teóricos da II e da III Internacional e, como se percebe, persiste até os dias atuais.

Creio, entretanto, que se encontram já em Marx os elementos mais significativos a esse respeito. E é na sistematização de fôlego (e, a meu ver, decisiva) empreendida por Jacques Texier (2002, 2004a, 2004b, 2004c) que encontro subsídios para essa constatação. É o ponto de partida deste capítulo.

Adicionalmente, não é possível, ao tratar do tema do trabalho autogestionário, ignorar a influência exercida por Paul Singer no Brasil. Práticas produtivas autogestionárias floresceram no país sob o guarda-chuva da Economia Solidária – de que Paul Singer é o principal expoente político e teórico – e aglutinam, hoje, em torno de si, um número expressivo de trabalhadores/as. Na segunda parte do capítulo, abordarei, então, a inventiva, original, fértil produção teórica de Singer sobre o tema e buscarei elencar os pontos de contato e de desacordo que este trabalho possui com tais ideias.

4.1 - Jacques Texier, por uma filosofia política da autogestão (ou: O socialismo autogestionário de Karl Marx)

O filósofo francês Jacques Texier parte de uma análise das formulações marxianas sobre o tema, para, sem pudores, atribuir a Marx a alcunha de principal e pioneiro postulador de um socialismo autogestionário⁶⁶. Acompanhando a evolução das conceituações sobre autogestão ao longo de diversas obras (tanto de Marx, quanto de Engels), Texier vai distinguir dois momentos importantes nesse percurso: o primeiro à época do *Manifesto Comunista*, quando da caracterização (no próprio *Manifesto*) do comunismo como o modo de produção

⁶⁶ Texier vai ainda distinguir uma concepção “libertária” de autogestão, identificada com o anarquismo e filiada ao pensamento de Proudhon, de uma concepção marxista, que tem início, obviamente, com Marx e Engels.

dos “indivíduos associados”; e o segundo a partir da década de 1860, época da redação de *O Capital* e da militância na Associação Internacional dos Trabalhadores, quando o movimento cooperativo se torna objeto de reflexão de Marx.

Na análise do primeiro momento, após reforçar a proposição de que a conquista do poder político pelo proletariado e a centralização da produção sob o controle do Estado tem importância “evidentemente essencial” nas formulações de Marx e Engels sobre a transição do capitalismo ao comunismo, Texier argumenta que essa conquista, antes de definir o advento do comunismo, é apenas um ponto de partida, sendo a concentração da produção “nas mãos dos indivíduos associados” o ponto de chegada, o objetivo a ser atingido. E vai destacar três citações do *Manifesto Comunista* que considera emblemáticas da posição de Marx:

- a) “[...] o primeiro passo da revolução dos trabalhadores é a ascensão do proletariado à situação de classe dominante, ou seja, a conquista da democracia” (MARX & ENGELS, 1998, p. 27);
- b) “O proletariado vai usar seu predomínio político para retirar, aos poucos, todo o capital da burguesia, para concentrar todos os instrumentos da produção nas mãos do Estado – quer dizer, do proletariado organizado como classe dominante” (Ibidem, p. 27);
- c) “Uma vez que, no processo, desapareçam as diferenças de classe e toda a produção esteja concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político” (Ibidem, p. 28).

Se a humanidade já viu concretizados, por obra dos bolcheviques, os processos descritos em a) e b), ou seja, a conquista do poder político pelo proletariado e sua conversão em classe dominante e a centralização da produção nas mãos do Estado⁶⁷, prossegue Texier, os importantes processos descritos em c), porque ainda na condição de possibilidade histórica, carregam consigo muitas indefinições. Entretanto, o próprio *Manifesto* traz elementos relevantes para se pensarem os contornos desse projeto. Ao final da transição do capitalismo ao comunismo, tem-se a desaparecimento do Estado político, de um lado, mas a persistência de poderes públicos, de outro; além disso, desde o início da revolução, lembra Texier, o proletariado confere ao Estado um caráter democrático; segue-se então que, ao final da transição, temos a existência de poderes públicos democráticos. A partir dessas constatações, Texier conclui que a “a autogestão do conjunto da vida econômica requereria necessariamente

⁶⁷A propósito, Texier oportunamente recorre a Lênin, que identificou a esses processos como a “antessala do socialismo”.

a intervenção do nível político, ou seja, a instância de coordenação das atividades dos cidadãos-produtores” (TEXIER, 2002, p. 74)⁶⁸.

Outro aspecto importante a ser destacado no *Manifesto*, segundo Texier, é que, após a transição, desaparece a sociedade civil burguesa e se instaura a *associação*, um outro tipo de sociedade, a comunista⁶⁹. Enquanto a sociedade civil burguesa é marcada pelo princípio da concorrência (conforme aponta o Engels dos *Princípios do Comunismo*), a associação é marcada pela “solidariedade e pelo desenvolvimento recíproco dos indivíduos” (Ibidem, p. 74).

Um último – e crucial – ponto a ser destacado das análises de Texier sobre esse primeiro momento (da reflexão de Marx quanto à autogestão) diz respeito à concepção marxiana de política. A política teria um sentido inequívoco de dominação e o comunismo operaria a supressão da política. Acrescento que, para Marx, o processo revolucionário é o último uso da política antes da sua supressão. A esse propósito, considero ilustrativo o seguinte extrato:

A revolução em geral - a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações - é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político. (MARX, 1995, pp. 90-1)

Texier diverge dessas proposições. Como visto, com o comunismo, o Estado político desaparece, mas subsistem os poderes públicos. Texier, corretamente, aponta que o que se extingue não é o poder, mas seu caráter de classe e sua função de dominação. Os poderes públicos no comunismo, portanto, sugerem a ideia de um poder sem dominação; um poder que não é extinto, mas, antes, submetido ao autogoverno dos indivíduos associados. Em consequência, se se tem uma concepção mais alargada de política⁷⁰, propõe Texier, ela persiste mesmo no comunismo, já que conflitos das mais variadas origens persistirão – “aqueles, por exemplo, entre as diversas concepções do desenvolvimento social que se

⁶⁸ É minha a tradução de todos os trechos dessa obra aqui citados.

⁶⁹ O termo “associação” é, aliás, introduzido no vocabulário do movimento comunista a partir de Marx e Engels; anteriormente, o termo mais utilizado era o de *comunidade* (*communauté*).

⁷⁰ Em verdade, julgo que o problema na concepção de política de Marx não reside apenas na identificação da política com a sua função de dominação. Como se observa em *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”* (MARX, 1995), de onde a citação imediatamente anterior foi retirada, Marx considera como política apenas aquela que envolve a democracia representativa burguesa e suas instituições. Não só a própria intervenção das classes trabalhadoras como sujeito político ao longo da história desautoriza essa simplificação, como, do ponto de vista teórico, pelo menos desde Antonio Gramsci a política é um conceito dotado de outra amplitude.

afrontam ao nível global do autogoverno democrático”, ou ainda “conflitos de interesse em que não mais se opõem classes, mas outros agrupamentos sociais” (TEXIER, 2002, p. 75). Além disso, Texier aponta que a política não está apenas relacionada a conflito, mas, antes, “designa um nível da via social que possui sua especificidade e essa especificidade está relacionada às funções de coordenação geral” (TEXIER, 2002, p. 75); Texier propõe, nesse sentido, uma retomada oportuna da ideia aristoteliana de homem como animal político⁷¹. E propõe

que conservemos o belo nome de política que evoca a urbe, para designar todas as atividades a que os homens deverão se dedicar para autoadministrar a produção e a vida social. Elas comportarão a confrontação e a luta de idéias para fazer triunfar tal ou qual orientação. Haverá pluralidade, lutas, eleição e responsabilidade dos eleitos: haverá, pois, política. (TEXIER, 2004a, pp. 160-1)

Passemos agora ao segundo momento da reflexão de Marx sobre a autogestão. Conforme antecipado, entra em cena a reflexão sobre o movimento cooperativo. Para Texier, existe uma posição

fundamentalmente positiva [de Marx] a respeito das indústrias cooperativas de trabalhadores, ao que se acrescenta, contudo, que essa posição comporta uma dimensão crítica constante a respeito de certas concepções e ilusões⁷² e, mais geralmente, da tese de que as fábricas cooperativas de trabalhadores não podem desempenhar um papel positivo na transição ao socialismo sob certas condições. (TEXIER, 2002, p. 79)

Dentre as obras citadas por Texier para embasar sua afirmação, considero importante destacar, ao menos, três: o *Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*, de 1864; *O Capital*, em especial o Livro Terceiro, editado por Engels em 1894, mas escrito por Marx no período de 1863-67⁷³; e, por fim, *A Guerra Civil na França*, de 1871, após a experiência decisiva da Comuna de Paris.

No *Manifesto de lançamento da AIT*, após exaltar “o maravilhoso triunfo” dos operários ingleses (MARX, 1961, p. 318), que conseguiram aprovar a lei da jornada de trabalho de dez horas diárias, Marx afirma:

Mas o futuro nos reservava uma vitória maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas

⁷¹ “Marx não gostava da definição aristotélica de homem como animal político. Para ele, [o homem] é um ser social: esta é sua essência e sua grandeza” (TEXIER, 2004a, p. 159).

⁷² Veja-se, por exemplo, a discordância de Marx, na *Crítica ao programa de Gotha*, quanto à posição dos lassalleanos, aprovada no programa do Partido Operário Alemão, sobre as cooperativas de trabalhadores.

⁷³ Conferir ENGELS, 1984.

pelos esforços desajudados de alguns *hands** audazes. O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser superestimado. Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e, de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria. (MARX, 1961, p. 319)

O posicionamento “fundamentalmente positivo” de Marx quanto às cooperativas de trabalhadores, aponta Texier, está relacionado de maneira muito significativa a essa demonstração “pela ação” de que “a produção em larga escala”, a partir de grandes empresas modernas, “pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões”.

No Livro Terceiro de *O Capital*, encontramos indicações inequívocas sobre a caracterização marxiana das cooperativas de trabalhadores. Marx considera, no trecho em questão, tanto as fábricas cooperativas de trabalhadores, como as sociedades de ações um sintoma (para usar o termo de Texier) do caráter cada vez mais social da produção e um indício de transição a um novo modo de produção. Entretanto, e aqui se revela de maneira inquestionável o posicionamento de Marx quanto às cooperativas de trabalhadores, cada uma das duas formas aponta para perspectivas antagônicas.

No sistema de ações existe já antítese à antiga forma, em que meios sociais de produção surgem como propriedade individual; mas a transformação na forma da ação permanece ainda presa às barreiras capitalistas; e, portanto, em vez de superar a antítese entre o caráter social da riqueza privada, só a desenvolve uma nova configuração.

As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da forma antiga, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida*, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Elas demonstram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, um novo modo de produção [a partir do modo de produção antigo]. Sem o sistema fabril oriundo do modo de produção capitalista, não poderia desenvolver-se a fábrica cooperativa e tampouco o poderia sem o sistema de crédito oriundo desse mesmo modo de produção. Esse sistema de crédito, que constitui a

* Nota do Instituto Marx-Engels-Lênin, editor original da obra: “Hands – Mãos, significa também operários”.

* Nota dos tradutores: “Marx usa aqui o termo *Aufhebung* que significa ao mesmo tempo ‘abolição’ e ‘guarda’ e é nesse sentido dialético que o termo deve ser entendido: a propriedade privada é ao mesmo tempo abolida e preservada”.

base principal para a transformação paulatina das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, proporciona também os meios para a expansão paulatina das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que, num caso, a antítese é abolida negativamente e, no outro, positivamente. (MARX, 1984b, pp. 334-5)

A importância desse texto, ademais, se encontra na forma como Marx encara o processo de transformação na história – e de como as cooperativas podem ser consideradas indícios concretos das condições objetivas de possibilidade de superação do capitalismo. Um adendo importante feito por Texier a essas constatações diz respeito ao valor que Marx atribui à conquista do poder político como condição indispensável para que as cooperativas possam desempenhar um papel significativo na superação do capitalismo.

Em *A Guerra Civil na França*, ao comentar, não sem ironia, as acusações sofridas pela Comuna de Paris, Marx aponta de maneira clara a relação que observa entre a autogestão e o comunismo:

[A Comuna de Paris] Queria fazer da propriedade individual uma realidade transformando os meios de produção, terra e capital, agora principalmente meios de escravizar e explorar o trabalho, em meros instrumentos de trabalho livre e associado – Mas isso é comunismo, comunismo “impossível”! [...] Se não cabe à produção cooperativa permanecer uma fraude e uma armadilha; se lhe cabe suplantar o sistema capitalista; se cabe às sociedades cooperativas unidas regular a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob o seu próprio controle e pondo termo à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a fatalidade da produção capitalista – que seria isso, senhores, senão comunismo, comunismo “possível”? (MARX, 2008, p. 407)

Esse excerto assume grande relevância se se atenta para o fato de que Marx aponta para a produção cooperativada como elemento compatível com a superação do capitalismo; e não só como componente de transição, mas como traço constitutivo do comunismo, desde que acompanhada do princípio fundamental da *planificação*, que poria fim à anarquia da produção capitalista. Texier, aliás, é taxativo ao definir a planificação como o elemento que distinguiria o comunismo de uma economia cooperativada subalterna, no interior do capitalismo, e destaca que, a partir desse texto, Marx indica claramente a maneira pela qual as cooperativas dos trabalhadores podem se constituir como a economia do modo de produção dos trabalhadores associados: a federação nacional das cooperativas, conforme ficou desenhado pela Comuna de Paris, é a organização privilegiada que permitiria às cooperativas saírem do

isolamento e, assim, poderem conduzir uma planificação do conjunto da produção⁷⁴. Sobre a posição de Marx no que tange à questão da propriedade no comunismo, volto a tratar do assunto no tópico seguinte.

Antes, não é possível esquecer o lembrete feito por Texier de que essa autogestão do conjunto da produção no comunismo exige a intervenção da política, nas suas funções de coordenação geral das atividades dos cidadãos-produtores. Essa posição traz um traço fundamental da concepção de comunismo de Marx e do que seria uma verdadeira “apropriação social” na visão de Texier: a necessidade de coordenar ao nível político a atividade econômica global da sociedade.

4.1.1 - A propósito do conceito de “apropriação social”

A partir da leitura que empreende das obras de Marx e Engels, Texier busca conceituar então o que seria uma autêntica apropriação social. Ao passo em que rejeita a ideia de uma “apropriação pública” como expressão da superação do capitalismo, Texier aponta que só uma apropriação social conduz a uma emancipação da humanidade. É bem certo que esse conceito não é unívoco – os textos de Texier aqui citados se desenvolvem num contexto de intenso debate na esquerda europeia, que se via às voltas com a adesão de parcela significativa de seus setores ao neoliberalismo. Texier busca então demarcar sua posição em relação às posições antiestatistas – tanto as de corte neoliberal, quanto aquelas presentes nos setores anarquistas/libertários.

Qual a distinção que Texier propõe entre uma apropriação pública e uma social? A apropriação pública diz respeito à apropriação pelo Estado “dos meios de produção e de troca em nome de toda a sociedade” (Texier, 2004a, p. 172). Já a apropriação social traz consigo, segundo Texier, diversas outras exigências: a propriedade não é estatal, mas dos produtores associados (esse ponto será debatido posteriormente); o Estado vê dissolvido o seu caráter de opressão e de classe – não há, portanto, abolição do Estado, como postulam Marx e Engels, entre outros; os produtores associados são responsáveis pela condução e gestão da produção.

Essas duas modalidades de apropriação, embora excludentes, podem manter estreita relação num processo de superação do capitalismo. A apropriação pública pode conduzir à

⁷⁴ E a importância de um instrumento como esse, de uma federação de cooperativas, repousa exatamente no tipo de planificação que dele resulta: à diferença do processo centralizado da experiência soviética, uma planificação estruturada a partir de organismos autogeridos deve ser democrática e participativa. Eis um procedimento fundamental se se almeja um ordenamento social antagônico àquele marcado pela alienação capitalista.

social, mas sozinha não garante a instauração do socialismo. Texier lembra que a Revolução Russa empreendeu uma apropriação pública, mas o tipo de democracia política e a tirania do processo impediram que fosse levada adiante uma apropriação social – essa, aliás, é uma das razões apontadas por Texier para sustentar que o processo de transição pode ser definidor do caráter da sociedade vindoura⁷⁵.

A tomada de posição por uma apropriação social guarda, segundo Texier, uma consequência teórica com “a complexidade do aparato conceitual do marxismo” (TEXIER, 2004c, p. 118). Dessa forma, para se pensar a derrocada do capitalismo, a transformação das formas de propriedade deve ser considerada em correlação “com as forças produtivas e as relações de produção e, como se trata do capitalismo e de sua especificidade, [...] [não se pode esquecer] que [se] está diante de um modo de produção que descansa sobre a autonomização do valor e do capital” (Ibidem, p. 119). As relações de poder constituem o outro elemento a ser considerado nesse marco metodológico de análise das formas de propriedade. Por fim, Texier aponta que, se por um lado, “nem tudo em um modo de produção se reduz à forma de apropriação [propriedade]”, por outro, “trata-se [a forma de apropriação, de propriedade] de uma dimensão essencial” (TEXIER, 2004c, p. 119); não deve, portanto, ser nem menosprezada, nem superestimada.

A propósito da questão das relações de poder num processo emancipatório, para além da sua tese principal – a de que não ocorre nem a dissolução do Estado, nem o desaparecimento do poder, mas uma democratização profunda de todas as instâncias de decisão (inclusive na gestão das unidades produtivas) – é útil chamar a atenção para o uso que faz das categorias de alienação e estranhamento⁷⁶ para compreensão do poder político do Estado sob o capitalismo. Um processo emancipatório deve necessariamente abolir a alienação política e o “despojamento” de poder das classes populares: os poderes devem deixar de ser autonomizados e estranhos ao conjunto dos cidadãos-produtores. Para tanto, reclama a instauração de uma democracia participativa, que não eliminaria a representação direta, mas impediria “que os assuntos comuns se convertam [convertessem] em corpos estranhos à sociedade e que a dominem [dominassem]”⁷⁷ (TEXIER, 2004a, p. 157). Desse modo, a concepção de autogestão sustentada por Texier, identificada com a democracia

⁷⁵ O que precisa ser questionado nesse diagnóstico é a relevância que Texier atribui à política

⁷⁶ Não há diferença entre uma e outra categoria nas formulações de Texier: são, para ele, intercambiáveis.

⁷⁷ Texier julga “confuso” o conceito de democracia direta, geralmente utilizada “para designar as formas de participação ‘direta’ das massas na vida política, como os conselhos ou soviets”. Entretanto, pondera Texier, “é evidente que os soviets são organismos eleitos entre os ‘deputados’ operários, camponeses e soldados” (TEXIER, 2004a, p. 156). No mesmo texto, é ainda atribuída a Marx e Engels uma proposta de democracia participativa.

participativa, como dito, é bastante distinta daquelas animadas pela corrente libertária e pela concepção “que não aceita mais que a ‘democracia direta’” (TEXIER, 2004a, pp. 161-2). A tarefa seria então fazer com que o Estado deixe de ser um poder estranhado: “Há que democratizá-lo em todos os níveis, em suas instituições políticas, em suas administrações, em seus serviços públicos [...] no setor público que, todavia, subsiste” (TEXIER, 2004c, p. 133).

No âmbito da produção, também há considerações importantes de se fazerem sobre o conceito de apropriação social de Texier. Essa forma de apropriação tem seu “ponto de partida na apropriação da fábrica pelos trabalhadores, que a administram no lugar dos patrões” (TEXIER, 2004a, p. 172). A importância dessa medida reside no fim da separação entre os trabalhadores e seus meios de produção. Abre-se espaço, assim, para a ruptura com a autonomização do valor que é característica do capitalismo. Note-se que também aqui Texier lança mão das categorias de alienação e estranhamento. Sem essa gestão da produção pelos próprios trabalhadores, conclui Texier, não existe uma apropriação social autêntica.

De volta ao tema da propriedade, Texier novamente se apoia em Marx para definir o que acredita ser a forma de propriedade compatível com o que ele chama de uma apropriação social autêntica. De um lado, relembra a posição de Marx em *A Nacionalização da terra*, de escolher por uma propriedade nacional da terra em oposição a uma simples propriedade cooperativa⁷⁸, a partir do argumento de que “abandonar o solo aos trabalhadores rurais associados seria entregar a sociedade nas mãos de uma só classe de produtores” (MARX *apud* TEXIER, 2002, p. 81). A apropriação social, para Texier, em diferenciação a uma ideia de propriedade estatal, pressuporia a propriedade pública (local, nacional, continental, global) da terra e dos meios de produção e troca associada a um princípio subordinado de apropriação ou de posse pelos coletivos de base.

Por outro lado, Texier também se vale do comentário de Marx⁷⁹ segundo o qual o comunismo pressupõe uma “propriedade individual” e uma “posse comum” (ou “coletiva”) e questiona a plausibilidade dessa afirmação. Ademais, acrescento: não existiria uma incompatibilidade com o dito no parágrafo anterior – com o fato de o comunismo pressupor uma propriedade pública da terra e dos meios de produção e troca? O próprio Texier nos dá pistas da solução para essa polêmica: os trabalhadores são coproprietários da propriedade pública e só a podem explorar coletivamente – *posse* diferencia-se de *propriedade* e diz respeito exatamente ao uso, à livre disposição (TEXIER, 2004c). É assim

⁷⁸ A cooperativa é, segundo Texier, “uma forma de apropriação privada coletiva” (TEXIER, 2004b, p. 69).

⁷⁹ No capítulo da “Lei geral da acumulação capitalista” de *O Capital*.

que a propriedade ganha um inelutável sentido individual: ela ultrapassa a “abstração” da propriedade pública.

[...] o comunismo, expropriando os expropriadores, restabelece a propriedade individual dos trabalhadores, não sobre instrumentos de produções domináveis individualmente, mas sim sobre os meios de produção que não podem ser postos em marcha senão pelo trabalhador coletivo. Ter-se-á, pois, uma apropriação a um só tempo social e individual, em que a apropriação escapa à abstração da apropriação simplesmente pública pelo fato da participação do trabalhador na gestão de sua empresa e em que a apropriação individual não pode perder seu caráter privado senão por uma apropriação necessariamente coletiva. (TEXIER, 2004a, pp. 172-3)

É importante destacar que, também no tocante ao problema da forma da propriedade, há o uso, em Texier, das categorias de alienação e estranhamento: é imprescindível, como já dito, por fim à autonomização do valor.

Em linhas gerais, o programa sugerido por Texier implica “o autogoverno dos cidadãos a todos os níveis do aparato de Estado para que deixe de existir como um poder estranho fora e acima da sociedade”; e, paralelamente, “uma autogestão ao nível econômico que corresponde em certa maneira ao autogoverno aos níveis políticos”. Esse processo “desenvolve-se no marco de uma apropriação social que assegura tanto a superação da propriedade capitalista como a da mera apropriação cooperativa” (TEXIER, 2004c, p. 136). A proposta de “autogestão generalizada” de Texier, extensamente apoiada em Marx, compreenderia o fim da separação entre os produtores e seus modos de produção; entre governantes e governados; e entre cidadãos e produtores (TEXIER, 2002).

4.2 - Paul Singer e a Economia Solidária

A Economia Solidária alcançou uma relevante notoriedade no Brasil recente. Lima (2004) identifica que, em épocas de crise, há um ressurgimento de práticas autogestionárias. Essa constatação parece confirmar a situação no Brasil: as experiências cooperativadas, associativistas e autogestionárias em geral vão conhecer um retorno importante no país em concomitância com a crise econômica da década de 1980 e com os problemas resultantes tanto da clara adesão brasileira aos postulados neoliberais na década de 1990 (abertura comercial, política econômica recessiva, perdas de direitos trabalhistas) e do processo de reestruturação produtiva (LIMA, 2004). Ao passo que se dava o fortalecimento dessas práticas autogestionárias no país, boa parte dos setores envolvidos no processo passava a

reivindicar a filiação de suas práticas econômicas e de suas ideias políticas à Economia Solidária, de maneira que uma multiplicidade de perspectivas políticas e teóricas diferentes se abrigou sob essa denominação. Cruz (2006) atesta a existência de divergências significativas na conceituação do termo – por exemplo, entre os pesquisadores dos países centrais e os dos periféricos – e aponta que a Economia Solidária seria um conceito “em disputa”. Para Carleial et al (2004), cada uma das conceituações “parece trazer um determinado projeto de sociedade e uma perspectiva também específica acerca dos ‘limites’ do modo de produção capitalista” (CARLEIAL et al, 2004, p. 53). Dentre os diversos autores a tratarem da Economia Solidária, coube a Paul Singer um grande destaque⁸⁰. Principalmente pela influência conceitual que tem exercido sobre os setores da Economia Solidária, mas também pela relevância que suas proposições e reflexões tiveram para a minha opção política e teórica pela autogestão – o que, friso, não significa uma identidade com seus posicionamentos, como se verá a seguir –, examinarei aqui as linhas gerais do seu pensamento.

Mais especificamente, concentro-me nos argumentos teórico-políticos de Singer (1999, 2000a, 2000b). Para tanto, é útil, em princípio, verificar as hipóteses que norteiam sua reflexão:

A experiência fracassada [de construção do socialismo através da estatização dos meios de produção e da instituição do planejamento centralizado da economia] revitalizou a hipótese de que o socialismo, enquanto modo de produção, teria de ser desenvolvido ainda sob hegemonia do capitalismo, ou seja, como um modo de produção subordinado, integrando a formação social capitalista [...]. O fracasso do “socialismo realmente existente” revelou que o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista *dentro da mesma formação social*. (SINGER, 1999, p. 9)

A interpretação de Singer se inspira – declaradamente – no conceito marxiano de *formações econômico-sociais*. Singer define as “formações sociais como complexos articulados de modos de produção, dos quais um é hegemônico” (SINGER, 1999, p. 9). De fato, o Marx de *Formações econômicas pré-capitalistas*, por exemplo, não deixa dúvidas quanto à coexistência de modos de produção⁸¹. O próprio capitalismo – como modo de produção – vem surgir nos interstícios do feudalismo; da mesma maneira que antigos modos de produção subsistem sob a formação capitalista – refuncionalizados, em submissão à acumulação

⁸⁰ Isso porque seu envolvimento com a temática se deu em tarefas que iam desde a formulação conceitual até a propagação e popularização do termo, passando por suas atividades extensionistas junto a incubadoras universitárias de cooperativas e práticas “solidárias” e sua nomeação como Secretário Nacional de Economia Solidária, no Governo Federal.

⁸¹ “[...] o capital aparece, primeiro, esporádica ou *localmente*, *lado a lado* com os antigos modos de produção [...]” (MARX, 1986, p. 108).

capitalista e dela dependentes –, mesmo tendo ele (o capitalismo) estendido seu domínio ao âmbito mundial. Assim, a Economia Solidária constituiria um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2000b, p. 13).

A hipótese pela qual o socialismo, para triunfar, deve ser desenvolvido como modo de produção subalterno, ainda na formação social capitalista, se ampara também – quanto à compreensão do desenrolar do processo histórico – na distinção que Singer (1999) faz entre “revolução social” e “revolução política”: enquanto a primeira seria um conjunto de profundas transformações econômicas, culturais, sociais e políticas, uma espécie de gestação de uma nova formação social, a segunda seria o momento de enfrentamento político e conformação de uma nova institucionalidade em consonância com as transformações em curso pela revolução social. No que diz respeito à revolução social capitalista, são exemplos de mudanças importantes nesse processo de consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico: “a revogação das restrições corporativas à livre concorrência nos mercados, a instituição do padrão-ouro, do livre-câmbio e da S.A. (sociedade anônima) com responsabilidade limitada” (SINGER, 1999, p. 20); as Revoluções Inglesa, Americana e Francesa seriam exemplos de revoluções políticas burguesas. Sobre a revolução social socialista – que já teria tido início, mas seria ainda “em potencial” (Ibidem, p. 12) –, Singer identifica alguns de seus elementos, algumas “instituições anticapitalistas”: “desde a legalização dos sindicatos, a regulamentação das cooperativas, a instituição de uma previdência pública até a conquista do sufrágio universal” (Ibidem, p. 20); a Comuna de Paris, a Revolução Russa e a Revolução Chinesa são, segundo o autor, os exemplos mais destacados das revoluções políticas proletárias. Dessa maneira, desenvolve a ideia de cooperativas e demais práticas autogestionárias (assim como as outras “instituições anticapitalistas”, de que fala o autor) como “implantes socialistas no capitalismo”. A existência de tais “implantes”, criados para “resistir às tendências destrutivas e concentradoras da dinâmica capitalista” (SINGER, 1999, p. 114), não autorizam a interpretação de um surgimento automático e já dado do socialismo, mas, antes, “é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução social socialista” (Ibidem, p. 12).

Singer (2000b) situa a base ideológica da sua Economia Solidária na contribuição teórica dos socialistas utópicos (“Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc.”) e na “crítica operária e socialista ao capitalismo” (SINGER, 2000b, p. 13). A Economia Solidária se opõe principalmente à “ditadura do capital na empresa”, à tirania de que se investem os

proprietários dos meios de produção – a quem se deve obediência, a quem pertence toda a produção resultante do trabalho coletivo e “em cujo benefício todos os esforços devem ser envidados” (SINGER, 2000b, p 14). O modelo de organização da cooperativa, por outro lado, passa a ser um contraponto a “modelos hierárquicos e autoritários”⁸² (Ibidem, p. 28).

O autor acusa a existência de “formas degeneradas de economia solidária” (Ibidem, p. 15), que se estabelecem quando iniciativas autogestionárias se aburguesam e rompem com os princípios democráticos e igualitaristas de gestão e apropriação da produção. Por outro lado, se opõe fortemente à tese – sustentada, principalmente, por Beatrice Webb e por Rosa Luxemburgo – segundo a qual às cooperativas e aos demais empreendimentos autogestionários estão abertos apenas dois caminhos: ou a degeneração capitalista, ou a falência. Argumenta vagamente em favor da capacidade de “resistência que os trabalhadores oferecem ao absolutismo do capital”, especialmente de “se opor[em] à intensificação do trabalho e a alterações unilaterais da jornada de trabalho” e afirma que, em última instância, as condições de trabalho na cooperativa são sempre “menos duras”, seja porque não há a obrigação (existente na firma capitalista) “de produzir lucros proporcionais ao capital investido”, seja pela liberdade que os trabalhadores possuem para decidir “como e quando trabalhar para tornar a empresa competitiva” (SINGER, 2000b, p. 17). Por fim, sugere a possibilidade de os trabalhadores não sucumbirem diante das pressões já que, no extremo, para o coletivo de trabalhadores, as adversidades na cooperativa são preferíveis ao desemprego, ao trabalho instável e mesmo ao trabalho assalariado (SINGER, 2000b). Além da fragilidade de tal argumentação (não é difícil supor que alguns trabalhadores possam preferir um emprego, um trabalho formalmente assalariado, diante da oportunidade de salários mais robustos que os ganhos obtidos na cooperativa, ou da perspectiva de maior proteção trabalhista pela carteira de trabalho assinada – o que, aliás, se pode constatar nesta dissertação mesma, no próximo capítulo), chama a atenção que Singer não faça qualquer referência ao convencimento político dos trabalhadores como embasamento de sua decisão em se manter em um empreendimento realmente autogestionário.

Acredito, entretanto, que as principais objeções que se podem fazer a Singer⁸³ têm que ver com a sua defesa da necessidade de permanência do mercado para que haja o triunfo do

⁸² E não é só com empresas capitalistas que esse modelo de organização democrática e igualitária oferecido pela cooperativa contrastaria. A empresa solidária – que “é ao mesmo tempo uma associação comunitária”, já que “quem se associa a ela não faz um contrato de trabalho, mas entra numa união em que seu destino individual se funde com os de seus companheiros” (SINGER, 2000b, p. 21) – teria impacto em outros “modelos hierárquicos e autoritários, como os da polícia e dos contraventores” (Ibidem, p. 28).

⁸³ Além, é certo, da leitura equivocada que faz de Marx e Engels quanto ao problema da expropriação da propriedade privada na superação do capitalismo: “Os clássicos parecem ter caído num reducionismo evidente.

socialismo. Singer (2000a) se põe contra quaisquer formas de planificação – ainda mais contra a modalidade centralizada da experiência soviética – por acreditar que elas, invariavelmente, são fonte de restrição de liberdade dos agentes econômicos envolvidos no plano, que não podem desistir dele, depois de iniciado, quando discordarem de seus objetivos ou de suas metas. O planejamento também seria fonte de inibição dos movimentos de inovação das forças produtivas na sociedade: “As causas dessa esterilidade estão no próprio planejamento e não apenas em sua implementação burocratizada. A aplicação de inovações desorganiza parte da economia, à medida que processos ou produtos novos substituem os até então em uso” (SINGER, 2000a, p. 33). Em sua modalidade centralizada, a planificação é ainda mais danosa e avessa à liberdade. Além da fixação de metas econômicas de maneira autoritária, o que, por si, causa distorções e mau uso dos fatores econômicos, no planejamento centralizado só há inovação tecnológica a partir de interesses políticos estratégicos.

Nas economias centralmente planejadas, a inovação tecnológica depende para sua aplicação de instâncias políticas que temem ser prejudicadas por ela. Apesar de seu poder absoluto, a cúpula está inserida em densa teia de interesses constituídos, dos quais depende a implementação do plano, que é a prioridade máxima. Não surpreende que a preocupação com os prejuízos supere o entusiasmo pelos benefícios prometidos pela inovação, na maior parte das vezes. A grande promessa de que o planejamento geral liberaria as forças produtivas da anarquia da produção ensejada pelo mercado frustrou-se inteiramente. O planejamento geral é capaz de produzir progresso tecnológico em áreas em que ele é prioritário, como foi o caso do poderio militar. Mas na produção civil ele aborta novas forças produtivas, pois a prioridade tende a ser expandir sempre mais as estruturas existentes. (Ibidem, p. 33)

Alternativamente, Singer propõe que a regulação da economia socialista se dê através de um modelo democrático e participativo, amplo o suficiente para permitir que os interesses de toda a sociedade sejam apresentados. Uma espécie de parlamento econômico. Assim,

esse novo modo de regulação terá de ser explicitamente *político*, reconhecendo de partida que os cidadãos têm interesses, percepções e preferências diferentes e que o modo de regulação deve permitir o confronto e a negociação dessas diferenças com o fim explícito de produzir ou um consenso ou, se este for impossível, uma posição majoritária. (SINGER, 2000a, p. 38)

Pensavam que, se a propriedade privada dos meios de produção é a causa da divisão da sociedade em classes, a abolição daquela implica eliminação desta. Mas a abolição da propriedade privada exige a criação de um regime de propriedade coletiva, sobre o qual eles nada tinham a dizer” (SINGER, 2000, p. 17). A leitura de Texier, realizada no item anterior, contradita tais conclusões. Para Singer, existe uma linha de continuidade entre o reducionismo que ele identifica em Marx e Engels e os problemas teórico-políticos que conduziram ao estatismo da União Soviética.

Por outro lado, não se prescinde da regulação por mercados. Primeiro, “porque [o mercado] é a forma de interação que conhecemos, que permite manter as diversas burocracias separadas, evitando que um poder total se apossa da economia” (SINGER, 2000a, p. 38). Em segundo lugar, porque “*Mercados são essenciais para possibilitar ao indivíduo o direito de escolha, como trabalhador e como consumidor*” (Ibidem, p. 39. O grifo é do autor.). De qualquer forma, o “mercado socialista” seria diferente porque impediria a apropriação privada e porque a instância reguladora da economia, o hipotético parlamento econômico, não permitira o crescimento desproporcional das empresas cooperativas. Finalmente, esse modelo de regulação deveria contar com a participação estreita dos consumidores – na economia socialista, todos são produtores e consumidores (SINGER, 2000a).

A questão principal que se deve ter em conta para se contrapor à insustentável conjunção entre mercado e socialismo – uma contradição em termos – é a de que não pode haver preservação de mercado sem que haja a preservação das relações sociais que lhes dão sustentação; preservar o mercado significa preservar a mediação pela mercadoria e pelo trabalho abstrato⁸⁴. Reafirmo aqui as opções que Texier observa em Marx pela produção cooperativa, desde que acompanhada de uma planificação participativa via federação nacional de cooperativas e sob o controle da sociedade. É inconsistente a alegação de que toda planificação atenta contra liberdades fundamentais; isso porque a vida em sociedade, à parte os delírios ultraliberais (e eu não os estou atribuindo a Singer), não se configura jamais como o reino das liberdades individuais que desconhecem limites. Por fim, quanto ao problema da inovação tecnológica, a existência de fundos públicos direcionados para essa finalidade, com critérios amplos o suficiente e de caráter terminantemente democrático, poderia se constituir alternativa viável à proposta de preservação do mercado em uma sociedade emancipada.

Devo destacar, ainda, a defesa que Singer faz da convivência de modos de produção distintos, inclusive o capitalista, numa formação social socialista.

Nos países do “socialismo realmente existente” os outros modos de produção estavam proibidos, acabando por constituir atividades econômicas ilegais e semi-ilegais. Isso viola direitos humanos essenciais. Todos os cidadãos devem ter o direito de organizar suas atividades econômicas de acordo com suas preferências, desde que não firam direitos alheios. Portanto, de todos os modos de produção conhecidos, só a servidão e a escravidão deveriam ser proibidas. (SINGER, 2000b, p. 48)

⁸⁴ Devo essa argumentação à arguição do Prof. Márcio Bilharinho Naves como membro da banca examinadora da defesa pública da dissertação de mestrado “A economia solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político”, de autoria de Bárbara Geraldo Castro, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), em março de 2009.

Servidão e escravidão se separam do trabalho assalariado, estranhado, explorado sob o capitalismo quanto à intensidade e à qualidade da exploração e da dominação exercidas – isto é, embora guarde diferenças relevantes em relação ao trabalho servil e ao trabalho escravo, o trabalho assalariado capitalista também se ancora sobre exploração e dominação. A posição valorativa de Singer, aqui, incorre numa tolerância seletiva frente às formas de desumanização do ser humano.

Por último, uma questão muito importante: é notória, em Singer, a ausência de uma referência clara e elaborada ao tema do poder estatal. Nos principais textos em que trata da Economia Solidária, a estratégia autogestionária não é pensada em articulação a um projeto de conquista do poder político pela classe trabalhadora.

Sem ignorar tais dificuldades, a contribuição de Singer é, aqui, fundamental; fornece elementos cruciais e levanta questões decisivas para analisar a experiência das trabalhadoras organizadas nos GP's. Em outras palavras, Singer, como Texier, municia de ferramentas conceituais o exame da produção autogestionária do MTD.

5 – O trabalho autogestionário nos Grupos de Produção

Neste capítulo, a observação se debruça sobre a realização da produção autogestionárias nos GP's. De início, é possível perceber, entre os três Grupos, semelhanças nas linhas gerais do seu funcionamento. Entretanto, é também possível identificar algumas diferenças nos processos de construção e consolidação de tais Grupos: diferenças quanto à organicidade e à longevidade da participação (nos GP's) de suas integrantes e quanto à produtividade e à constância de funcionamento dos Grupos.

O GP 1, localizado no bairro do Canyon⁸⁵, existe há oito anos. Duas das quatro integrantes atuais participam do GP desde o início. A terceira integrante, apesar de participar do MTD desde a sua fundação na cidade, entrou nesse Grupo em 2008 – antes, participou da ocupação de um terreno, fez parte de outros GP's, trabalhou na Companhia de Limpeza de Caxias do Sul (Codeca)⁸⁶ e passou um tempo afastada do Movimento, quando do nascimento da filha. A quarta integrante, irmã de uma das fundadoras do GP, ingressou recentemente no Grupo, um mês antes da realização da entrevista⁸⁷. Quanto a sua atividade produtiva, o GP se dedica à costura/confecção e ao artesanato e produz mercadorias variadas, tais como roupas, acessórios de moda, almofadas, travesseiros, tapetes, estopa para limpeza de carros, artigos de decoração, cobertas, capas de carro, capas de estofado de carro. A matéria-prima utilizada é adquirida tanto através de verba específica dentro do programa das FET (linhas, agulhas, tecidos) – com essa verba nas últimas FET, por exemplo, foi abastecido o estoque para o ano inteiro – quanto de doações (retalhos de tecido, roupas usadas que são desmanchadas e, mais raramente, tecidos em geral), realizadas por indivíduos e por empresários têxteis. As doações são conseguidas através de parcerias obtidas pela direção do MTD e pelo próprio GP, que fez anúncios no jornal O Pioneiro (jornal local) e em emissora de rádio e distribuiu panfletos. O GP funciona num cômodo do Centro Comunitário do bairro. Para realizar suas atividades, o Grupo dispõe de três máquinas de costura (duas de costura reta e uma overlock), sendo uma de propriedade do MTD, adquirida com verbas das FET para outro GP, e duas de propriedade das integrantes, adquiridas com o apurado das vendas de estopinhas para postos de gasolina

⁸⁵ Os bairros onde os três GP's estão localizados possuem o mesmo perfil: bairros de alta precariedade habitacional e social, ocupados por uma população de extrema pobreza.

⁸⁶ Através de parceria realizada com o MTD.

⁸⁷ Por isso, apenas foram levadas em consideração as informações da participante que dizem respeito ao seu perfil socioeconômico e suas respostas relativas à organização do GP e à motivação de entrada no Grupo. Mais especificamente, não serão analisadas as informações sobre posições e práticas políticas, já que elas praticamente nada dizem da participação no MTD.

em anos anteriores. Dispõe ainda de duas máquinas quebradas: uma reta e outra overloque. As duas participantes mais antigas disseram comparecer todos os dias ao GP quando não estão em convênio com o programa das FET. A terceira integrante deixa de comparecer apenas um dia por semana nessas circunstâncias. As vendas das mercadorias produzidas, realizadas geralmente no salão do Centro Comunitário, são feitas principalmente para os vizinhos – o que inclusive possibilita que sejam parceladas, em duas ou três vezes, para os conhecidos. Os ganhos são divididos coletivamente. Dentre as principais dificuldades relatadas quanto ao processo de produção, as entrevistadas destacam os altos custos com energia. O suprimento insuficiente de matéria-prima também é apontado como um entrave.

O GP 2, também localizado no Canyon, encontra-se em processo de reorganização. No período entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009, novas integrantes se juntaram ao Grupo, que conta hoje permanentemente com três trabalhadoras⁸⁸. Uma delas está no MTD há dois anos, mas participava de outro Grupo; há 10 meses participa desse GP, que, desde novembro de 2008, coordena. As outras duas integrantes são mãe e filha e entraram no GP há 10 e 8 meses, respectivamente. Esse GP se dedica principalmente à costura/confecção e ao artesanato e tem como principais produtos os seguintes artigos: roupas, acessórios, tapetes, almofadas, coberta, estopa para limpeza de carros. Além disso, o GP vende roupas usadas que recebe através de doações. Funciona num espaço alugado. Conta com uma máquina de propriedade de uma das integrantes⁸⁹ e, recentemente, com uma máquina, que ainda não funciona (está danificada), adquirida pelo MTD através das FET (estava em uso de outro Grupo). A matéria-prima foi conseguida basicamente através de doações⁹⁰. As integrantes do Grupo reúnem-se entre três e quatro vezes por semana, embora a coordenadora compareça diariamente ao espaço do GP. As mercadorias do Grupo são comercializadas, sobretudo para a vizinhança no próprio espaço de trabalho. As principais dificuldades para que haja um bom funcionamento do GP são a falta de máquinas aptas para o trabalho e a dificuldade com o suprimento de matérias-primas. Além disso, no momento de realização da pesquisa, o Grupo enfrentava problemas com a sua antiga coordenadora, que não vinha comparecendo ao GP e era acusada pelas demais de não pagar o aluguel (para o que contava com dinheiro de contribuição das mulheres e da venda de mercadorias, de toda a produção feita até então – por

⁸⁸ Duas outras mulheres trabalham esporadicamente no GP, mas não foram entrevistadas e não serão, portanto, levadas em considerações nas informações sobre o Grupo.

⁸⁹ Essa participante, cuja filha também integra o Grupo, já é aposentada.

⁹⁰ A participante detentora de uma das máquinas de costura, porém, já pagou pela compra de três carretéis de linhas, por exemplo.

isso, inclusive, não houve partição dos ganhos entre as mulheres) do espaço onde o GP funciona e comercializa seus produtos.

O GP 3 funciona no bairro Euzébio Beltrão de Queiroz⁹¹. Cinco das seis entrevistadas realizam atividades produtivas com o MTD desde o início do Núcleo, há oito anos. A sexta participa do MTD desde sua fundação, mas só recentemente passou a trabalhar com as mulheres do NB do bairro. No GP 3, as atividades são costura/confecção e artesanato e ocorre a produção de tapetes, almofadas, cobertas, artigos de decoração, vestuário. O GP não possui maquinaria ainda e funciona num imóvel de propriedade da coordenadora do Grupo. A matéria-prima foi adquirida através de verba das FET e de doações; o material comprado através das FET ficou estocado, já que o GP funciona muito precariamente fora do período de vigência do programa – praticamente, apenas a coordenadora e a sua filha trabalham no espaço físico do GP quando não recebem as FET; as demais comparecem esporadicamente⁹². Além de comercializar seus produtos com a vizinhança, o GP envia representação (geralmente, sua coordenadora) para a participação em feiras em outras cidades. Quanto à repartição dos ganhos advindos da produção (durante a vigência das FET, quando a produção é coletiva), houve divergência de informações: a coordenadora indica que as mulheres abrem mão do que produzem – o dinheiro vai para cobrir custos com a manutenção do GP e com a comercialização dos produtos (quando há necessidade de deslocamento, há custos de transporte, hospedagem, alimentação); sua filha afirma que a divisão é feita de acordo com o trabalho individual – os ganhos são proporcionais à participação individual da mulher na produção de determinada mercadoria; outras duas informam que há divisão igualitária dos ganhos. A principal dificuldade apontada pelas mulheres do GP é a ausência de um espaço adequado para a produção e para a comercialização⁹³ – o espaço onde trabalham é exíguo, não comporta todas as mulheres e não permite a organização dos materiais e da produção, tampouco permitiria dispor produtos para venda. Além disso, a aquisição de matéria-prima é apontada como problemática por ser onerosa – ou não conseguem comprar, ou não podem repassar os custos para o preço final⁹⁴.

O conteúdo da tabela 1 apresenta esquematicamente as características centrais dos GP's.

⁹¹ O Núcleo do bairro, na verdade, conta com um grande número de mulheres ocupadas na produção coletiva – durante a realização da pesquisa, as mulheres estavam se reorganizando em dois Grupos. Apenas participantes de um dos dois GP's foram entrevistadas.

⁹² Uma das integrantes, quando o programa das FET não está em vigência, realiza individualmente, em sua casa, o trabalho que executa no GP. Ver Apêndice J, sobre atividades paralelas realizadas pelas trabalhadoras.

⁹³ A loja do MTD, segundo a integrante Hélio, não consegue vender bem. De acordo com Laura, poucas pessoas passam pela loja.

⁹⁴ Adiante, ainda neste item, será retomado o problema da formação de preço para os produtos dos GP's.

Tabela 1 – Características gerais dos GP's⁹⁵

	GP 1	GP 2	GP 3
Quantidade de membros	4	3*	12
Entrevistadas em cada Grupo	4**	3	6
Atividades produtivas	Costura/Confecção; artesanato	Costura/Confecção; artesanato	Costura/Confecção; artesanato; crochê; tricô
Produtos	roupas, acessórios, almofadas, travesseiros, tapetes, estopa para limpeza de carros, artigos de decoração, cobertas, capas de carro, capas de estofado de carro	roupas, acessórios, tapetes, almofadas, coberta, estopa para limpeza de carros	roupas, tapetes, almofadas, cobertas, artigos de decoração, estopas para limpeza de carros
Participação nas FET	Sim	Não	Sim
Maquinaria	5 máquinas de costura (3 de costura reta, sendo 1 danificada, e 2 overloque, sendo 1 danificada)	Duas máquinas de costura reta (uma danificada)	-
Comercialização	Vizinhança	-.****	Vizinhança
Matéria-prima	Doações; adquirida com verba das FET	Doações	Doação; adquirida com verbas das FET
Espaço físico	Centro Comunitário do bairro	Alugado	Privado, da coordenadora
Funcionamento sem as FET***	Ligeiramente reduzido fora das FET (4 a 5 vezes por semana)	3 a 4 vezes por semana	Residual sem as FET

⁹⁵ É possível ver fotos de dois dos GP's no Apêndice E.

	GP 1	GP 2	GP 3
Tomada de decisões⁹⁶	Coletiva	Coletiva	Coletiva
Divisão dos ganhos	Divisão igualitária.	Ainda não houve faturamento com o GP****.	Divisão igualitária/Divisão proporcional ao trabalho individual/Os ganhos são utilizados na manutenção do GP *****

*Esse é o número de mulheres que participavam permanentemente do GP durante a investigação.

**Apenas as respostas relativas à organização do GP e à motivação de entrada no Grupo foram consideradas na entrevistada Bárbara, que participava há um mês do MTD.

***Durante as FET, as mulheres precisam cumprir uma carga horária de 8h diárias. O GP 2, como já dito, ainda não acessou as FET.

****A produção realizada até o momento da pesquisa foi destinada ao pagamento do aluguel do espaço de funcionamento do GP. A comercialização ficou por conta da antiga coordenadora.

*****Houve divergência nas respostas dadas a essa questão.

De maneira geral, fica evidente a existência de um certo padrão organizativo e operacional comum aos três Grupos. As principais características desse padrão são: 1) a produção é coletiva; 2) a comercialização da produção é realizada majoritariamente para a vizinhança do entorno do GP – e, em menor grau, em feiras; 3) trata-se de uma produção de baixo valor de troca e de baixa escala, inexpressiva no conjunto da produção e frente aos eixos centrais da acumulação capitalista; 4) há uma insustentabilidade econômica e uma baixa (ou inexistente) acumulação – dependência de doações de matéria-prima e de acesso às FET; 5) apresentam-se dificuldades gerenciais e administrativas; 6) há ausência de registro formal dos GP's.

Esse, contudo, é um primeiro painel. Para bem compreender o funcionamento e a organização dos GP's do MTD, é preciso ir além, entendê-los em sua relação com as estruturas e a dinâmica da produção capitalista, que hegemoniza e dirige a sociedade. O primeiro passo para isso é analisar as atividades produtivas desenvolvidas nos GP's: quais são as mercadorias produzidas? Como elas se articulam aos circuitos da acumulação capitalista?

Tomemos, nesse momento, as mercadorias produzidas e suas destinações. Algumas considerações de Marx a respeito do consumo são importantes para essa reflexão. Na *Introdução à Crítica da Economia Política*, Marx (1982) diferencia o consumo produtivo do consumo propriamente dito. O consumo produtivo é a identidade imediata entre produção e

⁹⁶ Esse tema será mais apropriadamente abordado no capítulo 6.

consumo, a produção como ato de consumo, o consumo como parte da produção – em suma: o consumo, pelo trabalho, de meios de produção e sua transformação em mercadorias; simultaneamente é o consumo, pelo capital, da força de trabalho comprada. É produtivo porque gera mais valor ao capital adiantado (MARX, 1982; 1983).

O consumo individual do trabalhador, por outro lado, é parte do que Marx chama de consumo propriamente dito – aquele que é a “antítese destrutora da produção” (MARX, 1982, p. 8). É o consumo pelo trabalhador dos meios de subsistência. Nesse sentido, também esse consumo possui identidade com a produção: não só porque realiza o produto da produção ou porque cria necessidade de nova produção dos produtos consumidos, mas também porque é a produção e a reprodução da força de trabalho a ser consumida pelo capital (MARX, 1982; 1983) Para Marx, o consumo individual do trabalhador, “dentro de certos limites⁹⁷, é apenas um momento do processo de reprodução do capital”. E arremata: “[...] o consumo individual do trabalhador é para ele mesmo improdutivo, pois reproduz apenas o indivíduo necessitado; ele é produtivo para o capitalista e para o Estado, posto que reproduz a força produtora da riqueza alheia” (MARX, 1983, p. 158).

No caso dos GP's analisados, a maioria da produção e sua linha preferencial de atuação são artigos de consumo individual: roupas, cobertas, mantas, almofadas, objetos de decoração, entre outros. Há ainda o material de limpeza (estopas) vendido aos postos de gasolina – vendidos, portanto, para consumo em atividades produtivas. Não foi possível, no processo de pesquisa, estabelecer o quanto cada um desses dois grupos de produtos representa em termos de faturamento para os GP's⁹⁸. Embora os artigos de consumo individual sejam o objeto central da produção dessas mulheres – são as mercadorias a que elas dedicam mais tempo de trabalho e em que elas depositam suas aspirações profissionais –, não é possível ignorar, por exemplo, que o GP 1 adquiriu parte de sua maquinaria com a comercialização das estopinhas para postos de gasolina. De qualquer forma, mesmo não sendo possível mensurar a participação econômica de cada um dos dois grupos de produtos no faturamento dos GP's, o que ajudaria a precisar a relação de tais Grupos com a acumulação capitalista, podemos apontar três frentes principais pelas quais se dá essa articulação: 1) através do consumo financiado pelas FET de maquinaria e de matérias-primas oriundas da produção capitalista; 2)

⁹⁷ Ele seria produtivo só quando necessário para a reprodução da força de trabalho – do que se excluiria o consumo supérfluo. Entretanto, o próprio Marx (1985) aponta, àquela época, que o jornal diário, por exemplo, fazia parte dos meios de subsistência de um operário inglês padrão. Hoje em dia, em tempos de aprofundamento do fetichismo da mercadoria e da mercantilização avançada do imaterial, o que pode ser considerado necessário e o que se entende por supérfluo? Conferir, a esse respeito, Moneta (2006).

⁹⁸ Durante a investigação, dois dos três Grupos encontravam-se num ritmo lento de produção: o GP 2 estava em processo de reorganização e o GP 3 com o funcionamento reduzido.

pela venda de produtos para o consumo produtivo pela produção capitalista – estopas para limpeza de automóveis; 3) por meio do fornecimento de meios de subsistência (artigos de consumo individual) para trabalhadores. Esse terceiro ponto deve, inclusive, ser relacionado à estratégia de rebaixamento de custo da mão-de-obra no Brasil pela existência de uma ampla economia informal, conforme descrito por Oliveira (2003) e apresentado no capítulo 3. E, aqui, importa destacar que os GP's do MTD não se relacionam com a acumulação capitalista via estratégias de precarização do trabalho, à diferença de outros grupos informais e de alguns tipos de cooperativas (falsas ou não), envoltos, por exemplo, nos mecanismos de *externalização* e de *terceirização* largamente utilizados na reestruturação produtiva realizada a partir das últimas décadas do século XX (ALVES; TAVARES, 2006; LIMA, 2004; HARVEY, 1992).

Para além da relação direta, ativa com a produção capitalista, é necessário compreender que o próprio fato de estar subordinada ao “modo de produção especificamente capitalista”, isto é, o fato de existir numa formação econômico-social hegemônica pelo capitalismo, faz com que a produção dos GP's se submeta a imposições econômicas capitalistas. Existe um ponto importante a ser analisado quanto ao funcionamento dos GP's e que diz respeito diretamente a tal sujeição: a sustentabilidade econômica dos Grupos. Os GP's não conseguem adquirir estabilidade e garantir uma dinâmica contínua de produção e uma autonomia financeira para funcionar e conceder ganhos monetários para suas trabalhadoras. No GP 3, a diminuição da frequência da presença das trabalhadoras no GP ao término da vigência das FET é radical, com a justificativa de que a produção não garante bons rendimentos para as mulheres⁹⁹, que precisam realizar outras atividades (faxina, catação de lixo e cuidado de crianças foram as atividades citadas no GP 3). No GP 1, que demonstra uma maior organicidade, os ganhos também são inexpressivos e igualmente suas trabalhadoras se mantêm na expectativa do recebimento da bolsa das FET.

Há, certamente, razões diversas, de naturezas diversas, a determinar essa instabilidade, a impedir que os GP's do MTD se consolidem como empreendimentos equilibrados financeiramente e capazes de garantir rendimentos satisfatórios para as suas trabalhadoras. Mas o primeiro conjunto de razões deriva exatamente da condição dos GP's de serem uma atividade produtiva inserida numa formação econômico-social capitalista. Nesse contexto, é possível situar como entraves concretos ao êxito da produção dos Grupos a ausência de

⁹⁹ Durante as FET, então, as mulheres trabalham apenas pelo recebimento da bolsa?

crédito e de assistência técnica. E aí se situa também a adversidade de formação de preço sob a vigência da lei do valor-trabalho.

Vejamos um exemplo. Uma trabalhadora do GP 3 aponta a compra de matéria-prima como uma dificuldade para o Grupo produzir:

[quando] a gente tem o salário, a gente compra. As muié tira aquele pouquinho pra comprar o material. Daí a gente vai lá e compra, [...] vai trabalhando com aquele que tem. Que nem os retalho, o [dirigente] Eduardo¹⁰⁰ arrumou lá, ele traz, a gente faz os tapetes. Mas daí a gente precisa das linhas pra fazer as telas. E as linha é cara. *Tu vai comprar um novelo de linha, é 4 real. E o novelo não dá uma tela. Aí tu vai vender um tapete por quanto?* Se arrumasse doação de linha, de malha, as gurias desmancham – [...] aquelas dali é umas que elas desmancharam e fizeram a tela, daquelas malha de brusa. Se tu vai comprar só tua lã, não dá. Daí tu vai vender o tapete por quanto? 50 real? Não vão pagar. (LAURA, ENTREVISTA EM 09/10/09. O grifo é meu)

Primeiramente, vamos destrinchar as dificuldades da produção nos GP's a partir da sua relação com a lei do valor-trabalho. Marx (1983, 2004a) aponta que, sob o capitalismo, o valor de um produto é determinado pelo *quantum* total de trabalho que ele exigiu. Esse *quantum* inclui não só o trabalho feito para transformar a matéria-prima no produto, mas também aquele incluído para transformar a matéria bruta na matéria-prima a ser utilizada. No caso específico do tapete citado, não apenas o trabalho efetuado para a transformação da matéria-prima, a linha, em mercadoria, o tapete, deveria ser levado em consideração para a formação do preço (a expressão monetária do valor¹⁰¹) como também o trabalho que produziu a linha (isto é: o trabalho de plantar e colher a fibra natural – o algodão, por exemplo –, mais o trabalho de transformar a fibra natural em linha). Mas tal preço não é determinado individualmente: o trabalho individual tem que estar em convergência com o trabalho socialmente necessário para produzir aquele produto, ao tempo médio de produção daquele tapete – o que inclui as técnicas, as máquinas e instrumentos e as matérias-primas socialmente utilizadas para essa produção. Disso se deduz que pouco importa o tempo que o Grupo leva para produzir o tapete e tampouco quais foram as máquinas, ferramentas e técnicas utilizadas na produção. Assim, o preço do tapete do GP 3 não compete em condições de igualdade com o dos tapetes vindos das grandes indústrias: elas possuem máquinas tecnologicamente avançadas (o que economiza trabalho); compram matérias-primas em grande quantidade (o que lhes permite barganhar o preço de compra); utilizam métodos de organização da produção

¹⁰⁰ Dirigente do MTD não entrevistado durante a pesquisa. Seu nome também foi alterado.

¹⁰¹ Marx diferencia valor e preço, mas argumenta que o preço de mercado de um produto tende a ser o seu valor (MARX, 2004a).

e do trabalho de maior produtividade, a partir de uma acurada divisão do trabalho de um grande contingente de trabalhadores/as; têm acesso a crédito em condições e volumes mais vantajosos. O preço do tapete – aquele usualmente praticado no mercado, aquele que, superado, impede a venda do tapete, conforme observa a trabalhadora Laura – será determinado a partir dessas condições. Nos termos de Marx, isso decorre da sujeição da produção aos ditames da *mais-valia relativa* da acumulação capitalista¹⁰². E os custos maiores de produção do GP 3 serão compensados de que maneira para que o tapete possa ser vendido pelo preço socialmente aceito? Através de uma diminuição do que é pago às trabalhadoras pelo seu trabalho – através, portanto, da extração de mais-valia absoluta¹⁰³.

Não é exatamente aqui que resplandece todo o poder explicativo da formulação de Marx de que o trabalhador que possui seus próprios meios de produção se torna capitalista de si mesmo?¹⁰⁴ Marx (1987) faz essa afirmação ao tratar da situação de artesãos e camponeses – de “produtores que trabalham com meios de produção próprios”, mas que “não empregam trabalhadores e por isso não produzem na qualidade de capitalista” (MARX, 1987, p. 401) –, não da produção associada (ou autogestionária) de trabalhadores. Entretanto, entre as duas formas de produção se encontram semelhanças que tornam possível se lançar mão de tais reflexões: tal qual os produtores individuais descritos por Marx, os GP’s possuem seus meios de produção e não vendem trabalho, mas mercadorias (seja ao capital, no caso das estopas, seja aos trabalhadores, nos demais produtos). Nesse sentido, “não pertencem à categoria do *trabalhador produtivo* nem à do *improdutivo*, embora sejam eles produtores de mercadorias. Mas sua produção não está subsumida ao modo de produção capitalista”¹⁰⁵ (MARX, 1987, p.

¹⁰² Em linhas gerais, se dividirmos a jornada de trabalho em duas partes, sendo uma delas o tempo de trabalho necessário para a reprodução do valor da força de trabalho e a outra, o trabalho excedente acumulado pelo capitalista; temos que essa segunda parte é denominada por Marx de mais-valia. Marx distingue dois tipos de mais-valia: a absoluta e a relativa. “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da chamada jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa” (MARX, 1983, p. 251). A mais-valia relativa, mais especificamente, atua sobre a redução do tempo de trabalho necessário – grosso modo, seja pela diminuição do valor da força de trabalho (através do barateamento dos meios de subsistência do trabalhador, por exemplo) seja pelo aumento da força produtiva, isto é, da produtividade do trabalho, que se dá justamente por meio de inovações técnicas da produção. Já a mais-valia absoluta pode compreender também uma redução salarial (absoluta ou relativa).

¹⁰³ Nesse caso específico, é de se pensar o exemplo de Marx (2004a) pelo qual a redução do salário do trabalhador cai a níveis de comprometer a sua própria reprodução.

¹⁰⁴ A expressão “trabalhar para mim mesmo/a”, utilizada popularmente para se referir ao trabalho por conta própria, talvez seja o maior *sintoma* dessa condição de “capitalista de si mesmo/a”.

¹⁰⁵ Não é o caso, já citado, das cooperativas e dos grupos informais (aí incluídas formas de trabalho domiciliar) envolvidos nos mecanismos de externalização/terceirização que ganham vulto no curso do processo de reestruturação produtiva de finais do século XX. Tais empreendimentos participam diretamente da valorização do capital, na medida em que a mercadoria por eles fabricada gera mais-valia. Ademais, diferentemente do que ocorre com os GP’s, a produção dessas cooperativas e desses grupos é dirigida – nos seus prazos e conteúdos,

401. Os grifos são do autor). Tais produtores, porque possuem seus meios de produção, são capitalistas; como trabalhadores, todavia, são assalariados deles próprios. Essa afirmação não deve ser lida de maneira linear, mas, antes, deve ser compreendida em sua contradição.

A destinação econômico-social dos meios de produção na produção capitalista – expressando determinada relação de produção – se entrelaça tanto com a existência material desses meios de produção como tais e, segundo o modo de ver da sociedade burguesa, é dela tão inseparável, que aquela destinação (destinação categórica) é também aplicada onde a relação diretamente a contradiz. Os meios de produção só se tornam capital, ao ficarem independentes, como força autônoma em face do trabalho. No caso referido, o produtor – o trabalhador – é possuidor, proprietário dos meios de produção. Esses meios não são capital, nem o produtor perante eles é assalariado. Não obstante são considerados capital, e o próprio produtor se biparte e, desse modo, como capitalista emprega a si mesmo como assalariado. (Ibidem, p. 402)

A riqueza analítica de tal afirmação decorre de que, ao mesmo tempo em que reconhece a existência de uma relação de produção diferenciada nessas formas de produção, não ignora a direção que a produção capitalista, hegemônica, exerce sobre o conjunto da sociedade, da produção e dos meios de produção. Tais produtores são capitalistas sem capital; assalariados sem assalariamento. Conformam uma relação social antagonista àquela que autonomiza o trabalho objetivado e o converte em fonte de exploração, ao mesmo tempo em que estão submetidos a leis de funcionamento (e aos constrangimentos) do modo de produção dominante. Nessas circunstâncias,

é possível que esses produtores que trabalham com meios de produção próprios reproduzam sua própria força de trabalho e, além disso, criem mais-valia, permitindo-lhes sua posição se apropriarem do próprio trabalho excedente ou de parte dele (desde que lhes tomem parte na forma de impostos etc.). (Ibidem, p. 401)

Acontece que, no exemplo do tapete confeccionado pelo GP 3, não se consegue reunir as condições para executar o trabalho no tempo socialmente necessário e organizar a produção de modo que a mercadoria projete em si o seu respectivo valor socialmente determinado. Os custos de produção, como se viu, fariam o preço extrapolar esse teto socialmente determinado. Assim, as trabalhadoras dos GP's, ainda no exemplo do tapete, não lograriam se apropriar de qualquer mais-valia. Nesse caso, não se trata sequer de comprometer alguma

por exemplo – pela(s) empresa(s) a que se ligam; há uma subordinação operacional. Aqui, sim, é possível falar em subsunção do trabalho no capital (ALVES; TAVARES, 2006; SOARES, 2004; HARVEY, 1992).

possibilidade de acumulação, mas de inviabilizar o acesso ao valor minimamente necessário à própria reprodução dessas pessoas¹⁰⁶.

Marx afirma que a condição de não subsunção no capital do trabalho dos artesãos e camponeses por ele analisado revela-se “uma peculiaridade, característica de uma sociedade onde predomina um modo de produção definido, embora não lhe estejam ainda subordinadas todas as relações de produção” (MARX, 1987, p. 401). No caso dos GP’s, seria mais frutífero – e correto –, mais do que falar em relações *ainda* não subordinadas ao capital, recorrer à caracterização que Marx faz das cooperativas como formas anunciativas de uma outra ordem social.

5.1 - A gestão dos Grupos de Produção

A instabilidade dos GP’s do MTD explica-se também por um segundo conjunto de razões que se situa nas limitações de ordem gerencial, administrativa e técnica das trabalhadoras. Em geral, as integrantes dos Grupos possuem baixa capacidade de gestão e de condução de questões logísticas. Falta compreensão de questões como estoque, compras, formação de preço, análise de demanda/oferta e de segmentação da produção, entre outras. Observemos o seguinte relato:

se eu vou viajar [para comercializar os produtos do Grupo em alguma feira], eu tenho que ir pr’um hotel, eu tenho que comer. Então, o que tu ganha ali – tu vende um tapete ali por 10 pila –, tu come. Quando tu volta, tu tá com as mão vazia de volta também. Então, como é que tu vai ter treze pessoa trabalhando se tu não tem... (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

De um ponto de vista estritamente econômico, qual o objetivo então de realizar a viagem? Mesmo considerada a hipótese de haver um exagero na declaração (inclusive porque, imediatamente antes, ela afirma auferir entre R\$50,00 e R\$100,00 em feiras), tal relato é

¹⁰⁶ Uma segunda hipótese para o caso do tapete do GP 3 – hipótese que não é antagônica à tese aqui levantada, da incapacidade da produção do GP de competir com as empresas capitalistas e seus mecanismos de extração de mais-valia relativa, sem dúvida, a principal explicação para a questão – se assenta na ideia de que o valor da linha (a principal matéria prima do tapete) se torna muito alto para a remuneração dos consumidores do tapete (os vizinhos do GP) porque a força de trabalho produtora da linha (ou o somatório das forças de trabalho produtoras da linha: agricultores, operários, engenheiros, entre outros) tem um valor maior do que a força de trabalho consumidora (os/as vizinhos/as). Segundo Marx (2004a), o valor da força de trabalho equivale aos custos de sua produção e reprodução: gastos com meios de subsistência e, eventualmente, com educação e qualificação, para o/a trabalhador/a e sua família. Aponta Marx: “assim como são diferentes os custos de produção de forças de trabalho de diferentes, também são diferentes os valores de forças de trabalho usadas nas diferentes indústrias” (MARX, 2004a, p. 88). Evidentemente, essa segunda hipótese aqui aventada resta por ser verificada empiricamente.

ilustrativo das dificuldades técnicas e gerenciais referidas. O grau de conhecimento do processo produtivo e de capacidade de gestão vai, evidentemente, variar entre as mulheres, de acordo com suas experiências individuais. A declaração citada, contudo, vem de uma das mais atuantes trabalhadoras do GP 3, que ocupa posição de destaque na condução do Grupo, o que denota uma relativa generalização das deficiências técnicas entre as integrantes.

Ainda assim, como já informado, observa-se entre as entrevistadas um desnível relativo a esse tipo de conhecimento. Algumas mulheres possuem uma postura passiva e demonstram conhecer menos ainda os diferentes aspectos da produção que executa. Questionada sobre as necessidades para expandir e consolidar a atividade produtiva do seu GP, a trabalhadora Camila respondeu:

Não sei, acho que mais depende é delas [Ana e Dora], que elas que costumam [...]. Sei lá, acho que precisa pano, essas coisa, bastante coisa pra costurar, pra fazer roupa. (CAMILA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Conforme se pode deduzir da afirmação, existe uma certa divisão do trabalho; ela é resultante não só das diferenças de saberes referentes à gestão do Grupo, mas também de uma disparidade relativa à qualificação profissional (dominar as técnicas de trabalho, como a costura, por exemplo) e à liderança administrativa do empreendimento. Nos três Grupos, é possível identificar as mulheres que assumem uma posição destacada – Dora e Ana, no GP 1; Gabriela, no GP 2; Hélia, no GP 3.

Então, quando às vezes sai eu e ela [Dora], que a gente tem que fazer algum negócio, tem que ficar alguém aqui, porque, volta e meia, chega um carro, [para] trazer as coisas, sempre tem que ter um pra cuidar aqui. Até mesmo, às vezes, o pessoal do MTD pode vim, daí, [se] num tem ninguém, fica ruim. Então, tem que sair duas e ficar duas. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Mas eu tou sempre aqui *ajudando* elas [Ana e Dora], fazendo alguma coisa, cortando esponja pra fazer almofada, pra travesseiro. *Ajudando* elas com as pecinha. (CAMILA, ENTREVISTA EM 08/10/09. Os grifos são meus, não foram usados para denotar ênfase da entrevistada)

Ah, *as gurias costumam* – se organizemo bem! Um costura, outras fazem coberta. (CAMILA, ENTREVISTA EM 08/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

[...] daí desci e comecei a participar do Grupo, [a] descer [para] *ajudar* elas ali a fazer coberta, uma coisa ou outra, desfiar lã [...]. (ÉRICA, ENTREVISTA EM 08/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

[...] a gente *ajuda* a Dona Gabriela. Então, ela faz lençol, ela faz as capa pras almofada, ela faz um monte de coisa ali, costuras. A gente *ajuda* no que

pode, vai *ajudando* ali. (ÉRICA, ENTREVISTA EM 08/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

[...] a gente se reúne e faz o que tem de fazer. Ela [Gabriela] dá um saco de lã pra gente, “olha, vamo desmanchar essa lã”, “vamo arrumar esses pano”, “vamo fazer isso, fazer aquilo”, e a gente faz. [A gente faz] até um horário ali e depois a gente vai embora. (ÉRICA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Ai, o que que eu vou te dizer? Sei lá, [para melhorar a produção, o necessário] seria se ter máquina, coisa assim, pra poder ajudar, que nem um passador de roupa, que nós não tem nada, que toda coisa que necessita não tem nada. Então, sei lá, *eu não sei muito das coisas...* (FÁTIMA, ENTREVISTA EM 08/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

E a gente faz tapete, eu vou pras feira vender. [...] Agora não temo [estamos] trabaiano, daí ninguém vem trabaiao, então só eu e a minha guria que trabaio pra nós fazer a feira [*refere-se, provavelmente, às feiras em que comercializa os produtos do Grupo*]. (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Marx (1983) demonstrou o papel da cooperação e da divisão do trabalho no aumento de produtividade conquistado pela produção capitalista. Por um lado, é razoável (e desejável) que as trabalhadoras se utilizem de mecanismos que aumentem a produtividade do seu trabalho. É ainda natural que as trabalhadoras individuais dos GP's possuam habilidades e aptidões diferenciadas e compreensível que isso se reflita nas tarefas desempenhadas por cada uma no Grupo. Por outro lado, o fato de o “trabalhador coletivo combinado”, como designado por Marx, fazer com que os trabalhadores individuais se tornem apenas (também nos termos marxianos) “trabalhadores parciais unilaterais” já mostrou suas consequências negativas, dentre outras coisas, no caráter estafante, alienado e desrealizador do trabalho sob o capitalismo – e isso já serve de alerta para a produção coletiva nos GP's. Ademais, se essa divisão do trabalho é marcada por deficiências na formação profissional – em outras palavras, se está assentada na falta de domínio sobre as técnicas produtivas –, ela corre o risco de se converter em fonte de hierarquização interna das trabalhadoras e, no limite, de reproduzir o domínio e a direção exercidos pelo capitalista sobre o trabalho coletivo. No caso do GP 3, a isso tudo se soma o fato de o espaço físico onde o Grupo se reúne ser de propriedade da liderança citada. No caso do GP 1, o tempo de participação no Grupo pode ser fonte de autoridade para as lideranças. Vejamos outras declarações.

A gente faz tapete [...]. Então, a primeira vez, os tecidos, as coisa [as matérias-primas], *eu dei tudo pra elas fazer as roupa pros filho delas, a gente não quis nada no Grupo, “não, é de vocês”*. (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

Sem vim os pagamento [das FET] [...], a gente não tem dinheiro pra ter doze, treze muié trabaiano. [...] Eu [vou] fazer uma feirinha ali que às vezes eu ganho cinquenta pila, às vezes o máximo que tu ganha é cem reais, tu vai sustentar? *Nem eu não me sustento.* (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

Olha, *material pra trabalhar aqui é mais com as meninas.* Quando precisa, quando falta, é a Ana e a Dora, sabe, *eu e a outra semo mais, assim, de ajudante delas, se precisa de uma coisa é elas que vão mais atrás, então não é a gente.* (CAMILA, ENTREVISTA EM 08/10/09. Os grifos são meus, não foram usados para denotar ênfase da entrevistada)

Correlatamente à divisão do trabalho nos Grupos, há um aspecto importante a ser analisado: o da formação de uma habilidade de gestão entre as trabalhadoras – aquilo que Singer (1999) identifica como um dos principais sentidos pedagógicos que a produção autogestionária tem a oferecer à luta anticapitalista da classe trabalhadora. Embora, como evidenciado, sejam evidentes várias dificuldades quanto à gestão administrativo-econômica dos GP's pelas mulheres, é possível identificar, minoritária, contraditória e positivamente, elementos que indiquem rudimentos de uma cultura gestora. São indícios disso, encontrados no discurso de algumas mulheres – especialmente entre aquelas anteriormente apontadas como líderes dos seus Grupos, embora não exclusivamente –, tanto a vontade manifesta de fazerem seus empreendimentos autogestionários prosperarem e adquirirem autonomia, quanto a atitude de divulgarem o trabalho neles realizado.

[...] agora a gente tá pensando assim: as que ficar [as trabalhadoras que prosseguirem no Grupo] – que [conforme] a gente conversou com a [dirigente] Glória¹⁰⁷ –, a gente vai tentar fazer um tipo de produto só, todo mundo junto, as que ficar junto, as que resolver [continuar]. E daí a gente vai tar montando uma coisa melhor pra nós. [...] Pra continuar depois que [o convênio das FET] termina. Então a gente agora vai sentar, agora quando elas começar as Frente, e a gente vai ter uma conversa com as mulher, com a [dirigente] Glória junto, com a [dirigente] Daniela junto, pra ver o que que nós queremos fazer. É só casaquinho, é só “tip top”[*não sei a que produto se refere*]? Mas um produto só. (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

[...] a gente não quer ficar dependendo desse dinheiro [recebido através das FET]. A gente quer conseguir. Ó, hoje, por exemplo, tu não tem um serviço pra fazer, mas tu sabe fazer um tapete, tu saber fazer um crochê, um tricô, tu pode fazer isso aí e vender e ganhar teu troquinho pra tu comprar teu leite pro teu filho, um calçado pro teu filho. (JOANA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Às vezes, numa conversa [nas “lutas”], tu divulga o teu trabalho. (DORA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

¹⁰⁷ Dirigente do MTD que, apesar de ter colaborado intensamente para a execução da pesquisa, não quis ser entrevistada. Seu nome também foi alterado para preservar a sua privacidade.

Muitas vezes, tais indicativos se dão através de críticas das próprias trabalhadoras à condução dos GP's e à postura das demais trabalhadoras.

Até hoje, eu ainda não consegui enxergar a meta lá na frente. Porque esses dois anos que eu trabalh [interrompe, se corrige], que eu vivo aqui no Movimento, é que nem aquela história que a maioria do pessoal lá no Nordeste diz – [ri] me desculpe a expressão – “que anda que nem cauda de burro e de cavalo”, [por]que a gente luta, luta, luta e eu não vejo sair do lugar. E eu pergunto para mim, pergunto às vezes pra companheira: por que que não sai do lugar? Por que não chega lá na frente? Porque o pessoal trabalha naquelas horta urbana, tem condições de trabalhar – cê tá vendo aqui, ó? [aponta para o espaço físico do GP]. Eu acho que uma pessoa com as máquina, com um meio de trabalho desse jeito – não compra nada, não gasta nada do seu próprio dinheiro –, eu acharia que dava pra prosseguir, pra ter uma renda, ter um meio melhor, maior, uma estrutura melhor. Eu, no meu ponto de vista, da minha pequena visão, mas eu acho que tinha que ter mais garra, prosperar mais. [...] Tá vendo isso aqui, ó? [aponta para o espaço físico do GP] Eu comecei, tava desse jeito e daqui não sai. E eu não quero que meu Grupo fique desse jeito; eu, sinceramente, eu não quero. Porque, se continuar desse jeito, eu desisto já. Eu quero trabalhar e ver o futuro lá mais tarde. Eu quero trabalhar de manhã e de tarde eu ver o que eu trabalhei, ver o que eu produzi. Eu não quero que fique desse jeito, assim. Anos e anos e anos e anos, e nessa situação. Se for, eu largo já, eu não tenho paciência de ficar desse jeito. Porque eu vejo aqui condições, ó, tá vendo? [aponta para o espaço físico do GP] Tem condições de trabalhar, tem a matéria prima. [...] Trabalhei seis meses aqui. A gente só trabalhava e pagava – 250 de luz a gente pagava aqui. Então, a gente tirava do nosso dinheiro, [inaudível] não dava nem pra pagar a luz, isso é trabalho? Eu não acho que seja. Então eu gosto, eu quero e espero que aquele Grupo, que ele ande. [...] E vou mostrar que eu não vim para morrer afogada. Eu vim para trabalhar e eu ver o resultado do meu trabalho. Eu não vou trabalhar para ficar só do fumo [das adversidades] do trabalho. (GABRIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

[...] se todos derem as mãos e correrem no mesmo objetivo, na mesma visão, eu sei que ele [o MTD] vai [conquistar os objetivos]; mas se ficar do jeito que é, não vai. Porque grupos velhos, velhos, velhos, velhos – oito anos, oito anos, não sei quantos anos mais o [Grupo] de lá, um monte de mulher, 10, 15, 20 mulher num Grupo –, mas é naquela mesma situação, não sai dali. Então, não chega a lugar nenhum. Vai ficar velha, de cabelo branco e num vai chegar a lugar nenhum. Mas se todos olhar no mesmo objetivo, chega sim, vai longe. (GABRIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Elas num vêm¹⁰⁸, porque daí num tem como elas ganhar [provavelmente refere-se à bolsa das FET]. E elas também não querem ter um jeito delas vim e fazer um tapete pra elas levar pra elas vender, elas também não se interessam, né? Então, fica esse clima. (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

¹⁰⁸ Refere-se às mulheres do GP 3, que não vão ao Grupo no período em que o programa das FET não está em vigência.

Essas manifestações, todavia, não devem ser superestimadas, tomadas como prova inequívoca da competência gestora das mulheres integrantes – não só pelas insuficiências administrativas anteriormente citadas, como também pela existência de outras ideias antagônicas. Vejamos a seguir:

[durante as FET] cada um[a] recebe o seu salário, e elas dizem assim, “não, já que nós temos [estamos] recebendo salário, o que tu ganhar, que tu não ganha muito, é pra tua passagem de ônibus”, então elas nem faz questão de pegar nada. [...] Quando eu vou fazer feira [comercializar os produtos em alguma feira] – porque dificilmente tu tem uma feira [...] –, elas ganham o salário delas, elas nem querem [o dinheiro obtido com a venda dos produtos], porque elas acham que tem que deixar pra mim viajar ou pra [comprar para] mim uma passagem, porque só eu que saio, elas não vão em lugar nenhum. (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Esse extrato de depoimento se refere à indagação sobre a forma de repartição do apurado com as vendas das mercadorias. Ora, se, quando não há a participação nas FET, as mulheres praticamente deixam de trabalhar no GP 3; se, como relatado no trecho citado, durante as FET, as mulheres abrem mão do apurado com a sua produção¹⁰⁹ (ou, ao menos, de parte dele), qual é o sentido desse trabalho? O que se observa é a falta de perspectiva de uma continuidade autônoma das atividades do GP e a percepção do trabalho no Grupo unicamente como via de acesso ao benefício das FET.

Outra ideia que se choca com o desenvolvimento dos GP's – pelo menos, *na condição de grupos autogestionários* – é a expectativa de que ele seja um desenvolvimento capitalista, ou com vistas à acumulação. A trabalhadora Gabriela, que apresenta severas (e fundadas) críticas quanto à baixa consolidação dos Grupos e à ausência de uma cultura gestora e de uma perspectiva de expansão da produção por parte das trabalhadoras, declara:

Eu tenho uma esperança e uma visão que vai dar certo. O ponto é bom [...]. Eu também tenho gente que conhece empresário, que vai vender e fazer entrega das minhas estopinhas, das minhas coisas que eu vou fazer. (GABRIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

E ainda:

um quilo de estopinha tem gente vendendo a R\$ 5. Um guri me falou “tô vendendo a R\$ 5”, “mas eu [Gabriela] faço e entrego a você por [R\$]2,50”. (GABRIELA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

¹⁰⁹ Conforme dito no início deste mesmo item, as participantes Laura, Joana e Isabel contradizem essa informação.

Talvez não haja uma visão exatamente de inspiração capitalista embasando essas afirmações – inclusive porque ela própria diz não querer “muito”, não ter grandes aspirações, apenas se fixar em algo que “veja que vai dar um resultado”; mas, possivelmente, não existe nessa trabalhadora uma postura crítica quanto à produção capitalista.

A direção do MTD não se mostra alheia a tais problemas na gestão dos GP's: além de identificá-los, apontam as limitações que lhes dão origem e indicam caminhos para superá-los.

No Grupo de Produção, se reproduz os mesmos vícios e problemas que tem nesse mundo capitalista. Então, rapidamente a liderança torna-se também chefe, que se torna patrão, que, se aquele Grupo de Produção se localiza ainda na casa dela, na garagem dela, na cozinha dela, aí é um caos, porque aí ela é a proprietária daquilo e aí as outras pessoas têm que se submeter, ou então elas acabam desistindo. Ou, então, acaba ficando um Grupo em que tem uma liderança, uma grande chefe, e uma série de pessoas que se submetem, e aí não têm muito voz, aceita o que vem, são pessoas mais humildes, mais caladas, o que também é um problema. Então, sem dúvida que, também no Grupo de Produção, se reproduzem essas formas. E aí a gente percebe que é só com um longo tempo e um forte processo de acompanhamento que a gente consegue, com esses próprios elementos, a partir desses temas, fazer um debate mais político – e aí todo delicado, porque é fácil de as pessoas se ofenderem com essas análises e se sentirem ofendidas, tipo assim: “ah, eu tou me esforçando, tou doando meu espaço, tou dedicando o meu tempo e ainda assim não está bom”. E tem o outro lado dessa moeda, que é essa nossa cultura muito messiânica, em que de fato as pessoas esperam que alguém faça por elas, e se tem no Grupo uma pessoa com uma personalidade mais forte que puxe, tem o lado ruim, que é ela se tornar a dona, a chefe, a patroa do Grupo, mas tem o outro lado, que é também as pessoas permitirem e quererem isso, porque isso lhes convém, porque isso lhes acomoda, “porque a fulana vai fazer, portanto eu posso ficar aqui”. Então, a dialética está em todas essas coisas [ri]. É um desafio tremendo esse trabalho com o povo, em todos os sentidos. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

Enfim, tanto as dificuldades de gestão (que, no limite, impedem uma estruturação mais sólida dos GP's), quanto a eventualidade de uma gestão voltada para a acumulação constituem desafios importantes à produção autogestionária. Um possível processo de conversão capitalista dos GP's, contudo, não se constitui uma tendência – inclusive porque exigiria um estágio de desenvolvimento diverso da atual precariedade em que se encontram os Grupos.

5.2 – “Não gosto mais de ser mandada”.

O trabalho realizado pelas mulheres dos GP's do MTD possui características que claramente o diferenciam do trabalho assalariado praticado sob o capitalismo. Nas entrevistas, especialmente as com as integrantes mais antigas dos Grupos mais consolidados (1 e 3), há sempre referência a um trabalho prazeroso, de que elas gostam, com que se identificam e em que não recebem ordens e não são controladas, mas, antes, tomam decisões. Julgo que as categorias adequadas para abordar essas questões foram trabalhadas por Marx nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos* – refiro-me, particularmente, aos conceitos de alienação e estranhamento¹¹⁰.

No primeiro dos *Manuscritos* de 1844, Marx identifica que o trabalho sob o capitalismo opera uma inversão na relação que o ser humano estabelece com a sua atividade vital. Diferentemente dos animais não humanos, que coincidem com sua atividade vital – eles são a sua atividade vital –, “o homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência” (MARX, 2004b, p. 184). A atividade vital humana, portanto, é consciente – é *trabalho*, explicita Engels (2004). O trabalho, assim, faz do ser humano um ser genérico, um ser que se relaciona consigo mesmo como com um gênero, com um ser universal. Essa universalidade, prossegue Marx, se encontra ainda em que, para o homem, a natureza é o seu corpo inorgânico: não é somente meio de vida, de subsistência, mas é também objeto de sua atividade consciente, do seu trabalho. Através do trabalho o homem se efetiva, se objetiva no mundo exterior. O modo de produção capitalista, contudo, coloniza o trabalho – agora assalariado – e o despe de suas funções humanizadoras – pelas mãos da alienação e do estranhamento.

A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*äusser*), mas sim que existe fora dele (*ausser ihm*), independente de e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma frente a ele, [significa] que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha¹¹¹. (MARX, 2004b, pp. 177-8)

E ainda:

¹¹⁰ Deixo claro, portanto, que não me alinho àqueles que tomam tais formulações de Marx por incongruentes em relação ao arcabouço teórico da maturidade intelectual marxiana. Considero que o Marx maduro – o que equivale dizer: o Marx de *O Capital*, da crítica da Economia Política, da teoria da mais-valia – tem em tais categorias uma contrapartida indispensável: elas são fundamentais para a compreensão (em suas dimensões políticas, sociais e econômicas) da sociabilidade assentada nas relações de produção capitalistas – fundamentais, portanto, para a capacidade explicativa da teoria da mais-valia. Ainda a esse respeito, Mészáros (2006) é esclarecedor ao apontar a permanência das categorias de alienação e estranhamento nas principais obras de Marx – o que, nesse trabalho, se constata na citação de *O Capital* utilizada na página seguinte.

¹¹¹ Nesta edição (MARX, 2004b), o termo *Entäusserung* é traduzido tanto como “alienação”, quanto como “exteriorização”. Os colchetes foram utilizados pelo tradutor da edição brasileira em tela.

Primeiro, {a exteriorização, a alienação consiste em} que o trabalho é externo (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolver nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *Physis* e arruína o seu espírito. [...] Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como [o trabalho] não sendo seu próprio, mas de um outro, que [o trabalho] não lhe pertence, que ele no trabalho não pertence a si mesmo, mas a um outro¹¹². (MARX, 2004b, pp. 180-1)

Também em *O Capital* vemos Marx descrever o trabalho alienado e estranhado no capitalismo:

O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado. (MARX, 1984a, p. 156)

O trabalho, fonte de humanização, realização do ser humano, afirmação da humanidade do ser humano, passa, sob o capital, a ser fonte de esgotamento e mero meio de sobrevivência física. Se “a vida produtiva é [...] a vida genérica”, se é “a vida engendradora de vida”, sob o capital “a vida mesma aparece só como meio de vida” (MARX, 2004b, p. 184). Eis a inversão desumanizadora que o capitalismo opera: de animal que se torna consciente da sua atividade vital, que subordina sua existência física a essa atividade consciente, realizadora, que efetiva o ser humano, regredimos a espécie cuja atividade vital só se dedica a fazer subsistir o corpo físico – para o trabalho. E não para qualquer trabalho: para um trabalho desgastante, de que se foge “como de uma peste” (Ibidem, p. 180); um trabalho que valoriza o capital e que se autonomiza, ao passo em que empobrece e domina o trabalhador; um trabalho que significa desefetivação do ser humano, que não é mais proprietário do objeto, nem do instrumento do seu trabalho e que não é mais senhor do seu processo de trabalho, sobre o qual não exerce qualquer poder de decisão.

Embora seja necessário lançar mão de algumas mediações para se fazer tal afirmação, é possível dizer que o trabalho realizado pelas entrevistadas segue uma orientação distinta dessa descrita por Marx ao tratar do capitalismo e repõe, em certa medida, o sentido emancipatório que faz da atividade vital do ser humano fonte de humanização e condição de afirmação do caráter genérico da humanidade. A identificação com o trabalho, a efetivação no e pelo trabalho, a objetivação “positiva” no e pelo trabalho, o entusiasmo em trabalhar, tudo isso se faz presente em algumas das entrevistas concedidas.

¹¹² Os conteúdos entre chaves são meus. Os entre colchetes, novamente, do tradutor.

Meu negócio era trabalhar em firma [e], muitas vezes, por mínimas coisas, ir pra rua. E ali [no GP do MTD], não: eu gosto, eu luto pelo meu trabalho. Gosto do meu trabalho, gosto do que eu faço. Eu adiro as coisas, sabe? Se for preciso [ir] lá do outro lado do mundo buscar doação, a gente vai. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Essa mesma participante relata que, devido aos baixos ganhos obtidos no GP, precisou aceitar um emprego numa escola – através de uma falsa cooperativa, a propósito. Entretanto, incomodada com receber ordens e com o controle exercido pelo patrão, voltou ao Grupo um ano e meio depois: “eu achei uma coisa ou outra pra brigar lá dentro [da escola] [Risos]. [Com] o chefe, com o diretor da escola” (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09). E, posteriormente, acrescenta:

Eu pensava assim, “ah, mas no meu serviço eu não era mandada desse jeito. E aqui, Deus o livre, qualquer coisinha eles tão oiando com cara feia pra gente, tão mandando a gente”. Eu não gosto de ser mandada. E não gosto mais de ser mandada. Olha, até meu marido disse “mas por que tu quer lá? Tu não tá ganhando nada lá!” “Deixa o meu serviço! Eu adoro, eu amo aquilo lá! Deixa, é lá que eu me desestresso, é lá que eu me esqueço de tudo”. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Duas questões merecem comentário nesse depoimento. A primeira é o fato de que ela prefere o trabalho mal remunerado no GP ao trabalho assalariado por não receber ordens – por ter, portanto, controle sobre o seu trabalho¹¹³ – e por o trabalho lá representar realização, satisfação, e, inclusive, distração (“é lá que eu me desestresso”). Essa alusão a uma experiência prazerosa no trabalho não pode deixar de ser contrastada com a descrição (já parcialmente citada) que Marx faz da experiência do trabalho alienado:

{a alienação consiste em que o trabalhador} não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolver nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *Physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. [...] O trabalho externo {alienado}, o trabalho no qual o homem se exterioriza {se aliena}, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação¹¹⁴. (MARX, 2004b, pp. 180-1)

¹¹³ Outros trabalhos apontam essa preferência por formas de trabalho autogestionário, ou mesmo por conta própria, em detrimento da modalidade assalariada. Em pesquisa com trabalhadoras de dois “empreendimentos econômicos solidários do setor de reciclagem”, com sede em Minas Gerais, Neves e Costa (2007) identificaram em algumas das entrevistadas essa opção pelo trabalho autogestionário, como se observa no seguinte relato: “Mas aí depois eu pensei que queria uma coisa diferente na minha vida. Tava cansada de trabalhar na casa dos outros. Por mais, assim, que a maioria das pessoas que fui trabalhar me tratavam bem e tudo, mas pensava assim: eu queria uma coisa nova para mim” (Rosilene *apud* NEVES; COSTA, 2007, p. 6).

¹¹⁴ Os conteúdos entre chaves são meus. Os entre colchetes, novamente, do tradutor.

Vejam os outros depoimentos que igualmente contrastam com a experiência de trabalho assalariado capitalista descrita por Marx.

Nós trabalhamos tudo junto. Cada uma faz o que gosta, o que quer. Se uma faz crochê, faz crochê. Se uma gosta de fazer tapete, faz tapete. Eu faço minhas bonecas, que tão lá em cima. Então cada uma faz uma coisa. Cada uma gosta de uma coisa. Não é assim uma firma, de obrigar a pessoa a fazer o que não quer. (LAURA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Aqui, podemos perceber um respeito à individualidade das trabalhadoras. Entretanto, isso não representa um comprometimento do caráter coletivo do trabalho – mesmo porque as próprias trabalhadoras ressaltam (e isso também é um ganho em termos da já referida cultura gestora) as vantagens que o trabalho coletivo apresenta:

Sim [nós conversamos para decidir o que fazer]. [...] Três pintam, três fazem crochê, três... Cada uma faz uma coisa. [...] Cada três faz uma coisa, pra render, né? Porque não adianta só uma fazer e a outra... Ou, se não, o dia que se junta, uma faz só crochê, tudo elas junto. Daí cada uma faz uma coisa. (LAURA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

O extrato a seguir também é demonstrativo de uma experiência diferenciada de trabalho:

gosto desse trabalho, gosto do Movimento. Cada vez que eles precisam, a gente tá aí pra lutar junto; e gosto de tudo isso. Acho que eu nasci pra isso, que eu adoro minha costura, divulgo meu trabalho, adoro meu trabalho, luto por ele, tenho paixão pela costura! Já trabalhei em outros lugares, mas, que nem aqui, são coisas bem diferentes, coisas novas. Adoro isso aí! (DORA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Depois de afirmar que não pretende deixar o Movimento, a entrevistada aponta os motivos:

Porque eu gosto do meu trabalho. Ninguém me manda, eu faço o que eu quero. A gente se une, a gente trabalha em cima daquilo: “Ó, hoje não dá pra fazer isso, a gente faz amanhã”; “vamos fazer um jogo de tapete”, “vamos”, a gente combina tudo. Então, isso que é bom. Já dentro de uma firma tu tem que cumprir horário, tu tem que ser mandada, e aqui a gente não manda, a gente conversa uma com a outra, a gente se entende, então, é por isso que eu gosto. Eu disse: “eu adoro trabalhar com costura”; então, minha paixão é costura. Inventar as coisas, fazer qualquer coisa diferente, eu adoro. (DORA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

A organização hierarquizada da produção capitalista é aqui contraposta a uma forma coletiva e mais democrática de produção. É possível notar ainda como a trabalhadora se realiza, se efetiva no seu trabalho, que é dotado de uma dimensão criativa. A integrante Ana declara algo semelhante:

Tu vai trabalhar numa casa de família, tu é explorada. E aqui nós não somos explorados, que [pois], quando a gente tem que sair, uma fica, a outra

sai¹¹⁵. E vendemo também nossas coisinha, mostremo nosso trabalho. Então, o MTD é uma forma como a gente sobreviver sem ter que ter patrões. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

As mediações a serem feitas à constatação de que o trabalho nos GP's segue orientação distinta da capitalista dizem respeito ao fato de que tal processo de produção, além de restrito e reduzido (seja em escala, em densidade econômica ou no caráter do que é produzido), encontra-se inserido num modo de produção capitalista – o que implica uma série de constrangimentos a essa produção (como já apontado neste capítulo) e a tais mulheres, não só como trabalhadoras, mas também como consumidoras, agentes econômicos de uma maneira mais ampla. Ademais, do ponto de vista cultural e subjetivo, ainda que a experiência proporcionasse um avanço extraordinário em termos políticos (o que, como se verá, não se observa no universo pesquisado), também seria impossível falar em desalienação e em desestranhamento *tout court* sem que se conhecesse uma radical superação dos fundamentos da sociabilidade sob o capitalismo. Conforme observa Paulo Silveira, “sob as condições do capitalismo, estamos *todos* submetidos ao fetichismo da mercadoria” (SILVEIRA, 1989, p. 74. Grifo do autor), o que equivale a dizer que a alienação não é um fenômeno individual e, tampouco, redutível à consciência: ao contrário, grava o corpo e molda a estruturação psíquica humana¹¹⁶. Essas ressalvas, contudo, não devem diminuir o feito da realização – indiscutivelmente observada nos GP's – de um trabalho mais livre e mais libertador; mais humanizado e mais humanizador.

Outras participantes, no entanto, demonstram preferência por um trabalho assalariado tradicional e pela possibilidade de, num emprego formal, ter a carteira de trabalho assinada e os direitos trabalhistas garantidos:

Não, não pensei em sair, só penso agora, que, se eu não conseguir também esse dinheiro aí, daí eu vou ter que procurar um outro serviço pra mim, porque também tem que trabalhar, né? Tem que ter um ganho também. (ÉRICA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

E ainda:

¹¹⁵ Aqui, provavelmente, faz referência ao controle das trabalhadoras sobre seus horários de trabalho.

¹¹⁶ O ser humano, explica Silveira (1989) a partir de Marx, reduz seu corpo à força de trabalho, que é regida pela forma mercadoria como qualquer outra mercadoria. Dessa maneira, a sujeição ao fetichismo não nos atinge externamente, mas está inscrita “nas dimensões *vitais* do sujeito: seu corpo e sua psique” (Ibidem, p. 74. Grifo do autor.). Isso quer dizer que há “uma identificação interna do ‘sujeito’ com a mercadoria, ou seja, como possuidor de um valor de uso e de um valor e que, enquanto tal, mantém-se necessária e permanentemente condicionado à presença de um *equivalente*, que lhe autentique como valor e como magnitude de valor” (Ibidem, p. 75).

[...] [se] eu pudesse trabalhar numa firma, [em] que [eu] fosse fichada [tivesse a carteira de trabalho assinada], [em] que eu tivesse meus direito, tudo, e fosse por mais tempo, eu gostaria de trabalhar numa firma. (ÉRICA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Note-se que o caráter temporário das FET foi citado pela entrevistada Érica. Nessa linha, outras entrevistadas responderam positivamente à pergunta sobre a existência do desejo (passado ou presente) ou da decisão concretizada de deixar o MTD (mesmo sem demonstrar aspirações pelo trabalho assalariado). Elas alegaram como motivos para esses desejos e/ou decisões os baixos ganhos advindos da produção dos GP's, a demora na liberação, pela prefeitura, das FET e o caráter temporário das FET.

Saí, fiquei um ano fora, fui trabalhar numa escola, pr'uma cooperativa, mas eu achava [sentia] falta. [...] Eu tava meio apertada com umas contas, daí eu precisava ir. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Ah, eu já pensei [em sair], porque a gente tá esperando esse dinheiro faz uns 3, 4 meses, eu acho, e num tá vindo, a gente até se desanima um pouco. [...] Tem vontade de parar, mas daí, se a gente para, é pior ainda, né? Eu tenho essa pequenininha minha, que tem sete ano, pra mim arrumar uma firma já fica mais difícil, tem que achar alguém pra pagar, pra cuidar dela.¹¹⁷ (CAMILA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Já tinha pensado [em sair do MTD] porque nós tamos desde fevereiro atrás dessas lutas, atrás desse governo aí, nada tá saindo. Sabe? E eles têm o pão de cada dia na mesa. Eles têm a sua comida, chegou o meio dia, tem na mesa. E eu, sendo sincera, tem muitos dias que, se não é meu filho me dar um prato de comida, eu não tenho. Eu não tenho mesmo. [...] [Mas] já que eu fui até agora, eu vou até o fim. E se continuar, vamo continuar. Vamo lutar. (NADIR, ENTREVISTA EM 09/10/09)

A grande maioria, contudo, negou a vontade ou o plano de sair e demonstrou entusiasmo em permanecer nos GP's do MTD.

Finalmente, há que se levar em consideração o fato de essas demonstrações de identificação e realização com o trabalho serem mais explícitas e intensas em algumas das mulheres – nas do GP 1; dentre elas, mais especificamente naquelas que foram identificadas como lideranças. Quanto à variação, entre os Grupos, dessa manifestação de apreço pelo trabalho – o que não significa que não haja manifestações positivas quanto ao trabalho nos demais, principalmente no GP 3 –, é compreensível a disparidade: ela acompanha, exatamente, a constância e a consolidação da produção nos Grupos: enquanto o GP 1 mantém a produção mesmo sem o convênio com as FET, o GP 3 praticamente reduz bruscamente suas atividades e o GP 2 ainda encontra-se em processo de estruturação. Quanto à disparidade

¹¹⁷ Aqui reaparece a relação contraditória dos GP's com a atual divisão sexual do trabalho. Objetivamente, o trabalho no GP se põe como correlato do trabalho em tempo parcial na produção capitalista.

interna do GP 1, pode-se questionar se ela não constitui indicativo de que a já apontada divisão do trabalho seja fonte de apropriação privada por parte das lideranças; considero, contudo, que tal conclusão não corresponde à situação do Grupo: além de todas as mulheres realizarem o trabalho manual, não há indícios de acumulação dos ganhos entre as lideranças. Ao invés de descaracterizar o GP 1 como produção autogestionária, os indicativos de disparidade interna apenas reforçam a necessidade de uma formação mais eficiente das trabalhadoras. Por fim, não é possível desconsiderar, na análise dessa heterogeneidade, a obrigatória existência de diferenças subjetivas entre as trabalhadoras, tais como vocação profissional, habilidades técnicas relativas ao trabalho exercido, comportamento em grupo, entre outras.

6. A vivência do trabalho e da política pelas mulheres participantes dos Grupos de Produção do MTD

O eixo de análise que agora se inicia tem uma grande importância dentro dos objetivos propostos na pesquisa. Importa aqui tentar identificar as configurações políticas do sujeito coletivo resultante da participação nos GP's do MTD – tarefa, que, se, é verdade, já se iniciou no capítulo anterior, agora assumirá notoriedade. Para empreender a caracterização dessa experiência política, serão levados em consideração os seguintes aspectos: 1) a forma de organização e o processo de tomada de decisões nos GP's¹¹⁸; 2) a participação política das integrantes dos GP's no MTD; 3) o envolvimento delas com outras organizações políticas (movimentos sociais, sindicatos); 4) a participação dessas trabalhadoras em/a preferência delas por partidos políticos; 5) a compreensão delas sobre a questão social¹¹⁹.

Iniciemos, pois, pelo processo de tomada de decisões nos GP's. Como já mencionado neste trabalho, todas as informações sobre tomadas de decisão foram obtidas através da participação em reunião dos NB's e através das referidas questões durante as entrevistas – não houve acompanhamento sistemático do funcionamento dos Grupos. Nessas entrevistas, todas as mulheres afirmam que o trabalho nos GP's é pactuado coletivamente, especialmente aspectos como a escolha do que produzir e o ritmo do trabalho, por exemplo. No momento da pesquisa, os GP's estavam se preparando para acessar as FET. As decisões sobre que trabalhadoras teriam direito ao benefício se deram coletivamente, a partir de critérios pactuados – um critério, em especial: a participação nas “lutas” do Movimento. Nesse sentido, todas as decisões sobre a participação nas FET foram apreciadas pelas mulheres nessas reuniões de Núcleos – e essa pareceu (e sobre isso apenas posso fazer suposições, já que não investiguei o MTD globalmente) ser uma prática política consolidada e utilizada para todos os

¹¹⁸ Para que não restem dúvidas, a inclusão desse aspecto organizativo na análise da experiência política dos GP's diz respeito ao fato de relações de produção serem também relações de poder. As relações de produção, portanto, são elemento central na definição da experiência política não só porque são determinantes da vida social, mas também porque em si, nas suas práticas produtivas, definem hierarquias.

¹¹⁹ A categoria “questão social” é aqui utilizada nos termos dos debates propostos, dentre outros, por Mota (2006). A autora destaca as linhas gerais da interpretação hegemônica do conceito no Serviço Social brasileiro: “Em termos históricos-conceituais, a expressão questão social foi utilizada para designar o processo de politização da desigualdade social inerente à constituição da sociedade burguesa. Sua emergência vincular-se-ia ao surgimento do capitalismo e à pauperização dos trabalhadores e sua constituição, enquanto questão política, foi remetida ao século XIX, como resultado das lutas operárias, donde o protagonismo político da classe trabalhadora – à qual se creditou a capacidade de tornar públicas as suas precárias condições de vida e trabalho, expondo as contradições que marcam historicamente a relação entre o capital e o trabalho” (MOTA, 2006, p. 17).

demais encaminhamentos decididos pela base do MTD. Outras decisões administrativas nos GP's, quanto ao funcionamento da produção, não puderam ser observadas – como já referido, os Grupos funcionam precariamente quando não estão nas FET –, mas não houve, nas entrevistas, qualquer opinião que negasse o caráter coletivo das decisões. Vejamos algumas declarações:

Todo mundo decide [junto], nós semo unida. Num semo de briga, de nada. Num tem negócio de briga, contenda, essas coisas não existe. (CAMILA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Sim. É uma decisão assim, ó: se a gente faz um travesseiro, é dividido as coisas entre o Grupo. E, daí, as duas guria, elas não sabem ir na [usar a] máquina, daí então elas cortam esponja. No mais, eu e ela [Dora] fizemo [fazemos]. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Ah, a gente, vamo supor, [para decidir] “amanhã vamo fazer um jogo de cozinha”, a gente senta ali, “vamo fazer?”, “vamo”, de repente uma não diz “ah, hoje não dá”, então aquela lá vai fazer alguma outra coisa e outras três vão, pegam todo mundo junto, sabe? Tudo que a gente vai fazer a gente se organiza. A gente senta e conversa. Uma não sabe, a outra ensina, sabe? Então é tudo assim. A gente se senta, conversa primeiro, uma conversa pra depois fazer. Se uma não concorda, a gente conversa pra entrar num acordo, tudo assim. (DORA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Nós três, sim [decidimos juntas]. Eu, Dona Gabriela e a minha mãe, sim. Mas [é] que tem mais umas duas, três, daí elas não participam muito, daí não tem como a gente conversar muito, mas, que nem nós ali [fazemos], “ah, vamo fazer isso?”, “vamo”, “vamo fazer aquilo?”, “vamo”. Ou a Dona Gabriela diz “ó, hoje vocês vão costurar uma coberta”, [*responde*] “vamo costurar uma coberta”; [*Gabriela:*] “vamo fazer as estopa”, [*responde*] “vamo fazer as estopa”, então é tudo assim. É tudo reunido, o que uma faz a outra faz também. (ÉRICA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Se decide junto. (FÁTIMA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Todo mundo decide junto. (JOANA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Esses depoimentos devem ser lidos, como se nota, à luz do que já foi discutido a propósito da disparidade nos graus de capacitação técnica, da divisão do trabalho e das hierarquias entre as mulheres dos GP's – mesmo porque esses aspectos determinam diretamente a possibilidade de uma tomada democrática de decisão. A bem da verdade, divisão do trabalho, hierarquia, tomada de decisões são temas em que se afirma ou se nega a autonomia dessas trabalhadoras – ou, dito de outra forma, em que se revela ou não a alienação, o estranhamento. Ainda nesse sentido, é preciso considerar como fator determinante do caráter autônomo (ou heterônomo) da tomada de decisão a distribuição dos

ganhos da produção – como já abordado, não há qualquer manifestação de apropriação individual (aceita como padrão) da produção coletiva.

O segundo ponto afeto à experiência política das participantes dos GP's é o da participação das mulheres nas atividades do MTD. A esse respeito, é importante destacar uma evidência expressiva, especialmente nas mulheres há mais tempo no MTD: percebe-se nos depoimentos uma inequívoca, categórica e declarada disposição de tais mulheres para participarem não só do Movimento – o que, em si, poderia já ser considerado um elemento definidor de uma cultura política diferenciada, mas que, para essa pesquisa, seria tautológico¹²⁰ –, como também de suas intervenções e atos públicos – ou as “lutas”¹²¹, como elas próprias e os/as dirigentes do MTD denominam tais atividades. Mais do que uma disposição, incorporou-se nas entrevistadas uma convicção – ou, talvez sendo mais exato, uma constatação – de que as conquistas que desejam serão fruto exclusivo de sua luta política.

[O MTD] Vem [conquistando os objetivos], várias coisas. Porque é difícil eles dá uma [bola] fora, [haver uma situação em] que eles não ganhem. A gente sabe que demora, espera, mas a gente sabe que vem. Que é com luta que vêm as coisas. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Olha, eu acho que a gente, tudo junto – porque o NTD [MTD] é nós, né? E eu acho que os berejetivo [objetivo] que a gente vai pra “luta”, a gente consegue, sim, é só a gente ter força. (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

[O MTD] Tem [conquistado os objetivos], [com] bastante luta, mas tem. (ISABEL, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Olha, até hoje, as “lutas” que a gente foi, a gente conquistou [os objetivos]! Sempre foi conquistado. (NADIR, ENTREVISTA EM 09/10/09)

A participante Laura relata que, inicialmente, não gostava de ir para as “lutas”: “Eu achava que ficava lá gritando, não ganhava nada...”. Hoje, além de gostar das “lutas”, enxerga relevância nelas. “[O que eu mudei com a entrada no MTD foi o fato] de [passar a] lutar por [o] que a gente quer. Se ficar dentro de casa, não ganha nada, [se] ficar esperando. Tu não vai lá, eles não vêm aqui. [Risos]”. Ela declara nunca ter tido medo de participar dos atos e conclui: “Demora, mas eles conquistam [os objetivos]. Todas as vez que nós fumo, sempre conquistemo. Alguma coisa sempre vem” (LAURA, ENTREVISTA EM 09/10/09).

¹²⁰ É que a pesquisa presente já parte desse dado. O que se quer saber é se, *dentre as que já têm a atitude de participar do Movimento* (ou seja: *suas participantes*), é possível notar, quanto à sua cultura política, uma mudança advinda dessa participação no Movimento. Como não é possível comparar objetivamente a conduta atual das entrevistadas com aquela anterior ao ingresso no MTD, resta levar em consideração, nos depoimentos, a percepção de mudanças e o relato de práticas diferenciadas. Os testemunhos colhidos são categóricos, deixam pouca margem para dúvidas.

¹²¹ Quando possuírem esse sentido específico, isto é, quando se referirem aos atos públicos do MTD, os termos “luta” e “lutas” aparecerão entre aspas.

E tudo isso é acompanhado por uma satisfação, um entusiasmo, nessas mulheres, em participar das “lutas”.

Gosto. Adoro ir nas “luta”. (CAMILA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Antes eu ia mais pelo – como é que é que se diz? – pela necessidade. Agora eu já vou mais porque eu gosto e é uma coisa que tá conquistando pra nós, que a gente não quer ficar dependendo desse dinheiro. A gente quer conseguir. (JOANA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

[...] onde tem um cursinho, a gente tá junto. Onde tem uma lutinha, a gente tá junto também. (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Questionada sobre se já pensou em sair do Movimento, Hélia respondeu:

Olha, pra te falar bem a verdade... não! [Risos] Não! [Entusiasmada] Eu adoro! Adoro, adoro, Deus o livre! Chega de dia de “luta”, chega dia de tar com elas assim, ai!, me sinto outra muié! [...] [Entusiasmada] [eu gosto muito de ir para a “luta”] Porque gosto de ver aquele povo, sabe, reivindicando [reivindicando] o que é preciso eles ter – eles lutar pelo menos por um prato de comida, já te digo assim, é muito legal! Eu gosto muito! Ah, chegou dia de “luta”, Hélia tá na rua! [Risos] Pega as filha dela – porque eu tenho quatro filha, né? – três filha e um guri – e ela tá sempre junto. (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)¹²²

Slavoj Žižek pode ajudar a compreender tal entusiasmo. Partindo da declaração de Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, de que os proletários são a única classe verdadeiramente revolucionária, posto que “não têm nada a perder nela [na revolução comunista], além de seus grilhões” (MARX & ENGELS, 1998, p. 41), Žižek aponta a existência de uma violência revolucionária, redentora. Seria aquela vista, por exemplo, durante a revolução cultural chinesa, quando guardas vermelhos destruíram, “em êxtase” (ŽIŽEK, 2005, p. 283), monumentos históricos, vasos, pinturas, paredes; ou, ficcionalmente, na “orgia exuberante de violência revolucionária” da “cena cinematográfica arquetípica” (Ibidem, p. 281) de Eisenstein, em *Outubro*, em que os revolucionários quebram garrafas de vinhos sofisticados da adega do Palácio de Inverno Qual o critério para se identificar um verdadeiro ato violento revolucionário, questiona Žižek?

Numa ruptura revolucionária genuína, o futuro utópico não é nem simplesmente concretizado e presente integralmente, nem apenas evocado como promessa distante que justifica a violência presente; é, em vez disso, como se, numa suspensão única da temporalidade, no curto-circuito entre o presente e o futuro, fosse-nos – como se por obra da Graça – permitido agir *como se* o futuro utópico já estivesse (não totalmente aqui, mas) anunciado,

¹²² Aqui já é possível perceber elementos de uma identidade de classe, tema que será abordado posteriormente, quando for discutida a compreensão das entrevistadas sobre a “questão social”.

pronto para ser aproveitado. A revolução é vivenciada não como desafio que devemos encarar no presente para a felicidade e a liberdade das futuras gerações, mas como desafio presente sobre o qual essa felicidade e essa liberdade já lançam sombra – nele, já estamos livres mesmo enquanto lutamos pela liberdade; já estamos felizes mesmo enquanto lutamos pela felicidade, não importa quão difíceis sejam as circunstâncias. [...] [a revolução] é, por assim dizer, *sua própria prova ontológica*, um índice imediato de sua própria verdade¹²³. (ŽIŽEK, 2005, p. 280)

Obviamente, não está em análise uma situação de escalada revolucionária – nem em adesão popular, nem em perspectiva de ruptura, nem em intensidade da violência, ou sob qualquer aspecto a ser levantado. Contudo, mesmo se tratando de situações distintas, não é possível empregar essas formulações na avaliação da ação política das mulheres entrevistadas? Não é possível associar o vigor em participar das “lutas” a tal violência? Vejamos, inicialmente, as dificuldades por que passam essas mulheres nas “lutas”:

[...] as dificuldade que nós enfrentemo mais é, que nem agora, a gente ter que lutar na frente da prefeitura, que eles não querem dar o salário [a bolsa das FET]. Aqui o prefeito ainda é muito bom pra gente, nunca chamou a polícia pra nós. Mas, em Porto Alegre, a gente já viu a morte. (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Tem gente as vezes que não quer ir, que tem medo. Tem muitas que tem medo de ir. Por causa dos brigadiano [policiais integrantes da Brigada Militar, a polícia militar do Rio Grande do Sul] ou de ganhar uma paulada. Daí tem pessoa que ela não vai de medo. (LAURA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

A dificuldade que eles [o MTD] enfrentam é com o governo e também até mesmo a gente, quando a gente tá na rua, nessas “luta”, a gente é chamado de muita coisa¹²⁴. A gente é até muitas vezes humilhado pelas pessoas [...]. E aí nós varias vezes já levemo até copo d’água dos apartamento, jogavam água em nós, ali, principalmente, na frente do cine. Ali, uma vez, nós tomamo um banho d’água, tava frio, jogaram água lá de cima. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Ora, mesmo não tendo a possibilidade de escoá-la como nos exemplos citados por Žižek, não há uma vivência real de *violência* aí? E essa violência não guarda semelhança com o sentido emancipatório da violência revolucionária, inclusive porque, à sua semelhança, em última

¹²³ Por outro lado, a violência conservadora, escapista é aquela da “transgressão inerente”, que se revela mantenedora da ordem, que, “longe de subverter efetivamente o sistema capitalista, representa, isto sim, o lado obscuro do sujeito capitalista ‘normal’” (ŽIŽEK, 2005, p. 277). O exemplo de Žižek aqui é o filme *Clube da Luta*. Não poderíamos pensar, nesses termos, nas torcidas organizadas violentas, que, no Brasil, se organizam a partir de uma (para usar um termo psicanalítico) precária identidade de classe que não conseguem transcender rumo a uma (também numa linguagem psicanalítica) elaborada consciência de classe? É emblemático o grito de guerra da Torcida Jovem do Sport, torcida organizada do Sport Club do Recife, conhecida por promover eventos violentos após as partidas de futebol – de arrastões a quebra-quebras aparentemente despropositados: “Vem pra Jovem, vem roubar, que você vai se amarrar”.

¹²⁴ Note-se aqui a distinção entre “eles”, o MTD, que é identificado apenas por sua direção, e “a gente”, a base, que não seria o MTD. Diante essa questão será mais bem tratada.

instância, transforma “a vítima oprimida em agente ativo” (ŽIŽEK, 2005, p. 274), ainda que em termos relativos? Ademais, em termos freudianos, o exercício da violência revolucionária – ainda nos marcos descritos por Žižek – não seria o da fruição de uma pulsão reprimida? Processos importantes de visibilização dessas mulheres, historicamente segregadas do debate e do espaço públicos, entram em curso quando elas ganham as ruas organizadas politicamente e vocalizando suas necessidades e suas reivindicações – por si só, isso já não seria motivo de gozo da mesma pulsão reprimida que se frui pela violência redentora? Em complemento, ousar se tornar visível numa sociedade autoritária como a brasileira – que, fazendo valer sua herança escravocrata, senhorial e colonial, confere às classes trabalhadoras um tratamento (e lhes reserva um comportamento) de resquícios pré-capitalistas (nos termos de Fernandes, 1977) – não carrega em si uma dimensão claramente violenta? Não há, em suma, uma liberação de energia pulsional nas “lutas” – pela violência aberta contra a repressão policial¹²⁵ e contra a hostilidade da população, pela violência de ousar se tornar visível, pela fruição advinda da própria visibilidade¹²⁶? O próprio Žižek, aliás, esclarece que o sentido de violência aqui extrapola a violência física – está presente nos mecanismos cotidianos de reprodução da ordem e, em posição antagônica, nos processos de transformação dessa ordem¹²⁷.

¹²⁵ Conferir, a propósito, este elucidativo relato: “a gente tava aqui só naquela imprimeção [confinamento], ali dessas droga [há circulação de drogas ilícitas no bairro, nas proximidades do GP 3], dessas coisa, vendo essas polícia adentrando dentro da casa da gente, tirando os filho da gente pra fora, surrando, então hoje em dia a gente já sabe mais como agir” (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09).

¹²⁶ Maria Rita Kehl (2004), a partir de um referencial psicanalítico, analisa os mecanismos de visibilidade do sujeito contemporâneo – o que, na sociedade moderna, equivale a dizer: os mecanismos de visibilidade das massas. Partindo da constatação da importância que a visibilidade tem para a autoafirmação subjetiva de um sujeito; e levando em consideração que a visibilidade é a ligação desse sujeito com o espaço público, “onde se tecem os acordos e se estabelecem as linhas de força que sustentam a vida de uma sociedade” (KEHL, 2004, p. 149); Kehl argumenta que, na modernidade, essa visibilidade vai se dar pela mediação de um líder: “A insignificância pública dos homens na sociedade de massas é compensada pelo mecanismo de identificação com a imagem de um líder, uma figura de projeção que represente ao mesmo tempo encarnação dos ideais e ideal de visibilidade. O sujeito não se torna mais visível ao participar da massa – pelo contrário –, mas compensa sua invisibilidade identificando-se com a imagem do líder ou do ídolo. O gozo fálico presente no ato de fazer-se visível é obtido vicariamente, através da imagem do Outro que o sujeito, por identificação, assume como sendo (também) sua” (KEHL, 2004, p. 153). Na sociedade dita pós-moderna, do espetáculo, que é a forma mais avançada da sociedade de massas, esses líderes da modernidade são substituídos pelas celebridades, uma vez que a televisão (ou, eu diria, o espectro do Espetáculo debordiano) ocupa o campo do Outro e se torna o espaço contemporâneo de visibilidade (KEHL, 2004; DEBORD, 1997). Fico tentado a afirmar que a visibilidade conquistada pelas mulheres do MTD na ocupação que promovem do espaço público, por ser uma visibilidade coletiva (no mínimo, tem sua síntese identitária no MTD), se reveste de um sentido emancipador, porque menos alienada.

¹²⁷ Em entrevista concedida ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura, em fevereiro de 2009, à qual tive acesso durante a revisão desta dissertação, Žižek afirma: “Minha visão básica sobre a violência [...] [é a de] algo que atrapalha o modo como comumente as coisas seguem. [...] Outro exemplo de paralaxe: devemos mudar a perspectiva e ver a violência invisível que tem que estar aqui, o tempo inteiro, para que as coisas prossigam como normais. Essa violência me interessa. Ela pode ser objetiva, econômica, pode ser violência policial, o que seja. O aspecto da violência política que me interessa não é tanto a violência física, matar as pessoas etc. Se você deseja verdadeiramente mudar o funcionamento básico da ordem existente, isso é sempre, por definição, percebido como violência. [...] Eu sou a favor da violência, mas eu acho que Gandhi foi muito mais violento que

Outro aspecto deve ser levado em consideração, além da vivência dessa violência transformadora nas “lutas”¹²⁸. A ativação de outras dimensões subjetivas nas atividades de “luta” contribui para o entusiasmo descrito – a “luta” é vista como espaço de socialização, de confraternização, de humanização¹²⁹.

A participação das trabalhadoras dos GP’s em outros movimentos sociais, em organizações e sindicatos é a terceira prática a ser levada em consideração. O questionamento sobre tal participação foi incluído não apenas pela possibilidade de indicar uma cultura política diferenciada, mas também para se garantir que determinados posicionamentos políticos eventualmente detectados nas entrevistas pudessem ser mais diretamente relacionados à vivência no MTD¹³⁰. De todas as entrevistadas, apenas uma declarou já ter participado de outro movimento social¹³¹. Quanto a partidos políticos, nenhuma delas alegou participar de algum.

No que se refere ao à participação em ou à preferência por partidos políticos, a pesquisa revela que, além de não integrarem partidos políticos, tampouco as mulheres entrevistadas demonstraram preferência eleitoral por alguma legenda específica. A embasar esse comportamento eleitoral das entrevistadas está a ideia de que os partidos são todos iguais. Em algumas mulheres, há a justificativa complementar de que as escolhas são feitas caso a caso, de acordo com o desempenho administrativo dos candidatos.

[...] não discuto política e não sei nem pra quem eu vou votar. Vamo ver, porque eu acho que todo mundo fala igual, a mesma coisa. Só que, chega na hora de cumprir, num cumpre não. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

[O partido que eu prefiro é] Qualquer um. Nunca fui, assim, política, sabe? [Con]tanto que entre lá e faça uma coisa bem feita, apesar que a gente sabe que, entrando um bom, entrando um ruim, eles vão fazer igual, né? Então, eu penso desse lado, não discuto política. (DORA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Hitler. A violência de Hitler, com o assassinato de milhões, foi basicamente – para usar os termos de Nietzsche – violência reativa. Ele tinha medo de que alguma coisa mudasse de fato – como sabemos, o fascismo foi uma tentativa desesperada de salvar o capitalismo. Mas o que Gandhi fez, ainda que ele fosse contra a violência, a forma pela qual ele começa a – através do boicote, da greve – paralisar todo o funcionamento da economia colonial e do aparato do Estado na Índia, essa é a violência de que eu sou a favor”. Neste link, é possível ter acesso aos comentários de Žižek sobre a violência: <http://www.youtube.com/watch?v=29YFfKZD1B0> (A tradução aqui utilizada é minha).

¹²⁸ Antes, todavia, convém apontar também que coexistem relatos de recusa a participar das “lutas” do MTD por medo da violência da ação policial – o que não deixa de ser uma prova da fruição pulsional das mulheres entrevistadas que demonstraram entusiasmo. A integrante Hélia relata, por exemplo, que partiram das filhas questionamentos amedrontados sobre a possibilidade de apanhar ou morrer. Veja-se também o já citado relato de Laura sobre pessoas que se negam, por medo, a participar das “lutas”.

¹²⁹ O Apêndice K traz relatos esclarecedores nesse sentido.

¹³⁰ O que se aplica também ao aspecto seguinte, a respeito da aproximação com partidos políticos.

¹³¹ A integrante Nadir, através do trabalho na reciclagem, participou antes de um movimento de catadores/as – aliás, ela conheceu o MTD através de uma atuação conjunta com esse movimento de catadores/as.

[...] vem tanta pessoa aqui na hora, que conversa contigo, eu não sei, eu gostava do Pepe [Pepe Vargas, ex-prefeito, do PT], mas, a gente sempre optou por esse que tá aí ganhar, porque é o único ainda que fez alguma coisa pra gente, foi esse prefeito, Sartório [José Ivo Sartori, PMDB]. Que, como ele diz, “o Pepe deixou o projeto [das FET municipais] pra vocês pronto, mas só que quem correu atrás foi nós e vocês”. Então eu acho que quem ainda deu uma ajudada na gente aqui foi esse Sartório, enquanto outras pessoas... Mas, se não, não [não tem preferência]... Vem uma pessoa ali, fala uma coisa, vem outra, fala outra. (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Claro que não [voto sempre no mesmo partido]. É [o] que a gente acha que é o melhor. Tem que ser sempre aquilo que a gente vai achar que vai ser bom pra gente. Que nem todos a gente vai escolher certo. (FÁTIMA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Nota-se, aqui, que mesmo a diferença de tempo na participação no MTD não altera a postura das mulheres. Ana, Dora e Hélia integram os GP's do MTD há mais de oito anos, enquanto Fátima está no Grupo e no MTD há menos de um ano e essa variação não redundou em posicionamentos diferenciados quanto às opções eleitorais. Por outro lado, o fato de essa posição se revelar também em mulheres com maior tempo de participação no MTD – e, mais do que isso, com postura de liderança nos seus Grupos – pode indicar que essa formulação política não é de todo despolitizada. Na verdade, é possível perceber que esse descrédito com a política partidário-eleitoral tem bastante aceitação dentro do MTD – embora, na direção do MTD, como visto, ela seja menos simplória e reducionista e mais embasada numa compreensão e numa avaliação mais aprofundadas da realidade. Esse posicionamento também pode ser encarado como uma espécie de constatação empírica dos limites da democracia liberal e de uma disputa política meramente eleitoral. De qualquer modo, para as mulheres entrevistadas, a crítica às eleições e aos candidatos e representantes eleitos não vai além da constatação da ausência de transformações das suas vidas pela ação dos governos e não ganha corpo numa crítica mais aprofundada – o que, decerto, inviabiliza nelas a imaginação de alternativas consistentes de estratégia política.

Antes de passar ao quinto e último aspecto da análise, creio ser pertinente um comentário tangencial a respeito da autonomia (aqui entendida em um sentido muito específico, como o poder e a faculdade de iniciativa de ação dos sujeitos) com que tais trabalhadoras agem – tanto internamente, no MTD, quanto com outros sujeitos na sociedade. Algumas declarações dadas pelas entrevistadas deixam antever uma posição contraditória com uma constituição delas em sujeito político ativo. Muitas das vezes, algumas das mulheres se colocam numa postura passiva, como objeto da ação política – ou no aguardo da sensibilidade e da boa vontade – dos outros sujeitos: em relação às próprias companheiras que

lideram os Grupos, conforme já abordado no capítulo anterior; em relação à direção do MTD; e em relação aos governos.

Quanto ao MTD, por exemplo, é comum algumas das mulheres o citarem apenas como espaço de trabalho, como meio de trabalho, e não como espaço de militância:

[...] depois que eu comecei a *trabalhar* no MTD. (CAMILA, ENTREVISTA EM 08/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

O MTD pra mim é pro dois motivos: eu *trabalho* porque eu gosto do MTD e porque eu preciso. (NADIR, ENTREVISTA EM 09/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

Algumas identificam o MTD como sendo a sua direção (ou mesmo como sendo as FET) – e, não raro, utilizam o pronome “eles” para se referir ao MTD¹³², o que significa, além de desconhecimento do Movimento, um apartamento da sua direção e da condução de seus rumos:

[...] acho que o MTD, não sei se ainda tá *ajudando elas* [Ana e Dora], eu sei que *o ano em que nós tava no MTD* [refere-se ao período em que foram contempladas com as FET], *elas nos ajudava*, nos dava pano, coisa, um monte de coisa, o ano passado. Esse ano eu não sei se eles começaram a ajudar agora. (CAMILA, ENTREVISTA EM 08/10/09. Os grifos são meus, não foram usados para denotar ênfase da entrevistada)

[...] dificuldade que *elas* [MTD] enfrentam [...]. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

Tem uma época que parece que elas [as dirigentes do MTD] *abandona* a gente, sabe? Porque aí a gente fica sem contato, daí demora meses... Daí depois elas vem e daí a gente vai de novo. Daí eu digo: “ai, eu não vou mais”. Daqui a pouco eu vou de novo [*risos*]. (LAURA, ENTREVISTA EM 09/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

Em relação aos governos, é frequente ouvi-las falar em “ajuda” e apelar à benevolência (ou à insensibilidade) dos governantes e políticos – o que contrasta, por certo, com a visão de que são sujeitos de direitos, e, por outro, com uma postura de iniciativa autônoma na condução dos GP’s¹³³.

¹³² Aqui há contraste com a assertiva de Hélia, citada anteriormente, de que “o NTD [MTD] é nós, né?”. Ou mesmo a utilização, também por Hélia, de “a nossa lojinha”, para se referir à loja “Sonho Real”, mantida pelo MTD. Destaque-se, ainda, a seguinte declaração de Ana, em resposta à pergunta sobre quais são os objetivos do Movimento: “Acho que [o MTD] é uma parceria, né. Uma parceria”. Não me parece irrelevante o fato de que ambas são lideranças em seus GP’s.

¹³³ Na verdade, não há necessariamente antagonismo entre querer “ajuda” dos governos e o desejo de conquistar sustentabilidade econômica para os GP’s. A questão principal é se, por um lado, elas exigem dos governos, como

Porque, se a Prefeitura tivesse mais a par do assunto, eles teriam como *ajudar* a gente. Então, a gente trabalha praticamente sozinha. (DORA, ENTREVISTA EM 08/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

Preferência não, eu vou [voto] naqueles que eu vejo que realmente *ajuda o povo*, né? Naquele que eu vejo que tá *ajudando o povo* e que vai continuar *ajudando*, daí eu voto naquele. Se não... (ÉRICA, ENTREVISTA EM 08/10/09. Os grifos são meus, não foram usados para denotar ênfase da entrevistada)

[...] vocês têm que entender, nós temo a saída, mas *nós não temo oportunidade de ninguém*, gente! (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

Então eu acho que ainda quem ainda deu uma *ajudada* na gente aqui foi esse Sartório [José Ivo Sartori, PMDB, prefeito de Caxias do Sul], enquanto outras pessoas... (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09. O grifo é meu, não foi usado para denotar ênfase da entrevistada)

Nesse ponto específico, creio que algumas considerações de Žižek situam a questão dentro da problemática da emancipação:

Esse mesmo argumento poderia ser formulado nos termos da oposição heideggeriana entre “solicitude substitutiva-dominante” e “solicitude antecipadora-libertadora”: ainda que esteja totalmente preocupada com a necessidade do outro, a solicitude substitutiva ignora o “cuidado” de que o outro deve se incumbir nessa atividade de conseguir algo; a solicitude antecipatória, em vez disso, ajuda o outro a entender claramente seu “cuidado”, para que ele possa seguir livremente para alcançá-lo. Essa distinção não se aplica perfeitamente aos liberais humanitários? Sua solicitude não é “substitutiva”, no sentido de que eles querem ajudar os outros (os pobres, as vítimas), em vez de torná-los capazes de se ajudar a si próprios (talvez, mesmo, de modo a *evitar* que eles se ajudem)? E não é isso que está errado também com o discurso politicamente correto da vitimação – que continua a falar para o *establishment* com a voz da vítima que pede reparação, ajuda do Outro? Isso é o que está afinal em questão na violência revolucionária: a transformação da vítima oprimida em agente ativo, e que foi sintetizada na famosa afirmação de Marx de que a emancipação do proletariado só pode ser obra do próprio proletariado. (ŽIŽEK, 2005, p. 274. Os grifos são do autor.)

Em outras palavras, o trecho citado aponta os obstáculos representados pela postura aqui narrada: um projeto emancipatório não pode ser obra *exclusiva* nem de governos, nem de vanguardas substitucionistas (de partidos ou de movimentos). De qualquer modo, em termos de prática política, essa visão de “beneficiário” das ações governamentais não se converte numa postura complacente: como já exposto, essas mulheres não abrem mão de se manifestarem publicamente (ou de irem “às lutas”).

direito, o financiamento a outras práticas econômicas, não capitalistas, ou se, por outro, elas se veem eternamente remediadas pela bolsa das FET.

O último elemento do exame da experiência política dessas mulheres é a compreensão que elas possuem da “questão social”. Aqui, o ponto de partida foi explorar duas expressões da questão social com as quais as mulheres e suas famílias têm proximidade: foram feitos questionamentos acerca das causas dos fenômenos da pobreza e do desemprego e suas possíveis soluções¹³⁴. No geral, as explicações apresentadas foram, em grande medida, coincidentes. É possível afirmar que a base organizada nos GP’s do MTD possui uma interpretação bastante precária sobre os determinantes da questão social e não consegue observar vinculações entre os fenômenos citados e a macro-organização da sociedade. As entrevistadas não estabelecem conexões com o modo de produção capitalista e, dessa maneira, explicam o desemprego e a pobreza majoritariamente como um problema de falta de vontade política e de má gestão do Estado, pelo que os governantes aparecem como principais responsáveis pelos problemas apontados.

[*Após período de silêncio*] Não sei, o povo comenta muito mais sobre a Yeda [Crusius, governadora do Rio Grande do Sul], depois que ela... Eu acho também um pouco, sei lá, que [o desemprego e a pobreza] pode[m] ser culpa dela, que tudo [*pausa*] foi depois que ela entrou que deu esses problema, da gente ficar mais pobre, mais... assim, mais pobre de dinheiro. Fiquemo com mais dificuldade de vencer as coisa¹³⁵. (CAMILA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

[Existem pobreza e desemprego] por causa dos governador que rouba tudo. Rouba tudo o dinheiro dos pobres. Além deles roubar dos ricos, rouba de nós também, porque nós paguemo [pagamos] imposto, né? Na comida, tudo que tu compra tu paga imposto. Daí diz que ajuda os pobres, não ajuda, cada vez [mais], ele tá piorando. Vai no mercado com 50 real, não dá pra trazer mais nada. [...] E daí é culpa de quem? Culpa deles. Que eles que aumentam as coisas. (LAURA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Ai, agora tu me apertou. Porque é um negócio que nem eu, [que eu] pouco entendo. Eu acho que [o quadro de pobreza e desemprego] vem é do governo. A culpa é do quê? [É] Do governo [a culpa] de não existir o emprego. Eles tão tirando, ao invés de dar emprego pra nós, eles tão tirando de nós. Eu acho que seje isso. (NADIR, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Essa é uma questão também reconhecida pela própria direção do MTD:

[...] acho que em grande medida nós construímos isso [de os governos serem identificados como principal responsável pelo desemprego e pela pobreza]. Porque nós estamos falando de um movimento social, e um movimento social necessariamente tem a sua pauta de reivindicações, e ela é reivindicativa, ela é reforma, dentro do Estado que está ai. Embora pra nós,

¹³⁴ Ver Apêndice B.

¹³⁵ Por outro lado, esse depoimento é correto ao apontar entraves concretos num governo de orientação antipopular e neoliberal, como o citado.

que temos uma visão mais a longo prazo, entendemos que é uma porta de entrada pra um trabalho ideológico com as pessoas e tal, e tal. Só que, no senso comum, está que esta pauta, se tu negocia com o governo, é o governo o teu centro de atenções. E esse é um outro desafio pra nós enquanto MTD, quer dizer, quando a gente tem definido que o nosso inimigo é, por exemplo, em termos teóricos, é o capital, tudo bem, muito bem. Mas como então que tu vai no capital e apresenta tua pauta? [...] E aí criou todo um debate, toda uma reflexão que não está também totalmente resolvida, que é como que nós nos tornamos uma ferramenta de lutas que ataque para além dos governos? Embora os governos sejam um posto avançado do capital, toda aquela história, está ali para atenuar os conflitos de classe – apesar de que não atenua, ultimamente vai mesmo pela violência resolver isso¹³⁶... Agora, está colocado para nós um grande desafio: atacar o capital. Mas isso é tão genérico. Ele está em todas as esferas, em todos os espaços, em todos os mecanismos – mesmo que tu olhe pelo campo da economia, da produção, é um mar de coisas. Então, isso nos coloca perguntas muito interessantes. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

Um segundo conjunto de respostas, minoritário, atribuiu a origem do desemprego a características dos próprios desempregados: falta de qualificação profissional, idade avançada e aparência física fora dos padrões de beleza¹³⁷. Por essa linha de raciocínio, ou esses critérios são naturalizados e aceitos pelas entrevistadas como válidos para a contratação profissional ou, no máximo, é apontada a existência de um preconceito por parte dos patrões. Essas respostas, na verdade, refletem uma dificuldade de explicação global da questão social¹³⁸. São discursos que individualizam o desemprego e a pobreza.

Ah, não sei te dizer. Acho que estudo também faz [também causa desemprego e pobreza]... Que, até, às vezes, pra varrer a rua, tu tem que ter estudo. Eu estudei pouco. Eu acho que essa que é a dificuldade. É estudo. (ISABEL, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Que nem eu, já pela minha idade, por eu ter o cabelo branco, muitas firma rejeita a gente. Que nem eu, larguei currículo na cidade inteira, mas, até agora, que me chamou foi uma firma só, um serviço temporário, por três meses. Eu fui, fiz entrevista, tudo, só que eu não fui chamada, por quê? Porque eu já tenho 40 anos, o meu cabelo tá branco, então, eles preferem as pessoas mais nova. Então tudo isso já dificulta bastante pra gente. Então, eles teria que dar mais oportunidade pra gente. Porque trabalhar eu sempre trabalhei. Sempre. Não é pela aparência que se deve julgar uma pessoa, né? Pelo menos eu penso assim, mas não é assim que acontece. (ÉRICA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Acho que cada caso é um caso que acontece, né? (ÉRICA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

¹³⁶ Refere-se à atual gestão do Governo do Rio Grande do Sul, conduzida por Yeda Crusius (PSDB).

¹³⁷ O que não significa que tais características não sejam utilizadas como critério de seleção de emprego. A questão é que tal situação não é observada sobre o pano de fundo da organização do trabalho sob o capitalismo.

¹³⁸ Na verdade, essa pergunta enfrentou muita resistência das entrevistadas, que tiveram significativa dificuldade de apontar o que lhes era requerido.

Eu não sei [o que é necessário para acabar com o desemprego e a pobreza]. Essa resposta eu, sinceramente, eu não sei. Porque se tu travaia, tu não ganha o suficiente pra comer. Se tu rouba, tu vai preso. Aí estraga tua ficha pro resto da vida. Daí, se tu bate numa firma, aí [se] tu é fichado na policia, tu num entra. Tem esses dois lados. É o lado da droga e o lado da pobreza. São os dois. (JOANA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

As duas respostas – a que a atribui o desemprego e a pobreza à ação débil dos governantes, e a que singulariza as causas para esses fenômenos –, contudo, não são excludentes. A resposta a seguir é ilustrativa:

no meu ver, é um pouco que a gente não tem estudo; outro pouco também que as pessoas também já tá agarrando uma certa idade, não pode travaia numa firma; e acho que outro pouco mesmo é falta dos governo, que não enxergam o pobre. Eles não enxergam a gente. Pra falar bem a verdade, ninguém te enxerga, a não ser tu mesmo, que te vá uma vez no espelho e te olhe, mas... Acho que esperar, a gente tem [ter] uma esperança que a vida da gente vai mudar, eu acho meio difícil. (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Note-se aqui a desesperança na possibilidade de superar a pobreza e o desemprego – desesperança que se coaduna perfeitamente com a incompreensão das determinações desses fenômenos¹³⁹.

A falta de compreensão das linhas gerais de organização da sociedade como uma formação econômico-social capitalista, o que redundava numa falta de compreensão da divisão da sociedade em classes sociais e das determinações da desigualdade social, prejudica a possibilidade de se desenvolver, nessas mulheres, uma percepção elaborada da sua condição de classe. De qualquer forma é possível observar, no discurso das trabalhadoras entrevistadas, elementos germinais de uma identidade de classe.

Eu entrei mesmo [no MTD] porque tava precisando e achei bonito a luta delas, de ir pras “luta” pra vencer, pra ganhar esse dinheiro, achava bonito. (ÉRICA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

[Gosto de participar das atividades do MTD] porque tu conhece outras pessoa que tão ali pelo mesmo motivo. (ISABEL, ENTREVISTA EM 09/10/09)

¹³⁹ Curiosamente, duas entrevistadas, integrantes de GP's diferentes, sem abandonarem a ideia de que os governos são responsáveis pelo desemprego, apostaram numa mesma medida como solução para o desemprego: o estabelecimento de uma ação política mundialmente coordenada. “Ah, eu acho que deveria fazer uma paralisação mundial e botar uma pauta pro governo. Seria uma coisa bem legal. [...] Com a luta conseguiria, porque um só não consegue, teria que ser uma luta mundial” (DORA, ENTREVISTA EM 08/10/09); “[...] [a solução para acabar com o desemprego] teria que vir do governo. O governo que teria que tomar uma atitude. Ou faz uma luta muito grande, mundial – tem que ser mundial, hoje em dia – pra a gente ver se a gente conseguiria conquistar isso aí. [...] Conquistar pra eles entrar num acordo de acabar com esses desemprego” (NADIR, ENTREVISTA EM 09/10/09). Essa é mais uma demonstração da confiança que essas mulheres investem na luta política por elas travada.

[...] a luta [do MTD] é pra organizar mais o povo, pr'esse povo se ajudarem mais. Sabe? Eu acho. Eu tenho certeza que é pra isso. (JOANA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Às vezes as pessoas não querem [participar], mas daí tu tem que ir lá, falar e pedir, pra elas se conscientizar e entrarem com nós pra ajudar também, não só nós, como nós ajudar elas também. (JOANA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Nessa última entrevistada, é possível notar ainda um estágio mais avançado na sua percepção sobre a sua (e a das suas companheiras de GP's) condição de classe. Vejamos o seguinte trecho da entrevista:

Joana - Uma vez eu achei que era nós mesmos que causava isso aí [pobreza e desemprego]. Mas agora, hoje em dia, vendo a situação do jeito que tá, não é nós. Não é as pessoas baixa. Porque as pessoas baixa podem se reerguer de qualquer jeito. Sendo roubando, sendo matando, sendo trabaiando, elas querem se reerguer. Hoje em dia... [...]

Entrevistador – E de quem é? Tu acha que...

Joana – Eu acho que dos grandão.

Entrevistador – Quem são os grandão?

Joana – Ah, aqueles bem lá de cima.

Entrevistador – Mas quem?

Joana – Ah, os governos, os políticos, esses daí. Eu, pra mim, só pode ser. Porque se se eles tão lá em cima, como é que eles não podem olhar pra baixo, entende? Vendo assim, por exemplo, ó, em Porto Alegre, é uma cidade que tem assalto, roubo, droga, e passa na televisão. Tá passando na televisão ali, todo mundo tá vendo, é impossível que eles não teje vendo isso aí. E o que acontece? Eles dão alguma ajuda? Se não tem gente por trás disso, que traz a droga, como é que vai vim as armas? Né? De onde é que sai essas armas? Como é que é que os ladrão tem? Quem é que traz? Não é o ladrão que rouba de outro ladrão e pega. Não! Não começa por baixo. Começa por cima. Vai por cima até chegar embaixo. Eu tenho certeza que é assim. (JOANA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Não há aqui a observação da existência de classes sociais: não há a percepção de um grupo social que ocupa um determinado lugar na estrutura produtiva e que mantém uma determinada relação – de propriedade ou de não propriedade – com os meios de produção. Vê-se, contudo, muito claramente, uma percepção de uma estratificação da sociedade – há os “grandão”, os “bem lá de cima”, aqueles que possuem o poder, de um lado, e as “pessoas baixa”, os de “baixo”, despossuídos de poder, de outro. A entrevistada percebe-se parte de um grupo alienado das decisões, do poder. Os dominantes, nessa explicação apartada de uma compreensão da estrutura produtiva da sociedade, são explicitamente exemplificados nos

políticos e governantes. De qualquer forma, nas respostas da integrante Joana (vejam-se as imediatamente anteriores) estão as demonstrações mais explícitas de aproximação com uma identidade e uma solidariedade de classe.

6.1 - Mulheres transformadas

Todas as transformações já relatadas – transformações como trabalhadoras, como sujeito político – ganham contornos de uma mudança nas relações sociais de sexo que essas mulheres vivem. Inegavelmente, há, reportado nas entrevistas, um salto qualitativo em relação à subalternidade que silenciava, paralisava e mantinha reclusas essas mulheres. Também aqui se fazem necessárias mediações: não se trata de identificar uma emancipação *tout court* do ponto de vista das relações sociais de sexo, inclusive porque isso pressuporia uma sociabilidade homossexual emancipada para o conjunto da sociedade. Feita a ressalva e de volta aos avanços, são explícitos nesse sentido são os diversos relatos de um comportamento transformado das mulheres depois que passaram a integrar os GP's do MTD: mulheres que, antes reclusas ao ambiente doméstico e ocupadas das tarefas da casa e do cuidado dos filhos, ganham o espaço público e conquistam relativa autonomia frente ao marido e à família. Vejamos algumas declarações que confirmam essa constatação:

Mudei bastante [depois da participação no MTD]. Sei até lidar com esse povo [*não diz a quem se refere*]. [Risos] [...] Só vivia em casa. Só em função do meu filho. E agora eu saio. Conheci bastante lugar, que eu nem conhecia. Aprendi bastante coisa no Movimento. (ISABEL, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Meus guri não queriam mais que eu fosse. E daí eu bati o pé e disse: "não, eu vou continuar". Eles disseram que não vão conseguir mesmo fazer eu sair. [Risos] Então, eu vou continuar. (ISABEL, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Eu vivia só dentro de casa, às vezes chorando, se lamentando pra mim mesmo. Não sabia enfrentar as pessoas. E hoje em dia já não, hoje eu já consigo. Se eu não quero, eu não faço. Se eu quero, eu vou lá e faço, enfrento e faço. É isso aí. (JOANA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Muitas [integrantes] não tinham serviço. Agora elas têm. Cada uma tem sua decisão, tem sua opinião. Tinha umas que eram depressivas, daí elas começaram a trabalhar no grupo, elas melhoraram. Tem uma que vivia tremendo. Ela sentava aqui [para] conversar contigo e ela se tremia tudo. E era tudo depressão e ela agora, hoje em dia, ela não toma mais remédio, porque ela vive no grupo, daí ri... Antes ela ficava muito sozinha, dentro de casa¹⁴⁰. (LAURA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

¹⁴⁰ Eis aqui um objeto propício para a investigação da psicologia e, mais especificamente, da psicopatologia do trabalho: a *terapêutica* dessa dinâmica de conquista do espaço público.

E é um grupo muito bom aqui o nosso, porque essas mulheres que a gente conhecia, que tava aqui, elas [...] dependeram só daquele marido, que conheceram, que casaram e ficaram ali. Então, pra elas, assim, ô, Deus, foi uma coisa muito maravilhosa. Que hoje elas [*com ênfase no “elas”*] sabem se defender. O que é uma coisa muito importante porque não tão mais imprimida [confinadas] dentro de casa, dependendo daquele arroz. Então, elas já sabem também, que nós, junto com o NTD [MTD] ali, que aprendemo, já sabe como, se hoje não tem um arroz na mesa, mas elas sabe como é que elas vão buscar. (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

[...] pra mim, mudou [eu mudei] bastante. Até meu sistema nervoso, porque eu tive depressão, até isso pra mim mudou bastante, porque é uma coisa que eu me distraio. (NADIR, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Sobressaem no relato de Nadir, de maneira mais explícita, as consequências do confinamento da mulher ao espaço doméstico – situação que, como visto, também está (ou esteve) presente na vida das demais mulheres. Kehl (1996) aponta que o espaço doméstico aparece, “na fantasia da mulher, como uma prisão” (KEHL, 1996, p. 64). A castração feminina, prossegue a autora, está alicerçada no bloqueio do acesso da mulher

aos dois grandes caminhos libidinais da vida adulta: a liberdade de amar e trabalhar. Aqui, amar significa amar eroticamente, caminho que só as modernas técnicas anticoncepcionais franquearam à mulher [...]. E trabalhar, é claro, significa na concepção freudiana algo mais do que ser capaz de lavar roupas e processar alimentos: significa ser capaz de sublimação. (Ibidem, p. 65)

Através da sublimação¹⁴¹, que se dá pelo trabalho, pela fala pública, pela ocupação do espaço público – isto é, pela ação política –, a mulher adquire “acesso ao simbólico, substituindo as possibilidades concretas, limitadas, destinadas em grande parte ao recalque” (Ibidem, p. 66). De que maneira a vida reclusa ao espaço doméstico nega humanidade às mulheres? “[...] a repressão (que estou usando aqui com sentido diferente de recalque) da sexualidade foi responsável por manter a mulher durante tanto tempo condenada a um estado de natureza, de impossibilidade de civilizar, no contato com a realidade, seus impulsos” (Ibidem, p. 67). Nesse sentido, a possibilidade de sublimar, de driblar a repressão, permite à mulher passar “do estado ‘de natureza’ ao estado de cultura” (Ibidem, p.72).

Também aparecem, nas falas citadas, referências críticas ao cuidado materno, associado à reclusão e ao enfado. De acordo com Kehl, “O espaço doméstico talvez seja aquele em que a sublimação é mais difícil: é o que sentimos, mesmo sem saber definir, como *possibilidade roubada*, quando nos dedicamos aos cuidados concretos dos filhos” (Ibidem, p.

¹⁴¹ Segundo Freud, a sublimação, um subterfúgio em relação à repressão sobre as pulsões, “consiste no fato de o instinto [a pulsão] se dirigir no sentido de uma finalidade diferente e afastada da finalidade da satisfação sexual; nesse processo, a tônica recai na deflexão da sexualidade” (FREUD, 1996, p. 101).

67. O grifo é da autora). O cuidado dos filhos, uma das principais atividades relacionadas ao espaço doméstico, se mostra, assim, exaustivo, sacrificante.

Estranhamente, essas tarefas que exigem uma participação afetiva tão intensa não são sentidas como integradoras e sim como atividades que roubam à mulher algo de sua identidade e a fazem querer estar em outro lugar, qualquer lugar, nem que seja uma linha de montagem. (KEHL, 1996, p. 64)

Ainda quanto à participação das mulheres nos GP's, vale destacar a seguinte declaração:

[...] se tem algum problema, até problema com a família mesmo, a gente tira um dia por semana, senta, se reúne, bota o que é que tem na família, pra uma ajudar a outra. [...] Isso se torna também uma terapia. Muito legal isso. (DORA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Essa última citação, inclusive, sugere uma dinâmica semelhante àquela desenvolvida pelos movimentos de mulheres, nas atividades que partem do relato de situações de violência e opressão vividas pelas participantes. Outro ponto importante observado no relato dessa mesma entrevistada é que a problemática das relações sociais de sexo chega a ser encarada como área de atuação do MTD: questionada sobre quais são os objetivos do Movimento, ela cita expressamente, ao lado da pauta do desemprego, a pauta da luta das mulheres.

É pra ajudar as pessoas que às vezes tá lá, com problema, porque o marido não deixa trabalhar fora, problema com filho, tudo. E daí entra o MTD, o Movimento, pra ajudar as pessoas e é ali que tu não depende só do marido, só do filho, só de ficar dentro de casa. Aí tu tem a tua liberdade, sabe? (DORA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Cabe aqui apontar claramente os limites desse processo: não aparece nas falas um discurso explícita e sistematicamente antissexista. Além disso, algumas mulheres (especialmente as mais novas no Movimento) ainda apresentam um discurso submisso. Interrogada sobre a preferência entre trabalhar no GP ou num emprego tradicional, a entrevistada Érica afirma que priorizaria o emprego com carteira assinada, mas ressalva que, além de não conseguir o emprego, *o marido prefere* que ela fique no GP, “que, aqui, pelo menos, eu tou no bairro, posso cuidar da minhas criança, levar pra escola” (ÉRICA, ENTREVISTA EM 08/10/09).

De uma maneira geral, porém, pode-se dizer que, para além de conferir ganhos econômicos, o que certamente provoca impacto na postura dessas mulheres, a participação nos GP's contribui também de outra maneira para modificá-las: pela sua conformação em sujeito ativo – nas suas vidas pessoais e na vida coletiva. A dirigente Fabiana aponta a questão nos seguintes termos:

E se percebe também que muitas delas vêm também pras essas nossas atividades, especialmente pro cotidiano, porque ali é um dos únicos espaços em que elas saem daquele seu dia-a-dia atordoante e sufocante e vão pra um lugar em que elas se reconhecem e ao mesmo tempo se identificam e podem conversar destas coisas todas. E essas coisas, por mais que tu não conquiste grandes coisas, mas já sendo um espaço de participação e de você se colocar já é alguma coisa importante. Porque também se vê o quadro de opressão profunda em que vivem as mulheres. (DIRIGENTE FABIANA, ENTREVISTA EM 13/10/09)

7. Considerações finais

Antes de arrematar algumas questões relacionadas mais diretamente ao objeto da pesquisa aqui apresentada, preciso tecer alguns comentários de ordem teórico-metodológica. Na Introdução desta dissertação, aponte a necessidade de uma investigação mais rigorosa sobre as práticas produtivas autogestionárias – investigação que se distinguisse tanto das posturas sectárias, aquelas que observassem em tais práticas produtivas apenas uma capitulação à ordem capitalista e as invalidasse de antemão, quanto das acríicas, que, por exemplo, não problematizassem a relação das práticas autogestionárias com a produção capitalista. Creio ter deixado claro, ao longo da dissertação, o desacordo com essa última postura. Pretendo, agora, à luz dos resultados obtidos na investigação, polarizar o debate com as avaliações que descartam efetividade transformadora na mobilização de trabalhadores/as pelo trabalho autogestionário, bem como com certa postura teórico-metodológica que, não raro (embora não necessariamente), as acompanha.

Tomemos, então, a título de exemplo, o trabalho de Paniago (2008). De início, creio que seja elucidativo avaliar o seguinte trecho de seu artigo:

A importância dessas experiências de democracia participativa¹⁴² e a natureza (econômica, social e institucional) inovadora atribuída a elas por suas organizações políticas e de classe [...], e por outros teóricos relevantes [...], provoca a curiosidade investigativa no sentido de se verificar se, de fato, avançaram em direção à libertação dos trabalhadores da relação de subordinação e de dependência do capital e à autonomia decisória sobre seus destinos emancipatórios, ou se se revelaram como instrumentos renovados de dominação do capital, seja na esfera do Estado, seja na esfera do mercado. (PANIAGO, 2008, p. 211)

Aqui, já se pode observar – e isso ficará ainda mais claro nos próximos extratos citados – uma análise estruturada a partir de uma disjuntiva: ou se trata de uma prática de trabalho capaz de reunir (ou de vir a reunir) as condições de autonomia dos trabalhadores em relação ao domínio do capital, ou, do contrário, tem-se uma arma renovada a serviço da dominação capitalista. Observemos outras conclusões a que a autora do estudo chega:

A mera substituição dos sujeitos a ocuparem o papel de personificação do capital, mantidas as condições objetivas da reprodução e expansão do capital

¹⁴² A autora abriga, sob a mesma alcunha “experiências de democracia participativa”, um leque variado de entes que inclui desde o Orçamento Participativo e os Conselhos Gestores e de Controle Social, até iniciativas de produção autogestionária.

enquanto sistema dominante, *não altera em nada* a relação estruturalmente antagônica em que se baseia a exploração do capital sobre o trabalho. (PANIAGO, 2008, p. 217. O grifo é meu.)

O que se observa é *um maior aprofundamento da submissão ao capital e uma exploração mais perversa sobre o trabalho. Em lugar da autonomia, igualdade, liberdade e democratização do poder, só se encontra maior subordinação*, e, pior, encoberta ideologicamente pela possibilidade de, em posse do título de propriedade da fábrica, colocar sob controle o capital em favor das necessidades históricas dos trabalhadores. Os novos controladores do capital passam ser controlados por ele, sem que tenham consciência desse revés, e com a vantagem adicional de desviar as energias necessárias à luta de classes do trabalho contra o capital para o espaço do trabalho cooperativado (o trabalhador cindido entre patrão e empregado) no interior da fábrica. (Ibidem, pp. 226. Os grifos são meus.)

Temos, por essas citações, que práticas autogestionárias não apenas não dispõem de potencial transformador, como aprofundam a dominação e a exploração capitalistas. Observa-se nessa avaliação carente de mediações a inspiração de um economicismo – e, com isso, quero dizer que a análise de Paniago é tributária de certa interpretação que relativiza o papel das *relações sociais* no processo de mudança social¹⁴³ – que ignora as transformações ocorridas tanto nas relações de produção e nas práticas de trabalho, quanto na atuação dos trabalhadores como sujeito político. Os resultados de pesquisa que esta dissertação traz mostram que as afirmações citadas não correspondem às contradições presentes no concreto dos Grupos de Produção e da experiência política a partir deles ensejada.

Erra ou, na melhor das hipóteses, induz a erro o diagnóstico de que, porque sob o domínio da ordem capitalista, a ocupação de trabalhadores/as em práticas produtivas autogestionárias “*não altera em nada a relação estruturalmente antagônica em que se baseia a exploração do capital sobre o trabalho*”. Erra porque não é possível dizer – como, ancorado em Marx, procurei expor nesta dissertação – que se tem a mesma relação de exploração entre capital e trabalho presente na produção capitalista: a relação de produção estabelecida nos Grupos é qualitativamente distinta da relação de assalariamento; também a relação estabelecida entre a produção nos Grupos e a acumulação capitalista guarda especificidades muito nítidas, não estando a primeira realmente subsumida na segunda. Despreza-se a vivência de trabalho sensivelmente distinta daquela estafante sob a exploração e a dominação diretas do capital – o que decididamente não é pouco.

Se, de outro modo, ao advogar a permanência inalterada da exploração capital-trabalho, a autora alude ao fato incontestado da manutenção da ordem capitalista, tal

¹⁴³ A esse respeito, conferir Turchetto (2005), que apresenta competente crítica ao economicismo e aos seus desdobramentos teóricos e analíticos.

argumentação induz a erro. A consequência da afirmação aí contida é a de que a única transformação verdadeira, efetiva é a que se dá no bojo de um processo revolucionário, ou a que a ele conduz. Em última instância, desconsidera-se o *impacto político que práticas de mobilização baseadas no trabalho autogestionário exercem sobre uma parcela da classe trabalhadora com extrema dificuldade organizativa* – mesmo que tal produção esteja constrangida pelos interesses e regras da acumulação capitalista. O que precisamente se escamoteia aqui é o papel do consentimento para a conservação da contradição capital-trabalho e, correlatamente, o lugar da relação de forças na estruturação de uma hegemonia – igualmente, na consecução da luta contra-hegemônica – como nos ensinou Gramsci (2007).

Para um arremate conciso da questão, vale citar o relato de algumas trabalhadoras de que não aceitam mais se ocupar em trabalho assalariado, porque não aceitam mais ser “mandadas”. Ao fim e ao cabo, é possível ignorar a recusa dessas mulheres, profundamente pauperizadas, em reproduzir uma forma de produção baseada na exploração, no trabalho estranhado?

É fundamental que se perceba: a discrepância entre os resultados encontrados não é fortuita; antes, é largamente coerente com a divergência entre os parâmetros de investigação de início definidos. As opções feitas para se operacionalizar a pesquisa que informa esta dissertação possibilitaram a decantação de resultados em que se captam as nuances do comportamento político das trabalhadoras e a verdadeira fortuna dessas práticas autogestionárias. Assim é que, no plano teórico-metodológico, busquei, a um só tempo, tanto fugir de interpretações que, algo idealistas, se fiam em “modelos” de organização e de consciência de classe “tradicionais”, em alguma medida estranhos, por óbvio, à nossa realidade periférica; quanto ir além de categorias de análise que, amparadas nesses padrões consagrados de mobilização e organização, fizessem invisíveis certas conquistas obtidas pelas trabalhadoras. Tudo isso se complementou, num plano metodológico mais operacional, com o delineamento e os instrumentos de pesquisa adotados. Fui à cata da política efetivamente praticada por sujeitos provenientes de (ainda) amplos setores de nossa população, nos quais, de acordo com certas vertentes teóricas, existiria basicamente o conservadorismo das franjas “inorganizáveis” da classe trabalhadora ou, no máximo, a precariedade de unidades produtivas pauperizadas sob a dominação total do capital.

7.1 - O trabalho autogestionário e a experiência do MTD

A avaliação da experiência política resultante da participação das trabalhadoras nos GP's do MTD ainda requer alguns apontamentos. Pelos resultados a que chegou a investigação realizada, percebe-se que a participação no Movimento provocou alterações relevantes na ação das integrantes dos Grupos. Em linhas gerais, as mulheres relataram uma vivência diferenciada do trabalho em comparação ao assalariamento; afirmaram a existência de uma condução (ao menos, a priori) compartilhada dos GP's, ainda que nem todas elas se engajassem nesse sentido; expuseram, a respeito de sua condição feminina, uma relativa superação de um comportamento subalterno, que as silenciava, paralisava e mantinha reclusas; demonstraram convicção quanto à importância da luta social (de cujos atos participam entusiasmadamente) para a conquista dos objetivos do Movimento; e, por fim, evidenciaram a presença de elementos germinais de identidade de classe, forjados na participação no MTD.

Aferir o potencial de um instrumento de mobilização de trabalhadores/as significa, inicialmente, saber da sua capacidade de recrutar militantes para um projeto estratégico emancipatório. Por acionar interesses diretamente ligados à reprodução dessas trabalhadoras e de suas famílias (ganhos monetários, por exemplo), a proposta de trabalho autogestionário aparece com um considerável apelo ao engajamento. Em complemento, a disposição para a luta e os elementos de identidade de classe presentes nas trabalhadoras dos GP's depõem a favor do potencial político do instrumento baseado em trabalho autogestionário que esses Grupos representam. Acrescentem-se ainda as transformações que culminaram numa sociabilidade diferente no conjunto do Movimento e os ganhos subjetivos advindos de uma convivência e de uma prática mais humanizadas; são, assim como as centrais conquistas no âmbito das relações sociais de sexo, resultados de grande importância, na medida em que demonstram a viabilização de transformações imediatas, já efetivas, pela ação coletiva do MTD.

As limitações encontradas não devem, contudo, ser escamoteadas. A principal delas diz respeito à possibilidade de constituição de uma consciência de classe, que só de maneira contingente, residual, precária se deixa antever. O posicionamento que as mulheres apresentam quanto à política e aos partidos em geral se, por um lado, se relaciona com a percepção das limitações de um embate político realizado a partir de um projeto primordialmente eleitoral – em consonância com o posicionamento (mesmo que não necessariamente dele derivado) da direção do Movimento a respeito dos agrupamentos partidários atuais, de descrédito quanto a uma esquerda eminentemente eleitoral –; por outro lado, deixa clara uma incompreensão dos mecanismos e da estrutura de poder da nossa

sociedade. Lembremos, ainda, do déficit de autonomia na atuação das trabalhadoras como sujeito político, na postura como se relacionam com a direção do MTD e como encaram os governos; internamente, nos Grupos, encontra-se também algum desnível nas iniciativas de algumas integrantes em relação àquelas que ocupam um papel de liderança.

Importa levar em consideração que estamos aqui tratando do trabalho autogestionário realizado por setores extremamente pauperizados, com rara – grosso modo, nenhuma – formação profissional anterior e, correlatamente, descapitalizados monetariamente, o que redundava num processo de produção tecnicamente simplório e de mercadorias de baixíssimo valor de troca. A debilidade econômica resultante dessa experiência representa um entrave para que o trabalho autogestionário apresente todos os motes que teria a oferecer numa produção mais desenvolvida: a probabilidade de ocorrência de mais dilemas e conflitos para a tomada de decisões, diante de um processo produtivo de maiores exigências e de relações mais complexas com a acumulação capitalista; a perspectiva de um aprendizado mais extenso do ponto de vista técnico e de gestão, mas também da própria compreensão do modo de produção capitalista; a possibilidade de surgimento de pressões desvirtuadoras da divisão igualitária dos ganhos e da condução compartilhada dos empreendimentos. Em oposição, vê-se nos GP's um processo produtivo de relação pontual com a acumulação capitalista; um processo que não exige decisões mais difíceis, mais controversas e que tem ganhos monetários pouco expressivos a serem repartidos; vê-se uma ampla dificuldade de gestão; e vê-se uma generalizada incompreensão do funcionamento do sistema capitalista.

Ademais, é de se acrescentar que o baixo nível de formação educacional da base social organizada nos GP's (como, em geral, é a formação dos estratos mais precarizados e pauperizados da classe trabalhadora, aqueles de que parti para a investigação de que trata esta dissertação) representa um entrave concreto ao pleno desenvolvimento de um posicionamento político mais radicalizado: de militantes que compreendem a organização e o funcionamento da sociedade, reconhecem sua condição de classe e reivindicam consciente e elaboradamente um projeto político classista. Nesse sentido, parece crucial que as reivindicações de políticas públicas pelo MTD confirmem um espaço importante à educação básica (isto é, que as atividades educativas não se concentrem apenas nas de formação humana/política, de formação técnica e de formação em autogestão).

7.2 - Estratégia autogestionária e emancipação

Do ponto de vista econômico, antevê-se que a constituição de um modo de produção autogestionário subalterno ao capitalismo exclusivamente a partir dos estratos mais precarizados e pauperizados da classe trabalhadora não agrícola daria origem, se comparada à produção capitalista, a uma produção marginal, baseada em produtos de baixo valor, com baixo poder de acumulação. Em resumo, uma produção incapaz de fazer frente à grande produção capitalista – ainda que bem gerida e com acesso satisfatório ao crédito – e, portanto, de deslocar para si o eixo da acumulação e de se tornar o centro dinâmico da economia.

Partindo dessas constatações, mas sem prejuízo do fato, já exposto, de que, politicamente, os ganhos são consideráveis – diga-se, em adição, que uma organização de trabalhadores/as surgida a partir dessa construção contribui como sendo mais uma das ferramentas organizativas, como sendo mais um dos sujeitos coletivos dessa classe trabalhadora de tão acentuada fragmentação e se conjuga à luta dos sindicatos, de movimentos camponeses e demais movimentos sociais –, busco acrescentar algumas proposições que julgo necessárias para o exercício político de pensar a viabilidade de uma via autogestionária de superação do capitalismo em contraposição a uma tática eminentemente estatista.

Primeiramente, mostra-se indispensável efetuar o reforço econômico desse modo de produção autogestionário subalterno, o que inclui, por exemplo, a adesão, a essa produção, de setores com formação profissional e técnica mais avançada, capazes de realizar uma produção de mais elevado valor – a partir, por exemplo, de maior aplicação tecnológica. A formação de um modo de produção autogestionário forte, mesmo que ainda subalterno ao capitalismo, possibilitaria a criação concreta de uma nova classe de produtores/as, capaz de exercer influência crescente na disputa de interesses com as classes dominantes.

Adicionalmente, é imprescindível projetar a autogestão não como produção marginal, mas como o centro de uma estratégia emancipatória. Consequentemente, advogar uma via autogestionária de superação do capitalismo *não nega a necessidade de expropriação – pela apropriação dos/as trabalhadores/as, e não só pelo Estado em ação delegada – da produção capitalista!* Esse posicionamento certamente pode ser utilizado como um – não o único, ainda que primordial – elemento demarcador das diferentes correntes políticas que reivindicam a autogestão: há aquelas que sustentam a ideia da coexistência de múltiplas formas de economia (a economia solidária, a economia pública estatal, a economia capitalista, etc.), sem a preocupação estratégica de constituição de um modo de produção socialista hegemônico – como as que propõem, por exemplo, a produção autogestionária como mera “alternativa de trabalho e renda” no interior da sociedade capitalista, em tempos de corrosão do emprego formal –; existem aquelas que, a partir de uma posição marcadamente anticapitalista e

socialista, propugnam a produção autogestionária como secundária numa formação social baseada na propriedade estatal (ou pública estatal) dos meios de produção; temos as correntes que defendem a economia autogestionária (das/os trabalhadoras/es associadas/os) como modo de produção hegemônico, que conforma uma formação social¹⁴⁴.

Dentre os inúmeros critérios que podem ser empregados para a caracterização das diversas correntes autogestionárias (via estratégica, papel do Estado, papel dos partidos políticos, concepção de política, definição do sujeito histórico do processo emancipatório, entre outros), atendo-me a esse – a relação com a produção capitalista – porque acredito ser revelador das principais fragilidades teóricas do pensamento contra-hegemônico na atual quadra histórica. Tacitamente, a defesa de formas autogestionárias de produção pode se prestar a servir a projetos políticos que se reivindicam (ou são impelidos, por pressão de suas bases, a se reivindicar) socialistas, exercem a crítica ao capitalismo, mas, abalados pela derrocada política e simbólica do regime soviético, não confrontam de maneira clara e coesa o modo de produção capitalista em seus pilares de sustentação e, como sugere Žižek (1996), já não conseguem imaginar uma derrocada capitalista; não conseguem propor uma ordem societária alternativa ao capitalismo.

Obviamente, toda a movimentação para constituição de uma economia autogestionária – o desenvolvimento de um modo de produção autogestionário ainda sob o capitalismo e a expropriação da produção capitalista – depende da vinculação a um projeto político-partidário (no sentido preciso de um projeto não parcial, não setorial), que, através de um instrumento, atuando como sujeito coletivo, conduza à conquista do poder político. Mesmo porque um projeto emancipatório exige a superação não só da exploração produtiva do capitalismo, mas também da atual organização do poder político (é possível, aliás, modificar uma sem a outra?). Exige superar a vigência das leis econômicas do modo de produção capitalista, a divisão do trabalho capitalista, o modelo autocrático de gestão da produção capitalista; mas exige, simultaneamente, superar o modelo centralizado de gestão da sociedade, o modelo de política. Exige, portanto, superar não somente a mais-valia e a alienação do trabalho estranhado, mas também a alienação, o estranhamento na política. Riqueza e poder repartidos; riqueza e poder por todos/as (e por cada um/a) apropriados. A aposta na autogestão é mais do que uma facilidade ou uma oportunidade conjuntural, contingencial: é premência das tarefas de uma emancipação radical.

¹⁴⁴ A rigor, também aqui é possível haver a defesa da coexistência de outros modos de produção, como a economia pública-estatal, ou mesmo – como propõe Singer – a economia capitalista.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. “A dupla face da informalidade do trabalho”: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006. pp. 425-444

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7 ed. São Paulo, Cortez Editora; Campinas, Editora da Unicamp, 2000.

_____. **O Caracol e sua Concha**. Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial. 2005.

_____. “A era da informatização e a época da informalização”: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: _____ (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. pp. 15-25.

BALTAR, P. E. de A. **O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90**. Campinas, Unicamp/IE, 2003. Tese de Livre-Docência.

_____. “Formação, estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil”. In: DEDECCA, C. S. e PRONI, M. W. **Políticas públicas e trabalho**. Campinas: Unicamp/IE, Brasília: MTE, 2006 pp. 9-28

_____; LEONE, E. T. **Mercado de trabalho e distribuição de renda no Brasil**. X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho ABET. Salvador.

BARBOSA, A. de F. “Reconceptualizing the ‘informal sector’ in underdeveloped countries”: An overview of the Brazilian, Indian and South African cases. In: **TISS-CLU International Conference on Financialization of Capital – Deterioration of working conditions**. Mumbai, 2009.

BRASIL. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego. 2007. Disponível em <www.sies.mte.gov.br>. Acesso em 08/12/2008.

_____. **Caged - Perfil do Município - Caxias do Sul**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, [s.d.]. Disponível em: <http://perfildomunicipio.caged.gov.br/result_SPER.asp?entrada=SPER&tpCST=cstMUN&UF=RS&codmun=430510&ufacesso=RS>. Acesso em: 23 de mai. 2010

CACCIAMALI, M. C. “Globalização e processo de informalidade”. In: **Economia e Sociedade**. Campinas, 2000. n. 14

CARLEIAL, L. et al. “Economia Solidária e Informalidade”: Pontos de Aproximação, Proposta Conceitual e “Novos” Desafios para a Política Pública. In: GARCIA, M. de F.; KATZ, F. J. **Emprego e Trabalho: uma Visão Multidisciplinar**. Maringá, PME-UEM, 2004.

CAXIAS DO SUL. Decreto nº 12.986, de 25 de outubro de 2006a. Regulamenta o Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho criado pela Lei nº 6.585, de 6 de setembro de 2006.

_____. Lei nº 6.585, de 6 de setembro de 2006b. Institui o Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho e dá outras providências.

CONSULTA POPULAR. **Cartilha 19 – Resoluções da 3ª Assembléia Nacional**. São Paulo, Consulta Popular, 2007. Disponível: <<http://www.consultapopular.org.br/>>. Acesso em: 23 de mai. 2010.

_____. **A Consulta Popular - breve histórico**. 2005 Disponível: <<http://www.consultapopular.org.br/>>. Acesso em: 23 de mai. 2010.

CIC Caxias do Sul. Disponível em:

<<http://www.cic-caxias.com.br/perfil/perfil/frames.html>>. Acesso em: 23 de mai. 2010.

CRUZ, A. C. M. da. **A diferença da igualdade**. A dinâmica da Economia Solidária em quatro cidades do Mercosul. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2006.

CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL (CAMP). **Educação e Trabalho**. Educação popular e movimentos sociais. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego. 2007.

DAINEZ, V. I. **Crise no Emprego e Relações de Trabalho no Brasil Pós-Real**. Piracicaba, Unimep, 2000. Texto para Discussão. Disponível em <<http://www.unimep.br/>>. Acesso em 20 de Novembro de 2006.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Metodologia – Principais conceitos da Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED)**. São Paulo, DIEESE, [s.d.]. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>

ENGELS, F. “Prefácio”. In: MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo, Abril, 1984b. v. 3, t. 1.

_____. “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo, Expressão Popular, 2004. pp. 13-34.

MOTA, A. E. **O debate contemporâneo sobre questão social e serviço social**. Recife, 2006, mimeo.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 5 ed. São Paulo, Globo, 2006.

_____. “Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina”. In: ZENTENO, R. B. **As classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. do. “O conceito de informalidade”: um exercício de aplicação prática. In: **Cadernos CRH**. Salvador, 2004. v. 17, p. 211-229.

FREUD, S. “Sobre o narcisismo”: uma introdução. In: **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro, Imago, 1996. vol. XIV.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2003.

GEBRIM, R. **Sobre o instrumento político**. São Paulo, 2005. Disponível: <<http://www.consultapopular.org.br/>>. Acesso em: 23 de mai. 2010.

GOULART, P. M. “Sem Medo do Desemprego”: O Caso do Movimento dos Trabalhadores Desempregados. In: **Psicologia & Sociedade**. v.15, n.1, jan-jun, pp. 137-160. Porto Alegre, ABRAPSO, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 3, 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Edições Loyola. 1992.

HERRLEIN JÚNIOR, R. “A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul”. **Ensaio FEE**. FEE, Porto Alegre, 2002. v. 23, n. especial, p. 645-667.

_____. “A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930”: uma nova interpretação. In: **Economia e Sociedade** (UNICAMP), Campinas, 2004. v. 22, p. 85-103.

HIRATA, H. “Tentativa de formalização em termos de convergência/ divergência das relações entre psicopatologia do trabalho e divisão social (e sexual) do trabalho”. In: _____. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo, Boitempo, 2002. pp. 265-271

_____. “Por quem os sinos dobram?” Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, M. et al (Org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. “Notas metodológicas”. **Pesquisa Mensal do Emprego (PME)**. [s.d.]

_____. **IBGE Cidades – Caxias do Sul**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. IBGE, 2010. Acesso em: 23 de mai. 2010

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Boletim Mercado de Trabalho**. Conjuntura e Análise. Brasília, Ipea, 2010. n. 42, fev. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>

KEHL, M. R. “Visibilidade e Espetáculo”. In: BUCCI, E.; KEHL, M. R. (orgs). **Videologias**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004. pp. 141-161.

_____. **A Mínima Diferença**. Masculino e Feminino na Cultura. São Paulo, Imago. 1996.

KERGOAT, D. “Problemática da divisão sexual do trabalho relacionada à divisão social, e problemas das relações sociais”. In: HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo, Boitempo, 2002. pp. 234-246

_____. “Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho”. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

_____. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: EMÍLIO, M. et al (Org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LIMA, J. C. “O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2004. v. 19, n. 56, pp. 45-62. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em 08/12/2008.

MACHADO DA SILVA, L. A. “Mercado de trabalho, ontem e hoje”: Informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (orgs.). **Além da Fábrica**. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo, Abril, 1983. v. 1, t. 1.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo, Abril, 1984a. v. 1, t. 2.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo, Abril, 1984b. v. 3, t. 1.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo, Moraes, 1985.

_____. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. 5 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1986.

_____. “Glosas críticas marginais ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano’”. In: **Revista Práxis**. Belo Horizonte, Projeto Joaquim Oliveira, 1995. n. 5, out-dez.

_____. “A Guerra Civil na França”. In: _____. **A revolução antes da revolução**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

_____. “Introdução à crítica da economia política”. In: _____. **Os Economistas**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

_____. “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”. In: _____.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. 2 ed. Rio de Janeiro, Vitória, 1961. v. 1.

_____. “Salário, preço e lucro”. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo, Expressão Popular, 2004a. pp. 71-123

_____. **Teoria da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987. p. 447.

_____. “Trabalho estranhado e propriedade privada”. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo, Expressão Popular, 2004b. pp. 173-195

_____; ENGELS, F. “Manifesto do Partido Comunista”. In: REIS FILHO, D. A. (Org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Contraponto, 1998.

MESZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo, Boitempo Editorial. 2006.

MONETA, M. **O que “Boa Forma”, “Corpo a Corpo” e “Plástica & Beleza” têm a dizer sobre capitalismo, socialismo e feminismo na contemporaneidade?** 2006. 74 p. Grau acadêmico. Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

NORONHA, E. G. “Informal, ilegal e injusto”: percepções do mercado de trabalho no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, 2003. v. 18, n. 53, out.

OLIVEIRA, C. A. B. de. A. “Contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil”. In: OLIVEIRA, C. A. **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994. pp. 209-231

_____. “A formação do mercado de trabalho no Brasil”. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas, Unicamp/IE, 1998.

OLIVEIRA, F. de. “Passagem na neblina”. In: _____. STÉDILE, J. P.; GENOÍNO, J. **Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo. 2000.

_____. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

PANIAGO, M. C. S. “Os meios que se perderam dos fins”: cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores. In: **Outubro**. São Paulo, Instituto de Estudos Socialistas, 2008. n. 17, pp. 207-230, Out.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo, Boitempo, 2001.

_____. “Estudo traça o novo perfil do desemprego no Brasil”. In: **Revista do Legislativo**. Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1999. n. 26, pp. 38-47, abr./dez.

POCHMANN, M. et al (orgs.). **Atlas da Nova Estratificação Social no Brasil**. v. 2. Trabalhadores Urbanos. Ocupação e Queda na Renda. São Paulo, Cortez Editora. 2007.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

PREFEITURA de Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.caxias.rs.gov.br/desenv_economico/programas.php?codigo=6&programa=18>. Acesso em: 23 de mai. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 40.869**, de 04 de julho de 2001a. Regulamenta o Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho, criado pela Lei nº 11.628, de 14 de maio de 2001.

_____. **Lei nº 11.628**, de 14 de maio de 2001b. Institui o Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho.

SABADINI, M. de S.; NAKATANI, P. “Desestruturação e Informalidade no Mercado de Trabalho no Brasil”. In: **Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura**. 2, v. 8, jul-dez, pp. 265-290. Caracas, Universidade Central de Caracas, 2002.

SINGER, P. **Uma Utopia Militante**: Repensando o Socialismo. 2. ed. Petrópolis, Vozes. 1999.

_____. “Economia Socialista”. In: _____; MACHADO, J. **Economia Socialista**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000a.

_____. “Economia solidária”: um modo de produção e distribuição. In: _____; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000b. pp. 11-28

SOARES, M. A. T. “Trabalho informal”: da funcionalidade à subsunção ao capital. In: IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, Uberlândia. **CD-rom do IX Encontro Nacional de Economia Política**, 2004. v. 1.

TAFALLA, J.; MIRAS, J. (Edit.). **Socialización, democracia, autogestión**. Mataró, El Viejo Topo, 2004.

TARGA, L. R. P. **O processo de integração do mercado interno brasileiro** - eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ensaio FEE, 1988. n.9. v.2. pp. 147-158.

TEXIER, J. “La question de l’appropriation sociale”. In: **Revue La Pensée**. Paris, Espaces Marx, 2002. n. 331

_____. “Democracia, socialismo, autogestión”. In: TAFALLA, J.; MIRAS, J. (Edit.). **Socialización, democracia, autogestión**. Mataró, El Viejo Topo, 2004a.

_____. “Propiedad social y comunismo”. In: TAFALLA, J.; MIRAS, J. (Edit.). **Socialización, democracia, autogestión**. Mataró, El Viejo Topo, 2004b.

_____. “Superación del capitalismo y formas de la propiedad”. In: TAFALLA, J.; MIRAS, J. (Edit.). **Socialización, democracia, autogestión**. Mataró, El Viejo Topo, 2004c.

ZERBIELLI, M. A. **A Concepção de Desenvolvimento e Metodologia do Trabalho Popular do MTD**: da Experiência do Belo Monte aos Novos Assentamentos Rururbanos. Braga, UERGS/Fundep, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso.

ŽIŽEK, S. “Posfácio”. In: _____ (Org.). **Às Portas da Revolução**. Escritos de Lênin de 1917. São Paulo, Boitempo Editorial. 2005.

Vídeo

ŽIŽEK sobre a violência. Programa “Roda Viva”, da TV Cultura. 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=29YFfKZD1B0>

APÊNDICE A - Questionário socioeconômico (para trabalhadoras integrantes dos Grupos de Produção)

Questionário – GRUPOS DE PRODUÇÃO

Grupo ___ N° ___

1. Nome: _____
2. Sexo: ___F ___M
3. Faixa etária: ___Menos de 16 ___16-17 ___18 -24 ___25 -31 ___32- 40
___41-50 ___51-60 ___Mais de 60
4. Naturalidade (incluir cidade): _____
5. Escolaridade: _____
6. Formação profissional: _____
7. Situação Ocupacional. Trabalha? ___ Se sim, qual a atividade? _____
___Carteira assinada ___Sem carteira assinada
8. Já teve experiência profissional? ___sim ___não Se sim, qual(is)? (Indicar CA se carteira assinada)

9. Estado civil: ___solteiro ___casado ___viúvo ___separado ___outro (Qual? _____)
10. Número de componentes familiares _____ Por sexo: ___M ___F
11. Característica da habitação: ___Casa própria ___Alugada ___Cedida ___Outros
(_____)
12. Alguém trabalha na Família? ___sim ___não. Se sim, quem? (Indicar CA, se carteira assinada)

13. Renda Familiar
___menos de 1 SM ___1 a 2 SM ___2 a 3 SM ___mais de 3 SM
14. Além do trabalho no grupo de produção, possui outro tipo de renda? ___sim ___não
Se sim, qual? _____
15. É beneficiária(o) de algum programa social ou benefício governamental? ___sim ___não
___Bolsa-família ___Benefício de Prestação Continuada (BPC) ___Projovem ___PETI

Programa de cestas e alimentos Seguro-desemprego Pensão Aposentadoria

Benefício por doença ou invalidez Outros

(_____)

16. Prioridade das famílias no gasto com a renda

alimentação remédios roupas e calçados luz e água outros

(_____)

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada com trabalhadoras integrantes dos Grupos de Produção

TRAJETÓRIA E IDENTIDADE DO PARTICIPANTE JUNTO AO MTD

1. Como conheceu o MTD? Através de que meio?
2. Há quanto tempo participa do MTD?
3. Qual (ais) a(s) razão(ões) que levaram a ingressar no MTD?
4. De quais atividades do MTD você participa? O que você acha dessas atividades? Avalia que as atividades realizadas pelo MTD mudaram alguma coisa na sua vida? O que mudou?
5. Na sua opinião, para que serve o MTD? Os objetivos do MTD vêm sendo alcançados?
6. Quais as dificuldades que você identifica para o MTD avançar?
7. Em algum momento, já pensou em sair do MTD? Por quê? Caso nunca tenha pensado em sair do MTD, cite até 3 razões que o/a motiva a continuar atuando no MTD

ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DOS GRUPOS DE PRODUÇÃO

8. Como se organizam os grupos de produção (*dizer qual é o grupo*)? *Perguntar como se dão as decisões no grupo de produção. Perguntar sobre o processo produtivo.*
9. Quais são as principais dificuldades econômicas que o grupo de produção (*dizer qual é o grupo*) enfrenta?
10. Quais as principais necessidades para aumentar a produção do grupo de produção (*dizer qual é o grupo*)?

CULTURA POLÍTICA DO MTD

11. Tem algum tipo de participação política em algum movimento: sindicato, partido? *Perguntar sobre preferências eleitorais.*
12. Existem muitos problemas sociais no Brasil (como pobreza, miséria, desemprego). A quem você atribui a responsabilidade da existência deles? Por que você acha que eles existem?
13. Para você, o que é preciso fazer para acabar com esses problemas?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturada com fundadoras/es do MTD

DADOS PESSOAIS

1. Identificação.
 - 1.1. Idade
 - 1.2. Naturalidade
 - 1.3. Escolaridade (Formação profissional)

TRAJETÓRIA E IDENTIDADE DO FUNDADOR JUNTO AO MTD

2. Militava em alguma organização antes do MTD? Qual(is)?
3. Qual (ais) a(s) razão(ões) que levaram a fundar o MTD?

OBJETIVOS E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO

4. A quem, inicialmente, o MTD buscou mobilizar? Quem era seu “público-alvo”? E hoje?
5. Quais eram, no momento de sua fundação, as principais pautas de reivindicação do MTD? E hoje?
6. Como se organizava e atuava o MTD no período de sua fundação? E hoje?
7. Quais eram as prioridades do MTD? E hoje?
8. Quais eram as principais dificuldades enfrentadas pelo MTD? E hoje?

RELAÇÃO DO MTD COM O GOVERNO, SINDICATOS E PARTIDOS

9. Qual a relação do MTD com o poder público?
10. Qual a opinião do MTD sobre os programas assistenciais do governo, principalmente aqueles que mais diretamente envolvem o MTD?
11. Como tem sido a experiência do MTD nos processos de reivindicação e negociação dos seus interesses junto aos governos?
12. Como o MTD se relaciona com os sindicatos? Existe alguma articulação?

13. Qual a diretriz do MTD em relação à participação dos seus integrantes em partidos políticos?
14. Qual tem sido a principal estratégia do MTD para enfrentar ou superar o capitalismo?
(Perguntar sobre eleições, revolução, reformas, etc.)

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista semiestruturada com dirigentes não fundadores/as do MTD

DADOS PESSOAIS

1. Identificação.
 - 1.1. Idade
 - 1.2. Naturalidade
 - 1.3. Escolaridade (Formação profissional)

TRAJETÓRIA E IDENTIDADE DO DIRIGENTE JUNTO AO MTD

2. Militava em alguma organização antes do MTD? Qual(is)?
3. Há quanto tempo participa do MTD?
4. Qual(ais) a(s) razão(ões) que levaram a ingressar no MTD? Como ingressou?

OBJETIVOS E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO

5. Quem é o “público-alvo” do MTD?
6. Quais são as principais pautas de reivindicação do MTD?
7. Quais são as formas de organização interna e de atuação do MTD?
8. Quais são as prioridades do MTD hoje?
9. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelo MTD?

RELAÇÃO DO MTD COM O GOVERNO, SINDICATOS E PARTIDOS

10. Qual a relação do MTD com o poder público?
11. Qual a opinião do MTD sobre os programas assistenciais do governo, principalmente aqueles que mais diretamente envolvem o MTD?
12. Como tem sido a experiência do MTD nos processos de reivindicação e negociação dos seus interesses junto aos governos?
13. Como o MTD se relaciona com os sindicatos? Existe alguma articulação?

14. Qual a diretriz do MTD em relação à participação dos seus integrantes em partidos políticos?
15. Qual tem sido a principal estratégia do MTD para enfrentar ou superar o capitalismo?
(Perguntar sobre eleições, revolução, reformas, etc.)

APÊNDICE E – Fotos



Foto 1 - Grupo de Produção



Foto 2 - Grupo de Produção



Foto 3 - Grupo de Produção



Foto 4 - Loja "Sonho Real"



Foto 5 - Loja "Sonho Real"

APÊNDICE F – Perfil das trabalhadoras integrantes dos Grupos de Produção

Nome	Faixa Etária	Grupo	Tempo de MTD	Tempo de Grupo	Desempenha papel de liderança no GP*?
Ana	32-40	1	8 anos	8 anos	Sim
Bárbara	32-40	1	1 mês	1 mês	Não
Camila	32-40	1	8 anos	2 anos	Não
Dora	32-40	1	8 anos	8 anos	Sim
Érica	41-50	2	8 meses	8 meses	Não
Fátima	51-60	2	10 meses	10 meses	Não
Gabriela	51-60	2	2 anos	10 meses	Sim
Hélia	51-60	3	8 anos	8 anos	Sim
Isabel	32-40	3	8 anos	8 anos	Não
Joana	25-31	3	8 anos	8 anos	Não
Laura	25-31	3	8 anos	8 anos	Não
Marisa	51-60	3	8 anos	-**	Não
Nadir	51-60	3	8 anos	8 anos	Não

* De acordo com descrito no item 5.1 - “A gestão dos GP’s”

** Não foi possível obter essa informação

APÊNDICE G - Perfil das/os dirigentes

Nome	É fundador(a)?	Desempenha alguma função setorial?
Dirigente André	Sim	Não
Dirigente Bruna	Não	Sim (Projetos e Finanças)
Dirigente Carlos	Não	Frente de Massa em Caxias do Sul
Dirigente Daniela	Sim (fundadora em Caxias do Sul)	Não
Dirigente Emanuel	Não	Sim (Educação e Trabalho)
Dirigente Fabiana	Sim	Não

APÊNDICE H - Sobre a Consulta Popular

A Consulta Popular é uma organização que teve início em 1997. Animada pela direção do MST, tem como marco formal o Encontro realizado em Itaiaci, São Paulo, em dezembro de 1997, com a participação de integrantes de outras organizações populares, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Central dos Movimentos Populares (CMP). Partindo hoje da constatação de um esgotamento do sentido transformador do assim denominado “Ciclo PT” para a esquerda brasileira – o que significa dizer que entra em declínio, para a esquerda brasileira, a hegemonia da interpretação da sociedade que amparou o programa apresentado pelo PT, da estratégia de luta política proposta pelo PT e da própria legitimidade do PT como organização dirigente –, a Consulta Popular considera que começa a se gestar um novo ciclo, que tem em setores da esquerda social seu pólo dinâmico e que, provavelmente, não mais se centralizará “pela lógica da luta eleitoral e institucional” (CONSULTA POPULAR, 2007; GEBRIM, 2005). Sendo este o momento de refundar a esquerda, a Consulta Popular vem então propor a defesa de um Projeto Popular para o país e a perspectiva de se pautar no compromisso com a soberania, a solidariedade, o desenvolvimento, a sustentabilidade e a democracia popular (CONSULTA POPULAR, 2005, 2007).

Em sua 3ª Assembléia Nacional, realizada em 2007, a Consulta Popular decide formalizar sua condição partidária. O sentido de “partido” aqui deve ser bem delimitado: não se trata de se tornar uma agremiação eleitoral – a Consulta Popular não registrará legenda, nem disputará eleições –, mas de buscar ocupar o papel de vanguarda e centro político da classe trabalhadora, na esteira das formulações teóricas do movimento operário e de pensadores marxistas. Esse instrumento partidário deve se guiar pelo respeito aos movimentos sociais e organizações populares que o constituírem.

São características e tarefas desse novo instrumento: estabelecer uma linha política da estratégia e tática de articulação dos diversos movimentos, com respeito à autonomia desses movimentos, sem cooptação, sem controle, sem aparelhamento, mas ao mesmo tempo criando uma unidade política que estabeleça as prioridades nas ações conjuntas (no alinhamento do debate estratégico; na garantia do método; na formação, cuidado e controle dos quadros; na disciplina partidária; no sentimento de pertença; no estímulo da auto-estima). (CONSULTA POPULAR, 2007, p. 48)

Algumas diretrizes importantes desse instrumento devem ser destacadas. A Consulta Popular tem como meta a revolução proletário-socialista e, para tal, deve ter o acúmulo de forças pelo estímulo ao protagonismo popular como tática central para modificar a correlação de forças e “construir uma força social para alterar o sistema de poder” (CONSULTA POPULAR, op. cit., p. 42). Para tanto, assume como tarefas centrais a formação de quadros e o trabalho de base e afirma como princípios orientadores do seu funcionamento a direção coletiva e o centralismo democrático. É necessário destacar, ainda, a atenção que as avaliações e formulações da Consulta Popular dispensam à “questão nacional”: são recorrentes o estudo de autores do chamado pensamento radical brasileiro e a preocupação com a realidade brasileira. Norteia essa postura a conclusão, pela Consulta Popular, da importância de se debruçar sobre as questões e condições concretas – históricas, culturais – da realidade em que a organização está inserida.

A Consulta Popular despertou inúmeras polêmicas pelas formulações que apresentou no livro “A Opção Brasileira”¹⁴⁵. Para uma esquerda aprisionada a esquemas e um estilo de linguagem, que não considerava os elementos históricos e culturais da formação do povo brasileiro, as questões e a forma utilizadas foram interpretadas como um sacrilégio. O ponto mais polêmico era a questão nacional. Chegamos a ser acusados de pretender montar uma organização radical nacionalista, de mascarar a luta de classes por usar a expressão “povo brasileiro” e de sermos pró-capitalistas por não fazer agitação do socialismo. (GEBRIM, 2005, p. 18)

¹⁴⁵ Elaborado a partir dos debates realizados no Encontro de fundação da Consulta Popular, em Itaici, no ano de 1997, o livro “A Opção Brasileira” constitui o principal material de divulgação e propaganda da Consulta Popular.

APÊNDICE I – Desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul

É importante anotar que os fundamentos históricos do desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul (e, portanto, o padrão de trabalho a ele associado) guardaram algumas particularidades importantes em relação ao Brasil. Não se trata de negar a íntima relação do desenvolvimento gaúcho com o capitalismo periférico aqui desenvolvido (não só no Brasil, mas, de maneira semelhante, na América Latina como um todo), mas, tão somente, de apontar as especificidades que inegavelmente marcaram a economia e a sociedade do Rio Grande do Sul – como, por exemplo, os propósitos de sua ocupação inicial, mais destinada à preservação do território brasileiro para Portugal; a escala de mão-de-obra escrava, introduzida posteriormente e restrita às charqueadas; a restrição dos latifúndios exportadores a parte do território e o empreendimento da colonização europeia de pequena propriedade. No século XVIII, em geral, o grande latifúndio gaúcho dedicava-se à pecuária, como atividade subsidiária dos centros dinâmicos do país, e empregava mão-de-obra não escrava. A chegada do século XIX viu a charqueada escravista se tornar a principal atividade pecuária, com a exploração comercial do couro e da carne.

Configurou-se assim na região gaúcha um sistema econômico pecuário-charqueador, constituindo uma economia regional subsidiária em seu papel de atendimento à demanda nacional de charque, porém relativamente auto-suficiente no provimento da maior parte dos recursos necessários à sua reprodução. As atividades econômicas para exportação e o latifúndio marcaram apenas uma parte da economia regional, porém sem a mesma densidade econômica e demográfica das *plantations* ou das atividades de extração mineral. Na grande propriedade fundiária, a pecuária conformou-se como atividade mercantil não-escravista e com uma forma de inserção parcial no mercado, através das charqueadas escravistas, ambas atividades econômicas com restrita capacidade de transformação e diferenciação. (HERRLEIN JÚNIOR, 2004, p. 178)

Ainda no século XIX, deu-se o estímulo à colonização a partir da imigração europeia, com o propósito de garantir o povoamento território. A atividade agropecuária realizada nas colônias, em pequena propriedade e com o trabalho familiar dos colonos, conforma, então, um segundo sistema econômico, que “experimentou um intenso processo de diferenciação, desdobrando-se nas atividades comerciais e na formação da maior parte da indústria regional, produzindo para atender os mercados locais e posteriormente incrementando as exportações regionais” (Ibidem, p. 179).

Ao final do século, tem início então a transição capitalista. Herrlein Júnior (2002) aponta três etapas distintas no desenvolvimento capitalista gaúcho. A primeira, que o autor denomina de “modelo gaúcho” de desenvolvimento (1889-1930); uma etapa de transição, quando esse desenvolvimento regional entra em crise (1930-1961); e uma última etapa, que o autor nomeia de “nova economia gaúcha” (1961-...). O momento que abrange a Primeira República, caracterizado por um relativo isolamento regional gaúcho, num cenário de baixa integração do mercado nacional, garantiu notável expansão econômica para o estado. Marcadamente agroexportadora, orientada para o fornecimento de outros mercados regionais, (especialmente para o complexo cafeeiro, centro dinâmico do país), a economia gaúcha, porém, gozava de uma considerável diversificação. Apesar de cumprir o papel de economia regional subsidiária, simultaneamente apresentava um robusto mercado interno dava suporte a atividades como a agropecuária e agroindústria das colônias e a indústria de Porto Alegre. Houve acumulação comercial nas zonas coloniais, na capital e nas zonas ligadas à pecuária tradicional. Tudo isso se traduzia num elevado grau de autossuficiência e em superávits comerciais com os outros mercados brasileiros. Some-se a esse quadro a direção política dada pelo Partido Republicano Riograndense (PRR) ao Estado regional, em aliança com frações de classe emergentes – destaquem-se o intenso estímulo à colonização e ao reformismo agrário, de que resultou uma ampla classe média rural; o investimento dos superávits comerciais em infraestrutura, o que favoreceu a indústria local (fundamentalmente, indústria de bens leves e intermediários); e a implantação de serviços públicos e de escolas públicas. Sem dúvida, a transição capitalista vivida no Rio Grande do Sul se diferenciava bastante daquela engendrada no polo cafeeiro, centro econômico do país, especialmente porque

a penetração de relações capitalistas resultou de um desenvolvimento interno, não diretamente configurado pela inserção dessa economia regional no mercado mundial, como ocorreu na região de SP. As características desse período histórico podem ser referidas como um “modelo gaúcho” de desenvolvimento econômico, contemplando um certo padrão de acumulação, diversificado e relativamente desconcentrado, uma estrutura social menos desigual e uma forma de Estado correspondente à moderna dominação burguesa (em oposição à dominação tradicional, oligárquica). (HERRLEIN JÚNIOR, 2002, p. 5)

Esse período, certamente, garantiu imensa diferenciação do Rio Grande do Sul relativamente ao resto do país. A sua crise se relaciona diretamente à integração conhecida pela economia nacional. A produção agropecuária gaúcha passou a sofrer concorrência de outras regiões (que ofereciam vantagens relativas à produtividade e à localização) no consumo realizado pelo centro econômico; e, no próprio Rio Grande do Sul, a produção

industrial gaúcha começar a enfrentar os produtos da indústria paulista. Adicionalmente, o Plano de Metas, pela concentração de investimentos no Sudeste, bem como por sua política econômica (inflação ascendente e taxas múltiplas de câmbio), representou um ataque brutal à economia gaúcha. Assim, a crise do “modelo gaúcho” residiu no seu próprio esgotamento, mas também derivou “da rearticulação do espaço econômico nacional, concomitante à passagem ao regime de acumulação da ‘industrialização pesada’ regionalmente concentrada, com a decorrente transformação da forma particular de articulação da economia regional com a acumulação de capital em marcos nacionais” (HERRLEIN JÚNIOR, 2002, p. 10).

A partir da década de 1960, a economia gaúcha volta a crescer, acompanhando o movimento da economia nacional. Nesse período, quando tem início, na periodização proposta por Herrlein, a terceira etapa, a da “nova economia gaúcha”, se dá uma articulação diferente com a acumulação nacional: aumentam os laços de interdependência e a economia regional se beneficia dos dinamismos nacionais. O crescimento ocorrido entre 1960 e 1985 repõe as perdas sofridas na década de 50. Paralelamente, a lavoura capitalista avança no Estado. Alarga-se o número de indústrias pesadas presentes no Rio Grande do Sul e a infraestrutura do Estado se desenvolve. O leque de produtos industrializados produzidos nas terras gaúchas aumenta e faz com que as exportações gaúchas se diversifiquem. Esses ganhos de produtividade avalizaram seu poder de competição com outros mercados. O que, por fim, gerou uma forte urbanização da população gaúcha (HERRLEIN JÚNIOR, 2002).

A integração do mercado nacional a partir da industrialização conduzida pelos projetos desenvolvimentistas que nortearam o Estado brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960 “destruiu o tipo de acumulação mais frágil, pois menos concentrado e menos ‘excludente’, que existia no Rio Grande do Sul”. Em consequência, “as diferenças registradas entre os níveis dos indicadores do Rio Grande do Sul e os níveis dos outros estados foram se tornando progressivamente menos importantes” (TARGA, 1988, p. 156).

APÊNDICE J – Dados socioeconômicos das trabalhadoras integrantes dos Grupos de Produção – Atividades desempenhadas em paralelo aos Grupos de Produção e outras rendas obtidas além do grupo e com tais atividades.

Tabela A – As integrantes dos Grupos de Produção realizam atividade(s) laboral(is) paralela(s)?

Desempenha atividade(s) paralela(s)?	
Sim	5
Não	8

Tabela B – Atividade(s) laboral(is) paralela(s) realizadas pelas integrantes dos Grupos de Produção

Que atividade(s) paralela(s) desempenha?*	
Reciclagem	5
Artesanato	1

*A soma é superior a 13, já que as participantes podem realizar mais de uma atividade.

Tabela C – As integrantes dos Grupos de Produção possuem outro tipo de renda?

Possui outra renda?	
Sim	7
Não	6

Tabela D – Em relação à tabela anterior, como obtém essa renda?

Qual a origem da renda adicional?	
Pensão alimentícia	1
Aposentadoria	1
Atividades paralelas	5

APÊNDICE K – Mudanças na subjetividade e na sociabilidade

A participação das trabalhadoras no MTD trouxe também mudanças importantes em certos aspectos subjetivos e quanto à sociabilidade no Movimento. Instadas a apontar possíveis mudanças pessoais depois da entrada no MTD, as mulheres enumeraram alterações de comportamento individual e de postura na vida coletiva:

Mudou. Mudou, porque eu era mais assim, mais explosiva, (...) Hoje não, hoje eu já penso “vamo sentar, vamo conversar” se tem algum problema, até problema com a família mesmo, a gente tira um dia por semana, senta, se reúne. (...) Então isso mudou bastante, sabe? A convivência. (DORA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Mudou. Eu era muito estressada quando tava em casa, sabe? Eu tinha muito estresse, depois que eu comecei a trabalhar no MTD, daí mudou. Mudou bastante. (CAMILA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Eu acho assim um povo bem animado. Eu gosto de participar, me sinto bem. Me sinto livre, liberal, no meio do povo do MTD. (CAMILA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Eu acho que eu mais gosto no Movimento assim aqueles almoço deles [...]. E depois a gente também se desestressa, porque ali nós tamos, nós somos, assim, uma família. Ali não tem preconceito com nada, é todo uma família. Então, isso é muito bom. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

E eu me sinto como se tivesse em casa. Porque eles não têm preconceito de nada. Eles chegam, abraçam a gente, é uma família, sabe? Eu gosto muito disso aí. E eu gosto de ser paparicada. [Risos] (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Eu sempre tou dizendo pras guria, esses oito anos que a gente tá com eles nunca foi perdido, a gente só aproveitou. Não tanto por esse dinheiro, mas pra aprender a viver! (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

“Joana – Eu gosto mais é por causa das companhias das pessoas, sabe. Elas são... pré... como é que é que se diz? Pres... Como é que se diz aquela palavra?

Entrevistador – Preconceito?

Joana – Pres... É... isso. Eu sofri muito disso. E agora entrando ali... Sofro ainda um pouco, né? Elas têm aquela dificuldade, de dizer: “Joana, não é assim. Tu vai ter que [ir] mudando”. E aos poucos eu tou sentindo que eu mudei, né? Mudei de ruim pra melhor. Uma vez, me oiavam de cara feia, Jesus amado! . E agora não, aos pouco eu tou mudando. Tou conseguindo. (JOANA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

A vontade de participar das “lutas”, gostar de participar delas já é, por si só, um indicativo de mudanças subjetivas importantes. Além disso, as entrevistadas ressaltam as

dimensões lúdicas de ir a tais atos: a saída do espaço doméstico, o passeio, a socialização e a confraternização com outras pessoas, a troca de ideias, a mudança na alimentação. Por último, o ato de estar na rua, de adquirir visibilidade enseja, como já dito, entusiasmo.

Ah, eu acho legal. Eu gosto, porque daí isso depende muito do nosso serviço. A gente largar tudo e sair, passar um dia fora, conhecer outras pessoas, conversar¹⁴⁶. A gente cria muitas vezes mais coisas numa conversa e tu divulga o teu trabalho, sabe, esquece os problemas que tem aqui dentro, porque tudo que é grupo tem problemas, né, então esquece aquele dia e se junta com uma outra, um outro grupo, uma outra família e a gente senta, conversa, divulga e é bem legal. Eu gosto. (DORA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Ai, eu gosto de participar das reuniões deles; eu gosto de ir. (...) quando não tem luta eu acho falta! Porque diz assim: “ah, mas tá faltando aquela lutinha pra nós ir, né?” E tu desestressa, tu vê as coisas, tu conhece lugares diferentes, eu já fui várias vezes a Porto Alegre, adorei, sabe? Comemo até cachorro quente. RISOS. Mas é uma delícia ir, sabe. Eu gosto do Movimento por isso aí. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Ah, nas luta eu gosto de ir porque a gente ri, a gente brinca, a gente grita, a gente faz... né. Eu gosto de ir nas luta. (ANA, ENTREVISTA EM 08/10/09)

Olha, pra te falar bem a verdade... não [pensei em sair do MTD]! [RISOS] Não! [ENTUSIASMADA] Eu adoro! Adoro, adoro, Deus o livre! Chega de dia de luta, chega dia de tar com elas assim, ai!, me sinto outra muié! (HÉLIA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

Eu gosto porque é divertido, a gente se diverte, dá risada. Aí leva as crianças. (LAURA, ENTREVISTA EM 09/10/09)

De qualquer forma, essa dimensão lúdica também está associada às conquistas políticas. Trata-se de uma unidade entre os entusiasmos pela sociabilidade humanizada, pelas conquistas políticas, pela vivência da “violência revolucionária” (nos termos de Žižek, já citados), pela visibilidade propiciada: “Uma, [eu gosto das “lutas”] porque eu me divirto, sabe? Eu me distraio. E outra, que a gente vai lutar por aquilo que a gente precisa. Por aquilo que tu necessita” (NADIR, ENTREVISTA EM 09/10/09).

¹⁴⁶ Apenas um processo de trabalho com finalidades distintas daquelas da produção capitalista, que objetiva exclusivamente a acumulação, permite-se interromper para a realização de atividades outras.

ANEXO 1 – Panfleto distribuído no ato público pelo Dia do/a Trabalhador/a (30/04/2009)

**MTD - MOVIMENTO DOS/AS
TRABALHADORES/AS DESEMPREGADOS/AS**

Por que lutamos?

Vivemos atualmente uma crise do capitalismo, ou seja, as grandes empresas (banqueiros, donos de indústrias, donos de multinacionais) não estão conseguindo sustentar seus lucros mesmo explorando os/as trabalhadores/as e por isso estão pegando o dinheiro público, o dinheiro do povo, para se sustentar.

O dinheiro do povo que está sendo dado aos grandes empresários não está salvando os trabalhadores, pelo contrário. Os trabalhadores estão tendo seus salários reduzidos, estão perdendo seus empregos e trabalhando em condições cada vez mais precárias. E isso é apenas o começo da crise.

O dinheiro público que está sendo dado para salvar apenas os donos das grandes empresas é o dinheiro que falta para termos um atendimento mínimo de saúde, educação e para gerar trabalho e renda.

Ou por acaso o atendimento de saúde que você recebe nos postos de saúde e hospitais públicos está bom?

Nossos filhos estão tendo acesso à creches e uma educação de qualidade?

Estamos tendo garantido nosso direito ao trabalho, geração de renda, ou mesmo o direito mais básico, o direito à alimentação?

Uma das consequências para o povo do aumento da exploração e miséria será o aumento da violência. Aumentará a criminalização dos pobres e dos movimentos sociais para que não lutem em defesa dos seus direitos.

Quando as grandes empresas estavam tendo altos lucros, nos últimos anos, elas não ousaram propor dividir os lucros com os/as trabalhadores/as, porém agora que os lucros se reduziram querem dividir os prejuízos com as/os trabalhadores/as.

Dividir a conta do prejuízo não resolverá os problemas da sociedade, o que resolverá é a divisão da riqueza acumulada por poucos.

CONVIDAMOS VOCÊ A LUTAR CONOSCO POR:

☛ **Dinheiro para os trabalhadores e não para os banqueiros e grandes empresários.** Pois isto não ajudará os/as trabalhadores/as, apenas aumentará o desemprego e a miséria do povo.

☛ **Geração de trabalho e renda para combater o desemprego: Pontos Populares de Trabalho!**

Exigimos dos governos uma Política Pública que garanta aos desempregados/as espaço físico equipado para produção, estudo e cuidado das crianças, com cozinhas e lavanderias coletivas e suporte técnico e financeiro para os trabalhadores.

☛ **Isenção das taxas de água e luz para quem está desempregado/a.**

Quem está desempregado devido à crise do capitalismo deve ser tratado como ser humano, e não como mercadoria. Por isso deve ser garantido o acesso a serviços básicos necessários a sobrevivência, como água e luz, até porque o preço da luz é um roubo!

☛ **Passe-livre para desempregados/as.**

As empresas de ônibus tem ganhado muito dinheiro, oferecendo um serviço muito ruim de transporte. Para garantir condições mínimas de trabalho e sobrevivência é necessário condições para se deslocar.

☛ **Não a violência contra as mulheres: Respeito sim, violência não!**

As mulheres, além de sofrerem as consequências que todos nós sofremos na sociedade, ainda sofrem com a discriminação e violência dos governos e violência em casa, além de não terem o seu trabalho reconhecido e remunerado. Por isso as mulheres estão exigindo: Respeito sim, violência não!

☛ **Redução da jornada de trabalho sem reduzir o salário.**

As empresas estão usando a crise como motivo para pegar o dinheiro do povo, fazer novos investimentos, e demitir os trabalhadores. O que deve ser reduzidos são os grandes lucros das empresas e não os salários dos/as trabalhadores/as.

☛ **Redução da taxa de juros.** O Brasil tem as maiores taxas de juros do mundo. As taxas de juros são a principal forma do capital financeiro se apropriar das riquezas produzidas pelos trabalhadores na sociedade. É uma forma de retirar dinheiro do povo, dos governos e passar para os banqueiros.

**ANEXO 2 – Documento utilizado no ato público pelo Dia do/a Trabalhador/a
(30/04/2009)**

Falas do microfone e agitação do carro de som

- 1. Somos um movimento popular urbano, constituído majoritariamente por mulheres da periferia. Lutamos para que todas/os as/os brasileiras/os tenham condições de trabalhar e viver com dignidade.**
 - 2. Exigimos do Estado Políticas Públicas de geração massiva de Trabalho. Estamos há anos tentando negociar nossas propostas que poderiam gerar, há baixos custos, milhões de postos de Trabalho por todo o Brasil. Mas se os governos só escutam o povo nas lutas, é aqui que vamos ficar.**
 - 3. Nossa principal exigência é de que os governos parem de despejar bilhões para banqueiros e garantam aos desempregados espaço físico equipado para produção, estudo e cuidado das crianças, com cozinhas e lavanderias coletivas e suporte técnico e financeiro para os trabalhadores.**
 - 4. Somente assim o Brasil poderá sair fortalecido da crise mundial, ampliando seu mercado interno e construindo bases para que todos seus filhos e filhas possam viver e trabalhar com dignidade.**
- 5. OS RICOS COMEM SEUS BANQUETES E QUEREM QUE OS TRABALHADORES PAGUEM A CONTA!!**
O/A DESEMPREGADO/A É O FIÉL DA BALANÇA. Enquanto engordamos as filas por emprego, ajudamos a forçar os salários para baixo e fragilizamos o ânimo dos empregados em se organizar. Mas quando os desempregados mesmos se organizam, fortalecem a todos os trabalhadores, pois saem do exército de reserva dos patrões, somam força na luta e ajudam a virar o jogo. Afinal, somos a maioria!!
- 6. A burguesia quer usar a crise para ficar ainda mais rica e colocar o povo sob seus coturnos. Por isso, mesmo tendo lucros recordes nos últimos anos e pegando \$ do governo, demitem aos milhões e cortam salários. Aproveitam a desculpa da crise para diminuir seus gastos com os trabalhadores e aumentar a concorrência entre nós mesmos. Assim, poderão sempre gastar menos e lucrar muito mais.**
 - 7. Apenas através da organização de todos os empregados e desempregados do Brasil é que poderemos construir a nação que sonhamos!**
 - 8. POR ISSO BRADAMOS:**
“Dinheiro pro trabalhador e não para banqueiro”!
“Suporte para empreendimentos populares”!
“Contra a violência do Estado contra o povo e, em especial, as violências contra as mulheres”!

9. Na análise desta crise há posições de todos os matizes, mas todos concordam que é uma crise profunda, pior do que a de 29. Na história das crises do capitalismo, as classes dominantes, proprietárias do capital, e seus governos, sempre adotaram um mesmo receituário para sair delas.
10. Não podemos permitir que a burguesia imponha as suas saídas para a crise! Senão lutarmos agora, a burguesia vai salvar apenas a si mesma e nos deixar afundar! Temos que aproveitar essa crise, porque senão a burguesia a aproveitará. Ou nós tomamos agora a nossa fatia do bolo, das riquezas que nossa própria classe produziu, ou a burguesia nos engolirá junto. Ou nós nos unimos agora ou a burguesia nos unirá, em breve, dentro das mesmas cadeias.
11. Ou nós construímos o nosso programa político comum para dirigir de fato o país, ou a burguesia nos conduzirá de acabestro. Ou nós tomamos de fato o poder ou deixaremos a burguesia legalizar novamente sua repressão e deixaremos nossos netos, mais uma vez, nascer sob os seus cuturnos
12. OS PERÍODOS HISTÓRICOS DE CRISES SÃO TAMBÉM PERÍODOS DE MUDANÇAS. PARA O BEM OU PARA O MAL. MAS HAVERÁ MUDANÇAS! Na construção do Ato Institucional No 5 (AI5), na Ditadura burguesa-militar, o coronel Jarbas Passarinho, então ministro do Trabalho, afirmava: “Às favas, senhor presidente, com os escrúpulos de consciência”. E assim o fizeram. Coincidentemente, ouvimos do presidente da Vale, ao se deparar com a Crise Mundial, em Dezembro de 2008: “estamos vivendo uma situação de exceção. Para lidar com ela, precisamos tomar medidas de exceção”. Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, em Lisboa, os antepassados de nossa elite propõem 6 meses sem democracia. Durante um almoço organizado pela Câmara de Comércio Luso-Americano, a presidenta do Partido Social Democrata, senhora Manuela Ferreira Leite, criticando a política do Governo, afirmou: “Quando não se está em democracia é outra conversa, eu digo como é que é e pronto. E até não sei se não é bom haver seis meses sem 6ém, não existem coincidências. Nas crises, as primeiras mudanças são as mudanças políticas, as mudanças na conformação do Estado, nas regras do jogo. Sem essas, é impossível implantar medidas econômicas drásticas – como exigem as crises. O capital sabe disto, e nisto tem uma longa experiência em seus cerca de 220 anos enquanto sistema hegemônico. Por isto, seu discurso afinado, suas propostas de mesma índole que, com toda a dominação ideológica a que submete as demais classes (e estas introjetam), fazem com que, no limite, os dominados não desenvolvam outra lógica, que não aquela que nos diz “dos males, o menor”: melhor ganhar menos, que estar desempregado. Lógica tanto mais forte, quanto menor o grau de organização e mobilização dos trabalhadores e do povo.
13. QUE OS RICOS PAGUEM A CONTA DO SEU BANQUETE!

14. **É bom lembrar que o modelo neoliberal sofreu um revés importante, mas não está derrotado. Os grandes bancos e empresas continuam engolindo os pequenos e a mídia corporativa defende em uma só voz: menos direitos trabalhistas e impostos. Para isso, intensificam a repressão policial e a criminalização dos movimentos sociais no Judiciário.**
15. **No plano político, saídas podem caminhar com a ascensão de governos fascistas. Colômbia e Israel já foram campos de testes de ditaduras-“democráticas”.**
16. **Para os setores populares, há consenso de que a crise é estrutural, profunda, prolongada, sistêmica. Ela atinge não só as finanças e a produção mas também o meio ambiente e encerra um período de ofensiva do capital. A crise inaugura um novo período histórico marcado pela insatisfação social, abrindo a possibilidade de um reascenso da luta de massas. Entretanto, a esquerda brasileira enfrenta essa conjuntura com dificuldades. E por isso, é necessária a construção de alternativas de médio e longo prazos. Nossa tarefa central é a construção da unidade entre as diferentes organizações do povo brasileiro. O caminho para essa construção são as agendas comuns de lutas, onde fomentaremos a construção de confiança mútua. Só com esses setores, e a partir das lutas, que se podem desencadear mobilizações que resultem no crescimento da ação das massas e, assim, alterar a correlação de forças. Porém, a construção dessa unidade não se resume no trabalho de articulação, mas exige firmeza e vontade real para impedir nosso fracasso.**
17. **Para a classe dominante, combater da crise significa privatizar o lucro e socializar o prejuízo. Assim, ela naturaliza seus fundamentos como se ela ocorresse por uma fatalidade, que deve ser enfrentada por todos. Ao mesmo tempo, começam a impor suas saídas tradicionais.**
18. **A burguesia já começou a aumentar a exploração do trabalho e transferir maiores recursos da periferia para o centro do capital e do Estado para os capitalistas. Além destas saídas típicas, o capital aumentará a ofensiva sobre os recursos naturais. Em especial o petróleo, o minério, a produção agrícola, a biodiversidade, as águas e as florestas. Daqui há pouco vão vender nossas florestas e nossa água na bolsa de valores!**
19. **QUEREM QUE OS TRABALHADORES PAGUEM AS CONTAS DOS RICOS!!!**
20. **É fundamental que os setores organizados da sociedade, em todas as formas existentes, seja nas igrejas, nos sindicatos, nos colégios, escolas, universidades, na imprensa, nos movimentos sociais, nos partidos, todos, tomemos uma atitude. E a primeira atitude é debater juntos a natureza e as saídas para a crise, do ponto de vista dos trabalhadores e da maioria. É urgente estimularmos todo o debate, em todos os espaços. Precisamos construir coletivamente alternativas populares. E sem a mobilização e a luta social, não haverá saída para o povo. Somente para o capital.**

21. Propomos, para isso, que as forças populares se articulem em lutas unitárias por bandeiras comuns como:

- **Desemprego zero!**
- **Recursos para os “Pontos Populares de Trabalho” dos Desempregados!**
- **Nenhum direito a menos;**
- **Elevação do salário mínimo;**
- **Diminuição da jornada de trabalho, sem reduzir salários;**
- **Redução das tarifas de energia e água e dos impostos para os pobres;**
- **Queda no preço dos alimentos;**
- **Menor taxa Selic e juros para o consumidor;**
- **Investir o superávit primário em educação e saúde;**
- **CPI da dívida pública;**
- **Impedir que a reforma tributária tire recursos da seguridade social;**
- **Reestatização de empresas estratégicas (Embraer, Vale, Petrobras etc.);**
- **Reforma agrária massiva e mudança do modelo do agronegócio;**
- **Estatização do sistema financeiro;**
- **Garantia de um programa de educação pública e gratuita para todos;**
- **Construção efetiva da integração popular entre os países da América Latina.**

Além disso, por que não imaginarmos que, se as empresas exigem continuar recebendo ajudas do governo, os bilhões injetados enquanto empréstimos nas grandes financeiras, bancos e empresas, não possam ser feitos exclusivamente como compras de ações pelo Estado que não possam ser revendidas depois?

E por que não pensar que, enquanto as empresas não aceitam reduzir a jornada de trabalho sem redução de salários as reduções salariais possam até ser feitas, desde que efetivadas e regulamentadas como compra de ações das empresas pelos trabalhadores? Enfim, perguntar não ofende...